



**UFRPE**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

SÉRGIO LIMA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, ESPAÇO PÚBLICO E OS SEUS MODOS DE USAR:  
O CASO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO SÍTIO DA TRINDADE**

RECIFE/PE  
2020

SÉRGIO LIMA SILVA

**PATRIMÔNIO CULTURAL, ESPAÇO PÚBLICO E OS SEUS MODOS DE USAR:  
O CASO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO SÍTIO DA TRINDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.

RECIFE/PE  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586p

Silva, Sérgio Lima

Patrimônio cultural, espaço público e os seus modos de usar: o caso do conjunto paisagístico do Sítio da Trindade / Sérgio Lima Silva. - 2020.

121 f. : il.

Orientadora: Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.

Inclui referências e apêndice(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.

1. Sítio da Trindade. 2. Forte do Arraial do Bom Jesus. 3. Patrimônio Cultural. 4. Espaço Público. I. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de, orient. II. Título

CDD 981

---

SÉRGIO LIMA SILVA

**BEM PATRIMONIAL, ESPAÇO PÚBLICO E OS SEUS MODOS DE USAR:  
O CASO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO SÍTIO DA TRINDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, para obtenção de título de Mestre em História.

APROVADO EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque  
Professora Orientadora  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Emanuela Sousa Ribeiro  
Membro 1  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

---

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos  
Membro 2  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Para Mãinha e Xande, em memória.  
(Assim eles permanecem por aqui)

## AGRADECIMENTOS

Eu devo dizer que não chegaria até aqui sem os meus professores da graduação em Museologia. Afastado da academia desde os anos de 1990, retomei os estudos em 2012, num curso no qual eu tinha como objetivo ampliar meus conhecimentos em patrimônio, artes e em atividades relacionadas a arquivo, memória, e ciências humanas em geral, porém o curso abriu caminhos que provocaram a minha necessidade de expandir esses conhecimentos num mestrado, para o qual fui encaminhado direta e indiretamente por esses professores que me tornaram Museólogo: Professor Alex Jesus, meu orientador, professores Chico Sá Barreto e Daniel Vieira, integrantes da minha banca de TCC, a partir da qual me veio a ideia de tecer ser um mestre, afinal como cito Nietzsche: “se permanecemos apenas alunos retribuímos mal ao professor”. Retribuo nesses agradecimentos, além dos professores já citados, as professoras Sylvana Brandão, Ana Paula Barradas, Emanuela Ribeiro, e aos professores Caetano D’Carli, Alexandre Gomes, Bruno Araújo.

Agradecimentos aos professores do Curso de Mestrado, principalmente pela paciência que tiveram comigo, por desconhecer a “gramática” historiográfica, cometi algumas gafes que foram entendidas, devidamente corrigidas e inseridas à pesquisa da melhor maneira possível, em especial agradeço à professora Emanuela Ribeiro que me acompanha desde a graduação em Museologia e me ajudou a amenizar um pouco esse “choque” entre o campo museológico e o historiográfico.

E como Museólogo inserido numa turma de historiadores, pensei que não alcançaria um nivelamento de conhecimentos necessários para desenvolver um bom trabalho, nesse momento recebi a ajuda durante todo o curso dos meus colegas de mestrado, de forma direta e indireta, durante as aulas, durante as conversas (que permanecem até hoje) sempre dando dicas, referências, fontes e métodos, em especial ao colegas André Cardoso, Albino Dantas, Emanuel Oliveira, Tales Pedrosa, Pedro Ribeiro, Mariano Sérgio, Sebastião Alves.

Pela ajuda na aplicação dos questionários e análise de dados, agradeço enormemente e com muito carinho à Nathalia Monteiro, futura Assistente Social, e à Iri Freitas (Para essa tem amor incluso), futura museóloga, auxílio mais que luxuoso.

Agradecimento mais que especial à minha orientadora Professora Mariana Zerbone que conseguiu me fazer elaborar este trabalho e, nos momentos críticos, possibilitou com que eu enxergasse caminhos que eu não pensava trilhar. E por mais que eu escreva e formalize esses agradecimentos, mesmo assim, ainda não vão ser suficientes para registrar o quanto sou agradecido pela sua orientação.

*Retribuímos mal um professor, se continuamos  
apenas alunos.*

(Nietzsche - Assim Falava Zaratustra,  
Da Vontade Dadivosa § 3)

## RESUMO

O Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, localizado na zona norte da cidade do Recife, Estado de Pernambuco, bem cultural tombado pelo IPHAN e administrado pela Prefeitura Municipal do Recife, é o objeto desta pesquisa. A partir do Sítio da Trindade buscamos como objetivo geral, identificar possíveis conflitos entre as determinações institucionais do seu tombamento como bem patrimonial e as consequências dos usos e práticas socioespaciais nele desenvolvidos. Especificamente, procuramos discutir de que maneira os eventos históricos ali ocorridos – sendo originalmente o local onde foi erguido o Forte do Arraial do Bom Jesus, no século XVII, passando pela criação do Movimento de Cultura Popular, na década de 1960, onde abrigou sua sede, até a descoberta arqueológica do fosso original do Forte – transformaram o local ao longo do tempo, culminando em sua constituição enquanto um espaço de eventos cíclicos demarcados e festividades eventuais. Em outras palavras, buscamos entender a dupla função do Sítio da Trindade, enquanto bem patrimonial e enquanto espaço público. Desse modo, essa pesquisa foi desenvolvida dentro do campo da História Cultural, onde discutimos, portanto, a materialidade e a imaterialidade a partir dos conceitos de Patrimônio, Bem Cultural, Memória e Espaço Público e, por conseguinte, as implicações desses conceitos quando analisamos de que maneira o bem patrimonial cultural, tornado espaço público está sendo utilizado e os impactos urbanos que ele causa nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Sítio da Trindade. Forte do Arraial do Bom Jesus. Patrimônio Cultural. Espaço Público.

## ABSTRACT

The research set of Sítio da Trindade, located in the northern part of the city of Recife, State of Pernambuco, a cultural asset listed by IPHAN and administered by the Municipality of Recife, is the object of this research. From Sítio da Trindade we seek as a general objective, to identify possible conflicts between the institutional determinations of its classification as a patrimonial good and the consequences of the uses and socio-spatial practices developed therein. Specifically, we seek to discuss how the historical events that took place there, originally being the place where the Arraial do Bom Jesus Fort was built, in the 17th century, passing through the creation of the Popular Culture Movement, in the 1960s, where it housed its headquarters, until the archaeological discovery of the original moat of the Fort - transformed the place over time, culminating in its constitution as a space for demarcated cyclical events and occasional festivities. In other words, we seek to understand the dual function of Sítio da Trindade, as a heritage asset and as a public space. Thus, this research was developed within the field of Cultural History, where we discussed, therefore, materiality and immateriality based on the concepts of Heritage, Cultural Property, Memory and Public Space and, therefore, the implications of these concepts when we analyze what way the cultural heritage asset, made public space is being used and the urban impacts it causes today.

**Keywords:** Sítio da Trindade. Arraial do Bom Jesus Fort. Cultural heritage. Public place.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Foto da entrada principal do Sítio da Trindade	20
Figura 02	Foto da placa na entrada principal do Sítio da Trindade	21
Figura 03	Planta do Forte Real do Bom Jesus. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia, 1629.	22
Figura 04	Tanques nos jardins do Sítio da Trindade. (Reconstituição)	30
Figura 05	Fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus	31
Figura 06	Placa indicativa das ruínas do fosso do Forte do Arraial do Bom Jesus	33
Figura 07	Suporte da placa indicativa das ruínas do fosso do Forte do Arraial do Bom Jesus.	34
Figura 08	Suporte da placa indicativa das ruínas do fosso do Forte Arraial do Bom Jesus, com barraca junina armada à frente	34
Figura 09	Mapa topográfico do Recife em 1951	43
Figura 10	Zoneamento de parte da região metropolitana do Recife	45
Figura 11	Pátio do Sítio da Trindade, 24 de Junho de 2019	51
Figura 12	Feira orgânica Sítio da Trindade	60
Figura 13	Ação Social no Sítio da Trindade	61
Figura 14	Academia da Cidade do Sítio da Trindade	62
Figura 15	Forte do Arraial do Bom Jesus. (Gravura Commelyn, 1651)	92
Figura 16	Escavação arqueológica: fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus	93

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01	Quadro do questionário aplicado em 23 e 24 de Junho de 2019	51
Tabela 02	Quadro do questionário aplicado (06 e 20 de Julho de 2019)	62

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Gênero (Tabela 1)	53
Gráfico 2	Faixa etária (Tabela 1)	54
Gráfico 3	Residência (Tabela 1)	54
Gráfico 4	Conhecimento do Sítio (Tabela 1)	55
Gráfico 5	Assiduidade durante o São João (Tabela 1)	56
Gráfico 6	Presença em outros eventos (Tabela 1)	57
Gráfico 7	Conhecimento do Tombamento (Tabela 1)	58
Gráfico 8	Motivo do Tombamento (Tabela 1)	59
Gráfico 9	Gênero (Tabela 2)	63
Gráfico 10	Faixa Etária (Tabela 2)	64
Gráfico 11	Residência (Tabela 2)	65
Gráfico 12	Conhecimento do Sítio (Tabela 2)	65
Gráfico 13	Conhecimento outros eventos (Tabela 2)	66
Gráfico 14	Conhecimento do Tombamento (Tabela 2)	66
Gráfico 15	Motivo do Tombamento (Tabela 2)	67

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IAHGP	Instituto de Arqueologia, História e Geografia Pernambucano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
NHC	Nova História Cultural
PMR	Prefeitura Municipal do Recife
SBBA	Sociedade Brasileira de Belas Artes
SPA	Setor de Preservação Ambiental
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPR	Setor de Preservação Rigorosa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
ZDE	Zona de Diretrizes Especiais
ZEPH	Zona Especial de Preservação Histórica
ZEPH-A	Zona Especial de Preservação Histórica e Ambiental
ZEPH-R	Zona Especial de Preservação Histórica Rigorosa

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO 1 – O FORTE DE AREIA E A AREIA DO TEMPO</b>	20
1.1 Quando o forte de areia se transforma em patrimônio	20
1.2 Os Usos e Práticas Institucionais e Socioespaciais	35
1.2.1 Usos e Práticas Institucionais	36
1.2.2 Usos e Práticas Socioespaciais	45
1.2.2.1 O Uso durante o Ciclo Junino	50
1.3 A Identidade do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade	70
<b>CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA</b>	76
2.1 O Tombamento pelo IPHAN	76
2.2 O Movimento de Cultura Popular - MCP	84
2.3 A Escavação Arqueológica	91
<b>CAPÍTULO 3 – O DIREITO À PAISAGEM</b>	97
3.1 Bem Cultural e Espaço Público	97
3.2 O Direito à Paisagem	102
3.3 O Direito à Cidade	107
3.4 O Direito à Memória	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	113
<b>REFERÊNCIAS</b>	115
APÊNDICE A - Questionário aplicado nos dias 23 e 24 de junho de 2019	120
APÊNDICE B - Questionário aplicado entre os dias 06 e 20 de julho de 2019	121

## INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Museologia, uma das disciplinas do curso, intitulada Patrimônio, Museus e Memórias Sociais, solicitou uma proposta de problematização entre possíveis conflitos entre patrimônio e memória, a partir de um bem cultural. Já estávamos desenvolvendo um projeto de estudo sobre o Sítio da Trindade para o Trabalho de Conclusão de Curso, por este motivo, resolvemos, inicialmente, pesquisar sobre o local que, naquele momento, pouco sabíamos. As nossas primeiras impressões só nos permitiram uma breve ideia dos problemas entre patrimônio e memória, apresentados para aquela mencionada disciplina, porém, resolvemos aprofundar a pesquisa para além de um Trabalho de Conclusão de Curso e o trouxemos para discussão no Programa de Pós-Graduação em História e, com a consequente aceitação, desenvolvemos a presente pesquisa.

Além da grandiosidade física do local, pela sua beleza, descobrimos o seu valor histórico e, também, a contradição entre a preservação e o uso. Trata-se de um local onde, no século XVII, foi erguido o Forte do Arraial do Bom Jesus e que, por este motivo, foi tombado em 1974 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Muito embora não haja vestígio do forte, há uma escavação arqueológica com a localização do fosso original que circundava a construção. Também, em que pese o tombamento cujo intuito, em tese, seria a preservação, acontece no local, desde a década de 1960, o maior evento junino da região metropolitana da cidade do Recife. Esse problema foi a principal razão que nos levou a desenvolver a pesquisa: como um bem tombado para ser preservado é utilizado como espaço de eventos de grande porte?

Por outro lado, entendemos que o ato de tombamento de um bem com o intuito de proteger, conservar e preservar, carrega, também, o problema do uso. Embora no caso específico do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, os usos e práticas, observados durante a pesquisa, caracterizam-se por algumas peculiaridades que desconhecíamos até então, como por exemplo que o Sítio da Trindade é o único *Conjunto Paisagístico* – com essa denominação – catalogado com um bem tombado pelo IPHAN, pois, durante o processo de tombamento, não havia ainda a escavação arqueológica, portanto nenhum vestígio do Forte foi elencado durante a avaliação do tombamento. Foram considerados, a partir de documentos iconográficos, os fatos históricos ali ocorridos entre 1630 e 1635, cuja relevância atendia o que preceitua o Decreto 25 de 1937, que estabelece os critérios para classificação dos bens a serem tornados patrimônios.

O conceito de Patrimônio, etimologicamente, surge a partir do latim e refere-se a tudo que pertencia ao pai. Partindo também dos romanos antigos, essa concepção chega até nós de certa forma carregada pelo poder que caracteriza o Estado, como pai de uma nação e tudo que está contido nela. Sendo o próprio Estado quem estabelece a legalidade da posse, ele mesmo deu a si essa atribuição.

Jeudy (2005) problematiza a questão desse pêndulo existente entre a nossa obrigação de não esquecer e a consequente criação de lugares de guarda de memória. Ele ressalta que esse espírito patrimonial está substituindo a aventura da transmissão. Estamos mais preocupados em guardar memórias do que em produzir memórias. O que guardar, o que tornar patrimônio é sempre o imperativo. Para Jeudy (2005, p. 19) essa escolha está exacerbada, pois, segundo ele, “tudo é transmissível” e o conceito de patrimônio perpassa pelo que ele chama de “Reduplicação Museográfica do mundo”. A gestão patrimonial teria como finalidade, portanto, uma suposta vontade coletiva de reatualização permanente do passado e, ainda segundo Jeudy (2005), o trabalho patrimonial seria uma constante reatualização.

No caso em estudo, o espaço denominado Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade sofre consequências dessa “patrimonialização” sob diversos aspectos, que vão ser aqui apresentados e, mais notadamente, o que Poulot (2009) entende como um conflito entre duas historiografias:

A história da proteção e da transmissão do patrimônio – atinente às leis, as suas modalidades de aplicação e aos critérios das intervenções – (...) outra história do patrimônio, porém, pode acompanhar o combate militante travado por associações ou movimentos envolvidos com a conservação. (POULOT, 2009, p. 10-11)

O problema apresentado por Poulot (2009) nos coloca, de um lado, a instituição que, amparada na lei, estabelece critérios de aplicação das intervenções no patrimônio e, do outro lado, a sociedade que, por intermédio das associações, movimentos e militâncias, está envolvida com a sua conservação. Mais adiante, Poulot (2009) conclui que a reunião dessas duas historiografias forma o termo “patrimônio” em uma coerência ilusória:

Essas duas historiografias, construídas simetricamente, elaboram *a posteriori* uma coerência ilusória – ao reunirem, sob o termo “patrimônio”, elementos que outrora não lhe diziam respeito; por conseguinte, esboçam uma continuidade de doutrina e perdem-se, mais ou menos, na ilusão teleológica. (POULOT, 2009, p. 11)

O presente trabalho busca, portanto, discutir esse dilema: de um lado a instituição governamental com seus critérios legais de intervenção e modalidades de aplicação da patrimonialização, do outro lado os possíveis conflitos entre esses critérios legais e os usos e práticas desenvolvidos naquele espaço.

Como consequência desse dilema inicial, procuraremos entender como o problema da memória se manifesta nesse trabalho, tendo em vista que a relevância dos fatos históricos inerentes ao local: como a fortificação que ali existia durante a resistência ao avanço holandês no século XVII, bem como as escavações arqueológicas do forte do Arraial do Bom Jesus, além do casarão onde surgiu o Movimento de Cultura Popular na década de 1960, é quase nula, enquanto a relação de memória com as festividades é presente. A pergunta que fazemos é: os usos e práticas socioespaciais desenvolvidos no local promovem esse afastamento da memória com os fatos históricos ali ocorridos?

Outro problema que constatamos, durante a nossa pesquisa, diz respeito às violações legais cometidas pela gestão municipal (Prefeitura Municipal do Recife - PMR) responsável pela administração do Sítio da Trindade. Aqui, observamos alguns procedimentos que vão de encontro aos preceitos que regulam os parques, conjuntos paisagísticos e jardins históricos, estabelecidos pela Legislação Federal.

O local foi transformado pela Prefeitura Municipal do Recife em *Centro de Difusão Cultural* e essa denominação tornou o Sítio referencial de festividades culturais populares, em que pese ser originalmente espaço onde fatos históricos ocorreram, e não há uma preocupação com, no mínimo, a divulgação desses fatos para quem o visita. A PMR, gestora do local, está mais preocupada em divulgar seus eventos, do que mencionar que ali existem vestígios da fortificação do Forte do Arraial do Bom Jesus, fundamental na luta de resistência ao avanço holandês no século XVII, além de não mencionar a existência, no mesmo espaço, um casarão que foi a primeira sede do Movimento de Cultura Popular – MCP na década de 1960.

Desenvolvemos esse trabalho em três capítulos. No primeiro, intitulado **O forte de areia e a areia do tempo**, discutimos a transformação de um forte de areia em patrimônio, a metáfora do inexistente e o seu significado, a partir das diretrizes do tombamento e do esquecimento. Num segundo momento, analisamos os questionários aplicados aos usuários do local, visto tratar-se de um espaço público, onde buscamos discutir as possibilidades de conflitos decorrentes do uso e das práticas. Ainda, considerando a utilização do espaço como local de eventos cíclicos, sendo as festas juninas umas das suas características, aplicamos os questionários tanto durante a festa junina, quanto durante outros períodos, e fizemos essa análise. Num terceiro momento, discutimos a identidade do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, afinal, transformado em logradouro público após a desapropriação em 1953, tinha a característica de sítio privado. Designá-lo ou classificá-lo como parque ou jardim histórico é um problema que devemos discutir inicialmente, até a sua transformação pelo uso em espaço público, conceito que também trabalharemos.

No segundo capítulo **A Construção da Memória**, discutiremos, conceitualmente, como a formação do patrimônio nacional e, conseqüentemente, do patrimônio cultural atravessa os mecanismos que provocaram o tombamento do Sítio da Trindade, a partir das concepções da “Retórica da Perda” de Gonçalves (1996), e, conseqüentemente, traremos, a partir das fontes do Processo de Tombamento, quais os caminhos adotados pelo IPHAN, diante dos diversos problemas iniciais que provocaram, por exemplo, um hiato de vinte e um anos entre o pedido inicial de tombamento 1953 e a homologação em 1974. Apontaremos, ainda, os conflitos presentes a essa decisão. Num segundo momento, faremos um histórico do Movimento de Cultura Popular – MCP, cuja sede foi instalada, no casarão do Sítio da Trindade, em 1961. Essa abordagem é fundamental para a presente pesquisa, tendo em vista que o MCP foi o responsável pela introdução das festas populares no Sítio da Trindade. Num terceiro momento, trataremos do processo arqueológico a que o Sítio da Trindade foi submetido, desde os anos de 1920 até os anos 2000, na busca pela localização original do Forte do Arraial do Bom Jesus. Os achados, os problemas advindos com a conservação e preservação das escavações arqueológicas presentes no local.

No terceiro capítulo intitulado **O Direito à Paisagem**, discutimos de que forma se dá a relação entre os usuários do Sítio da Trindade com o espaço, quer dizer, de que maneira podemos conviver contemporaneamente com espaços históricos, abertos. Desse modo, pensamos ser pertinente trabalhar os conceitos de *paisagem*, *paisagem histórica*, *espaço e espaço público*, e entrecruzamos estes conceitos com o **Direito à Cidade**, a partir das concepções de Lefebvre (1991). Também procuramos refletir sobre a forma de como se desenvolve o convívio do cidadão com o espaço público e até que ponto esse espaço pode ser considerado “público”. Concomitantemente a isto, analisamos a transição de um tombamento que despotencializa a historicidade do local e potencializa o seu uso, possibilitando com isso, contraditoriamente, uma melhor atenção para a sua conservação e preservação.

Considerando os três acontecimentos que melhor marcaram o local: o Forte do Arraial do Bom Jesus, o Movimento de Cultura Popular e as escavações arqueológicas, utilizaremos como fontes o Memorial de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, cujo Processo está registrado sob número 487-T-53, inscrito no Livro Histórico, volume 1, na folha 74 em 17/06/1974, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, cujas informações nos permitiram encontrar os motivos do tombamento, bem como as razões para que a homologação do tombamento só ocorresse vinte um anos depois, além, claro, de nos permitir acesso a ofícios, telegramas, memorandos e mapas que utilizamos na pesquisa. Outra fonte foi o Memorial do Movimento de Cultura Popular, da Fundação de Cultura da Cidade do

Recife, 1986, coleção Recife volume 49. Trata-se de uma reunião de depoimentos de grande parte dos integrantes do Movimento, além da vasta documentação pertencentes a Germano Coelho, primeiro presidente do MCP, que publicou em 2012, em edição do autor, o livro MCP – História do Movimento de Cultura Popular onde é contada toda a história do Movimento, além de conter a documentação mencionada, anexada, cuja fonte também utilizamos. Outra fonte utilizada é a narrativa das escavações no Sítio da Trindade realizada pelo professor Marcos Albuquerque, entre 1968 e 2008, registrada no livro *Fortes de Pernambuco: imagens do presente e do passado*<sup>1</sup>(1998), além de outros artigos onde Albuquerque retoma esse assunto.

Como nosso objetivo principal é identificar possíveis conflitos dos usos e práticas socioespaciais num bem patrimonial, ressaltando tratar-se de um espaço público, onde ocorrem eventos de grande e pequeno porte, também utilizamos como fonte de pesquisa um questionário<sup>2</sup> que foi aplicado aos frequentadores do Sítio da Trindade. Um dos nossos objetivos, ao aplicar esse questionário, é registrar o conhecimento que o público usuário tem sobre o local aqui analisado no que se refere à sua origem histórica e ao seu uso atual. .O questionário foi aplicado durante o grande evento das festas juninas, mais precisamente, nos dias 23 e 24 de junho de 2019, véspera e dia de São João, momento com maior afluência de público. Também aplicamos os questionários em dias alternados para, assim, comparar os públicos, seus usos e suas práticas nos diversos dias em que o Sítio da Trindade é utilizado. Utilizamos 50 (cinquenta) questionários respectivamente nos dias 23 e 24 de junho, e 50 (cinquenta) entre os dias 06 e 20 de julho de 2019. Os dados foram tratados considerando o gênero, a faixa etária, bairro residencial e as perguntas feitas eram de caráter direto acerca do conhecimento/desconhecimento da origem histórica do local. Tais informações nos permitiram problematizar a potencialização do uso atual e a despotencialização da origem histórica.

A análise desses usos e práticas em um bem cultural, nos levaram a discutir alguns conceitos um tanto polêmicos que passam longe de constituir consensos no campo da história, isto é, discutiremos os conceitos de cultura e, conseqüentemente, bens culturais, juntamente com a ideia de cultura popular, presente no MCP (naturalmente, o conceito de patrimônio e memória também estarão presentes nessa discussão). Esse contexto dialético nos coloca dentro da História Cultural como referencial no desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, Inserimos um tópico específico no terceiro capítulo, denominado **O Direito à Memória**, onde analisamos se existe alguma possibilidade de estabelecer uma distância, ou aproximação entre o que os

---

<sup>1</sup> Fortes de Pernambuco:Imagens do Passado e do Presente.Recife: Ed. Grafitorres, 1998.

<sup>2</sup> Ver Apêndice.

usos e as práticas de um bem público, tornado patrimônio cultural, pode provocar na memória de seus frequentadores. Utilizaremos para discussão de memória o paradoxo levantado por Ricoeur (2007) entre presença, ausência e anterioridade:

Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve. (RICOEUR, 2007, n.p.)

O caso do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade se aproxima do que expressa Ricoeur, em seu texto - nele, existe a metáfora do sinete na cera: para que houvesse a chancela da importância do que deveria ser comunicado, o sinete, representando aquele que emite a mensagem, marca na cera a sua presença [e assim, marcada, a cera levava a presença de quem não estava]. Essa metáfora, transportada para o problema que encontramos na pesquisa, nos leva a entender as escavações arqueológicas como o sinete que marca a cera do local dos acontecimentos históricos do século XVII. Ora, essa ausência não utiliza a recepção da mensagem que carrega, e, dessa forma, evidencia que esse sinete inicial da origem histórica do local foi substituído, sobreposto, pelos usos e práticas desenvolvidos ali durante o decorrer do tempo. A busca por essa hipótese reforça a aplicação dos questionários, afinal, é por meio deles que poderemos ou não entender essa distância entre a memória, a história e o próprio esquecimento.

Essa análise, baseada em costumes e usos, não apenas nos impele a descrevê-los, mas também a buscar analisá-los especificamente: um local histórico, tornado espaço de uso público.. Isto nos classifica no campo da história cultural, “a separação entre aquilo que somos, daquilo que fomos. As memórias de conflitos são também conflitos de memória” (BURKE, 2008). Portanto, o abismo entre o que o local representa e o público que o utiliza, é um exemplo desse conflito citado por Burke e que, nessa pesquisa, buscamos discutir e compreender.

## CAPÍTULO 1 – O FORTE DE AREIA E A AREIA DO TEMPO

### 1.1 Quando o forte de areia se transforma em patrimônio

Quem trafega pela Estrada do Arraial no bairro de Casa Amarela, zona norte do Recife, na altura do número 3259, sentido cidade subúrbio, encontrará à sua esquerda um terreno cercado por meio muro e meia grade, com dois grandes portões de ferro. Se conseguir olhar com bastante atenção, verá na parte superior do portão central ladeado por duas grandes colunas, uma inscrição em ferro onde está escrito *Arraial Velho do Bom Jesus*. Poucos observam essa inscrição, que passa despercebida até aos olhares mais atentos.

**Figura 01** - Foto da entrada principal do Sítio da Trindade



**Foto:** Sérgio Lima Silva (2018).

Em frente ao mesmo portão há uma placa bilíngue fixada pela Prefeitura Municipal do Recife, onde há um breve resumo do significado do local:

#### SÍTIO TRINDADE

Sítio histórico, hoje polo de animação cultural. A área abrigou, no século XVII o forte do Arraial do Bom Jesus, reduto de resistência aos invasores holandeses, fundado por Matias de Albuquerque, governador da capitania de Pernambuco.

**Figura 02** - Foto da placa na entrada principal do Sítio da Trindade



**Foto:** Sérgio Lima Silva (2018).

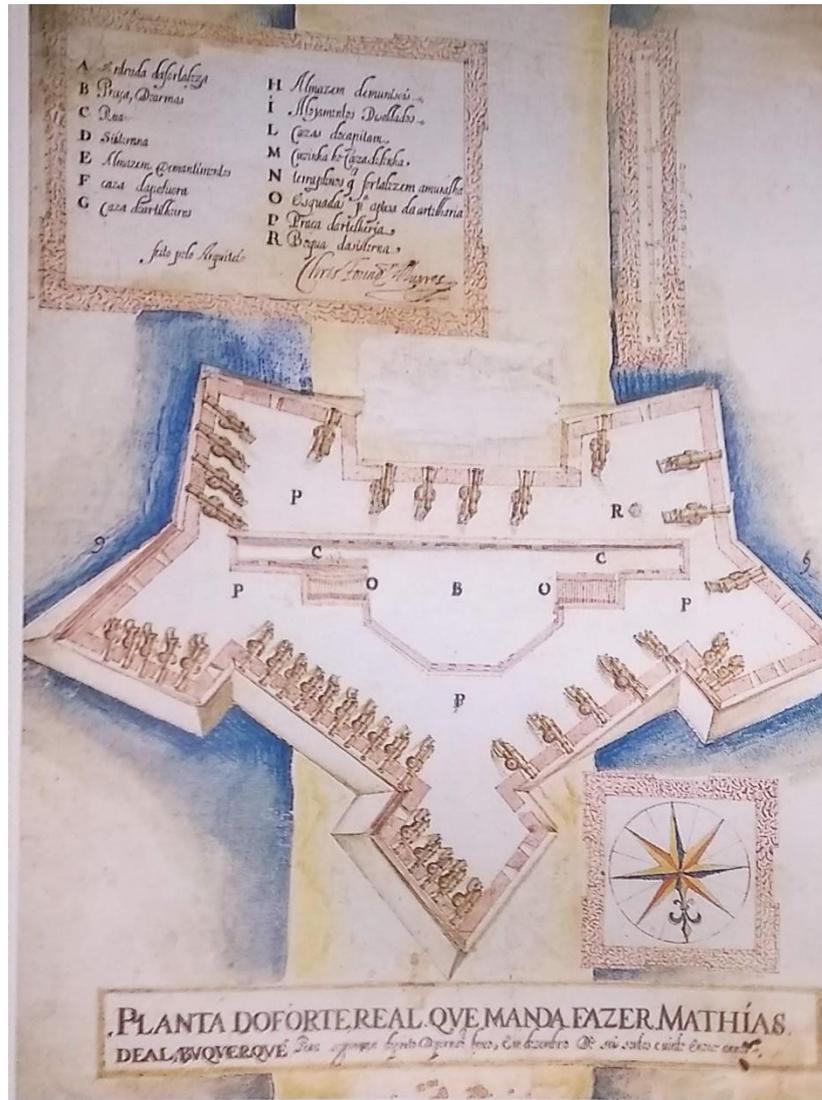
O texto da placa já estabelece um dos problemas que abordamos neste trabalho: “hoje polo de animação cultural”, ontem sítio histórico. Há um conflito entre a origem e o uso, o sítio histórico – assim determinado institucionalmente pelo tombamento – tornou-se, “hoje”, um polo de animação cultural.

Há uma referência ao principal fato histórico do local: a existência do forte do Arraial do Bom Jesus. No entanto, a referência é pretérita: “abrigou”, simplesmente porque o forte não existe mais. O Forte Arraial do Bom Jesus foi construído em terra, feito com uma técnica conhecida como taipa de pilão. Além do forte propriamente dito, o conjunto fortificado abrangia, ainda, paredes verticais feitas da mesma técnica, separadas por fossos irregulares.

Matias de Albuquerque se empenhou na construção de um novo forte, o Forte Real do Bom Jesus. Possivelmente com base no traçado de Cristóvão Álvares. Foi construído um forte em terra (taipa de pilão) circundado por um fosso de aproximadamente 4,5 m de profundidade. Internamente, uma muralha construída em taipa de pilão, de altura aproximadamente igual à profundidade do fosso, contornava uma área irregular, formando ângulos salientes e reentrantes. (ALBUQUERQUE; LUCENA; WALMSLEY, 1999, p. 3)

O forte resistiu ao cerco holandês durante cinco anos (1630-1635) e, considerando a técnica utilizada em sua construção, o conjunto fortificado caiu, literalmente, por terra. O visitante que espera encontrar no local algum vestígio original da construção verá frustrada essa tentativa, embora haja no local uma escavação arqueológica que mostra parte do fosso original.

**Figura 03** - Planta do Forte Real do Bom Jesus. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia, 1629.



**Fonte:** REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. USP, Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

No século XVII, mais precisamente em 1629, a paisagem do local era absolutamente diversa. Antes de ser erguida a fortificação, o local era propriedade de Antônio de Abreu, localizado numa região denominada Arraial Velho (COSTA, F. 1981). A denominação de Sítio da Trindade não está relacionada ao fato de ter se transformado em um sítio histórico, trata-se originalmente da denominação estabelecida a partir de século XIX (COSTA, F. 1981, p. 30), após a extinção dos Engenhos Monteiro e Casa Forte e, assim, a consequente divisão em sítios de diversas propriedades. A sua topografia, naquele momento, privilegiava, a partir da visão de Matias de Albuquerque, estratégias de resistência ao avanço dos holandeses em direção aos engenhos do Capibaribe.

Com a construção do forte, tornando-se o local seguro, e com o avanço holandês no litoral, muitos moradores de Olinda e Recife recorreram ao entorno da fortificação acarretando, com isto, o aumento da população naquele local. Os holandeses, por sua vez, não conseguindo ultrapassar o bloqueio militar e as práticas de guerrilha dos resistentes, buscaram interromper a entrada de víveres ao local, praticando assaltos constantes, o que, em determinado momento, provocou a escassez de alimentos e mantimentos necessários para a população do povoado. Isto provocou o aumento no preço dos alimentos e a redução drástica na alimentação dos soldados que ali estavam.

Crescendo todos os dias a população do Arraial, porquanto, além da gente já ali refugiada, grande número de famílias do interior tinha, também abandonado os seus lares e se abrigado na localidade, veio daí o sofrimento de todos por uma geral penúria, que chegou ao seu auge com os constantes assaltos do inimigo, e por fim o mais apertado assédio em que pôs a praça, impossibilitada, assim, de receber socorros e mantimentos de gêneros alimentícios. (COSTA, F. 1981, p. 30)

Além do sofrimento pela escassez dos alimentos, juntava-se o próprio cansaço pelo combate constante, uma vez que o inimigo holandês não dava trégua e os ataques eram constantes. Mesmo assim, a resistência persistia, segundo ainda Francisco Costa (1981), o espírito de patriotismo se estendeu além dos soldados e oficiais, chegando até aos proprietários, cujas vantagens foram oferecidas pelo comandante holandês em troca de capitulação no qual foram recusados - e assim permaneceram até não haver mais recursos para manutenção e para resistência militar ao ataque, a rendição ocorreu em 1635. Desse modo, O Forte foi destruído pelos holandeses, assim como grande parte das moradias do entorno, restando poucos moradores que, com o decorrer do tempo, retornaram de maneira que conseguiram reparar algumas antigas moradias, como também construir novas, surgindo assim, uma pequena povoação, denominada Povoação do Arraial Velho, contando, inclusive, com uma igreja no local.

Em 1645 foi erguido, nas imediações da Madalena, um forte Real do Bom Jesus em cujo entorno se formou um povoado denominado de Arraial do Bom Jesus. Por este motivo, a localidade do Forte do Arraial do Bom Jesus, inicialmente erguida no bairro de Casa Amarela passou a ser conhecido por Arraial Velho do Bom Jesus.

No final do século XVIII, com a extinção dos Engenhos de Casa Forte e do Monteiro e consequente divisão das suas terras em pequenos sítios para diversos proprietários, o local onde foi erguido o Forte do Arraial Velho do Bom Jesus passou a ser propriedade da família Trindade Peretti. O local, com o tempo, passou a ser conhecido como o sítio da família Trindade e, posteriormente, Sítio da Trindade.

A povoação regular do velho Arraial, vem de fins do século XVIII, com a extinção dos engenhos Monteiro e Casa Forte, e divisão das suas terras em diversos sítios, de propriedades distintas, com as suas respectivas casas de vivenda, e do subsequente retalhamento desses mesmos sítios, construção de novos prédios, e abertura de caminhos e estradas, hoje largas e extensas ruas, que se cruzam em direções diversas. (COSTA, F. 1981, p. 32)

O local inicial que era uma propriedade privada no século XVII e que, por cinco anos do mesmo século, 1630-1635, perdeu sua forma e função originais, transformando-se em espaço de resistência ao avanço do invasor holandês, voltou à sua forma inicial de propriedade privada, passando a fazer parte do patrimônio da família Trindade Peretti no século XVIII. A lembrança do forte, feito de areia, virou pó na memória. O espaço restrito ao uso familiar ficou com o seu passado esquecido entre as árvores e a cidade que crescia ao redor.

Embora ainda propriedade da família Peretti, na década de 1950, o Sítio da Trindade sofria a pressão imobiliária presente nos bairros que o circundavam: Casa Forte, Parnamirim, Apipucos, e o próprio bairro de Casa Amarela. A imprensa, por outro lado, nas colunas de Mário Melo<sup>3</sup> no Diário da Manhã e de Aníbal Fernandes<sup>4</sup> no Diário de Pernambuco, chamava a atenção para a necessidade da preservação de áreas verdes na região metropolitana, mais especificamente citavam o Sítio da Trindade como exemplo a ser levado em consideração, como área que necessitava de uma atenção do poder público. Com o falecimento de Anselmo Peretti e, posteriormente da sua esposa, Helena Peretti, sem que eles tivessem deixado herdeiros, o terreno passou a sofrer mais ainda o assédio de imobiliárias que pretendiam construir edifícios de moradia no local.

No relatório do biênio 1950/1951, a partir de levantamentos feitos no ano de 1949, Ayrton Carvalho, Chefe do Primeiro Distrito do Departamento Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, solicitou ao Departamento de Sítios Característicos um estudo de possibilidade de inscrição no Livro de Tombo Histórico do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, considerando a necessidade de preservação dos últimos sítios e casas, sobrados e sítios urbanos, remanescentes do patriarcado rural, especificamente o Sítio da Trindade, remanescente do período de ocupação holandesa no Estado de Pernambuco:

---

<sup>3</sup> “Fui quem na Reunião do Conselho Geral da Comemoração do Tricentenário da Restauração Pernambucana, lembrou tivesse o local do Arraial Velho de Matias de Albuquerque a aplicação do Museu da Guerra Holandesa, transferindo-se desde logo para ali o Departamento de Documentação e Cultura mantido pela municipalidade do Recife.” (MELO, Mário. *Folha da Manhã*, Recife, 06 de maio de 1953).

<sup>4</sup> “Está na hora de as autoridades judiciárias e administrativas salvarem o “SÍTIO TRINDADE” do martelo do leiloeiro. Temos assistido aqui a tantas coisas, que não é de admirar que essa grande reserva vegetal da cidade, e um dos seus maiores parques naturais, seja esquarterado, como rês no matadouro.” (FERNANDES, Aníbal. *Diário de Pernambuco*, Recife, dezembro de 1952).

Como assinalamos em 1949, - e, insistentemente, tornamos a fazê-lo agora, - vão desaparecendo, pouco a pouco, da paisagem recifense, loteados pela ganância vesga de um capitalismo insaciável de maiores e mais fáceis lucros, “os grandes e acolhedores sítios de morada, sempre primorosos de arborização e tão saborosamente característicos da tradicional paisagem do Recife antigo”. (...) Incrível, pois, seria que o Recife visse desaparecer sem qualquer protesto, os seus últimos conjuntos de casa e sítio, ou sobrado e sítio urbanos ou semi-urbanos, remanescentes valiosos da época do patriarcado rural, - como se nada lhe valessem, na fisionomia da cidade. (DPHAN, Relatório 1950-1951, Processo de Tombamento 048-T-53, folha 3)

Diante das constantes publicações na imprensa, no sentido de preservar um bem com a historicidade do Sítio da Trindade, além da necessidade de preservação de uma área verde na região metropolitana e, por outro lado, os encaminhamentos do Departamento Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, na tratativa de buscar o tombamento do Conjunto Paisagístico, a Prefeitura Municipal do Recife desapropriou o terreno publicando o Decreto Municipal 423 de 29 de dezembro de 1952, fundamentada no Decreto-Lei 3365 de 21 de junho de 1941, em seu artigo 5º, alínea “i”, que justifica tal desapropriação em casos de utilidade pública. Nesse caso, a PMR citou, ainda, a necessidade de abertura de um novo logradouro público:

ART 1º Fica desapropriado por utilidade pública, nos termos e para os efeitos do artigo 5º, alínea “i”, do Decreto Lei Federal nº3365 de 21 de junho de 1941, o Sítio da Trindade, em Casa Amarela, localizado à Estrada do Arraial nº 3259, com todas as suas dependências e terras, uma área total de 63.765,80 m2, afim de ser aberto novo logradouro público, destinado a perpetuar a memória dos que, amparados nas fortificações que ali existiram sob a denominação de Arraial Velho do Bom Jesus, lutaram heroicamente contra o invasor holandês, no século XVII. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, Decreto Municipal 423, 1952, Processo de Tombamento 048-T-53, folha 23)

Em 1953, a direção do Departamento Histórico e Artístico Nacional – DPHAN manifestou-se favorável à inscrição do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade no Livro de Tombo Histórico, tendo em vista os acontecimentos históricos ocorridos naquele local. Essa decisão foi comunicada ao chefe do Primeiro Distrito do DPHAN, juntamente com a solicitação de envio de fotos, além de levantamento topográfico do terreno, para que o processo de tombamento pudesse ser concluído.

O que encontramos no Processo de tombamento é que, apesar da solicitação da documentação juntamente com as fotos e o levantamento topográfico ter ocorrido em 1953, até 1962 esse envio de documentos não foi concretizado. Assim, o então Presidente do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, senhor Rodrigo de Melo Franco de Andrade, encaminhou o ofício nº 1412, datado de 07 de novembro de 1962, ao Chefe do Primeiro Distrito do DPHAN senhor Ayrton de Carvalho, reiterando o encaminhamento da documentação:

Embora essa chefia se tenha pronunciado, em 1953, favorável ao tombamento de todo o conjunto constituído pela casa e terreno do Sítio da Trindade, no arraial do Bom Jesus, em Casa Amarela, no Recife, o respectivo processo deixou de ter andamento por não terem sido enviados a esta sede as fotografias, levantamento e dados históricos relativos à propriedade, solicitados em meu telegrama nº 235, de 21.5.1953. (BRASIL, Ofício 1412, de 07.11.1962, Rodrigo de Melo Franco. Processo de Tombamento 048-T- 053, folha 8)

Apesar deste ofício de Rodrigo de Melo Franco encaminhado em 1962, a documentação permaneceu pendente, o que impossibilitava o andamento do processo. É importante ressaltar, portanto, que não localizamos nenhuma fonte ou documentação que nos permitisse entender o motivo do não envio do material.

Em 19 de abril de 1974, o Chefe do Primeiro Distrito do IPHAN, Ayrton Carvalho, encaminhou um ofício ao Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, onde anexava um exemplar da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, carta do Professor José Antonio Gonsalves de Melo, Revista da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal do Recife, número 11, cópia autenticada do Decreto 423 de 29 de dezembro de 1952, que estabeleceu a desapropriação do Sítio da Trindade. Acerca das fotografias do local solicitadas ele disse, ainda, no mesmo ofício:

A documentação fotográfica, embora precária, por força das características do ambiente, seguirá dentro em breve, logo que esta chefia a receba do fotógrafo encarregado da documentação. (RECIFE, IPHAN, Ofício nº 041.74.P, Ayrton Carvalho. Processo de Tombamento, 0487-T-53, folha 11, Volume I)

Toda a documentação mencionada como anexo no Ofício encontra-se no Processo de Tombamento, cabe ressaltar que na carta de José Antônio Gonsalves de Melo, ele menciona a localização do fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus no local, promovida pelo Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Esse fato não havia sido mencionado anteriormente. Também não localizamos no Processo de Tombamento nenhum registro ou documentação fotográfica do local.

Em 08 de maio de 1974, Lygia Martins Costa, Museóloga do IPHAN, emite parecer sobre o tombamento do Sítio da Trindade

Cabe-lhe, pois, tombamento no Livro Histórico do IPHAN. A área desapropriada desde 1952 pela Prefeitura Municipal do Recife, e pesquisada recentemente pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, com apoio da Universidade Federal de Pernambuco, revelou parte do fosso do velho Arraial, localizado em sua parte elevada, achado esse de importância e que garante o prosseguimento do trabalho em busca de mais vestígios que possibilitem, talvez, a demarcação do respectivo forte. Densamente arborizado em sua seção mais alta, o terreno parece corresponder ainda à descrição divulgada por Gonsalves de Melo feita pelo Coronel Crestofle Arcis-Zewsky, que tomou o Arraial em 1635. (BRASIL. IPHAN – Seção de História – Informação 146/74 – Tombamento do Sítio da Trindade,

08/05/1974. Lygia Martins Costa. Processo de Tombamento 474-T-53, folha 29, Volume I)

Em 15 de maio de 1974, o Presidente do IPHAN, Renato Soeiro, encaminha a notificação de nº 1.100, ao Prefeito da Cidade do Recife, Augusto Lucena, comunicando a inscrição no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em conformidade com o Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 4º, item 2:

Conjunto Paisagístico de Interesse Histórico denominado Sítio da Trindade, à Estrada do Arraial nº 3250, e inclusive os remanescentes do Arraial Velho do Bom Jesus, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco e de propriedade da Prefeitura Municipal do Recife. (Grifo no original) (BRASIL, IPHAN, Notificação nº1.100, 15/05/1974. Renato Soeiro. Processo de Tombamento 474-T-53, folha 33, Volume I)

Durante o processo burocrático de tombamento, entre os anos de 1953 a 1974, ocorreram dois fatos marcantes no Sítio da Trindade: o primeiro, já mencionado, refere-se ao achado arqueológico do fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus, resultado de pesquisas do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. O segundo fato, ocorrido no local, diz respeito à instalação no casarão localizado no terreno do Sítio da Trindade, da sede do Movimento de Cultura Popular, durante a gestão de Miguel Arraes de Alencar como Prefeito da Cidade do Recife, entre os anos de 1961 a 1964.

Toda a narrativa envolvendo as escavações arqueológicas no Sítio da Trindade, desde as primeiras prospecções promovidas pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHG, até às que foram realizadas pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, estão discorridas em capítulo que desenvolvemos mais adiante nessa dissertação.

No ano de 1968, mesmo sem dispor de vestígios materiais, a equipe do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da UFPE, chefiada pelo Professor Marcos Albuquerque, iniciou a escavação a partir da parte mais alta em direção à parte mais baixa do terreno, fincaram trincheiras, a uma profundidade de cinco metros, permitindo a identificação do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus, e a partir da estratigrafia, foi possível reconstituir a largura e a profundidade, além da localização de grande material arqueológico, como cachimbos, faianças, além de material bélico. A pesquisa foi interrompida por falta de recursos, retornando no ano seguinte, quando foi localizado parte do fosso duplo, além da duplicação da área aberta. Mais uma vez a pesquisa foi interrompida por falta de recursos, a sua retomada só foi possível vinte anos depois, em 1988 quando foi constatado o quase total fechamento da escavação, provocado por entulhos naturais, lixo e resíduos provenientes das festas cíclicas que ocorrem no local. Algumas demarcações foram desfeitas e foi preciso reordenar toda a escavação anterior.

Decorridos vinte anos da descoberta arqueológica do Forte do Arraial (velho) do Bom Jesus, teve início a terceira etapa das pesquisas. As duas primeiras campanhas, realizadas em 68/69, tiveram como objetivo a localização do monumento, do qual não restavam vestígios superficiais, e a ampliação do fosso recuperado arqueologicamente. Ao longo dos anos houve um reentulhamento da sua porção escavada resultante de ações conjugadas de gênese natural e antrópica. O espaço escavado do fosso que circundava a fortificação foi preenchido por lixo urbano, restos orgânicos e inorgânicos resultantes das festas populares que habitualmente são realizadas no local, o Sítio Trindade”, e por carreamento de material sedimentar oriundo das partes mais elevadas da colina. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 6)

Também por falta de recursos, a escavação foi interrompida no mesmo ano de 1988, voltando a ser retomada apenas no ano de 2008, quando foi utilizada a técnica de cobrir as escavações com grama para, assim, evitar as ações da erosão e da proliferação da vegetação, além da instalação do gradil de proteção que permanece até hoje.

Outro fato marcante, ocorrido no transcurso do período de tombamento, diz respeito ao Movimento de Cultura Popular. Tudo se originou quando Miguel Arraes de Alencar, Prefeito da Cidade do Recife, no ano de 1961, buscou uma política educacional que contemplasse, além das crianças no ensino de base, a educação de adultos que, para ele, era fundamental naquele momento (COELHO, 2012, p. 17). A política educacional que buscava Arraes ia além da educação, contemplava a cultura, com uma meta específica: por meio da cultura popular, elevar o nível cultural do povo e torná-lo ser ativo na produção cultural.

Finalmente, ia nascendo um projeto, envolvendo a parceria do poder público e da iniciativa privada. Não um simples órgão estático, mas um movimento em marcha. Não só para crianças e adolescentes, mas igualmente para adultos. Não apenas para a educação, mas também para a cultura. E com uma grande meta: elevar o nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho. (COELHO, 2012, p. 17)

O Professor Germano Coelho, juntamente com as Professoras Norma Porto Carreiro e Anita Paes Barreto, prepararam o Estatuto do Movimento de Cultura Popular, logo aprovado pelo Prefeito, que teve como data de fundação 13 de maio de 1960, registrado em Cartório no dia 19 de setembro de 1961 (sendo oferecido como sede o Casarão localizado no Sítio da Trindade, denominado pelo MCP como Arraial do Bom Jesus). Os membros do Conselho de Direção: Germano Coelho, Anita Paes Barreto, Paulo Freire, Geraldo Vieira, Abelardo da Hora, Reinaldo Pessoa, Arnaldo Marques, Aluizio Falcão e Norma Porto Carreiro Coelho, elegeram Germano Coelho como primeiro presidente do MCP. (COELHO, 2012, p. 18)

O MCP, inicialmente, buscou a criação de escolas nos locais mais humildes e distantes, procurando integrar a escola à comunidade. Para se ter uma ideia, no ano de 1962, um ano após o início do Movimento, havia 20.000 alunos distribuídos em pouco mais de 600 turmas, distribuídos em 200 escolas isoladas e cinco grupos escolares. Segundo Ana Paes Barreto,

fundadora e conselheira do MCP, “o MCP que levou a Prefeitura do Recife a criar, oficialmente, o ensino municipal, sob a direção de uma Secretaria de Educação” (COELHO, 2012, p. 24).

Na educação para adultos, o MCP criou o programa de escolas radiofônicas. Em 1962, o referido programa contava com mais de 30 mil alunos, além da utilização do Livro de Leituras para Adultos, onde foi implementado pela primeira vez o método Paulo Freire. Os trabalhos desenvolvidos pelo MCP, a partir do Recife, tiveram repercussão internacional e, considerando os resultados positivos no programa de alfabetização de adultos, o Presidente da República, João Goulart, publicou o Decreto 53465 em 21 de janeiro de 1964, estabelecendo o Programa Nacional de Alfabetização, baseado, portanto, de acordo com os resultados obtidos pelo Método Paulo Freire, principalmente por conta da rapidez com que um adulto conseguia ser alfabetizado.

O MCP criou o Programa de Praças de Cultura nos bairros de Casa Amarela, Iputinga, Várzea, Beberibe e Torre. O povo foi visitado e solicitado a dar sugestões para as ações culturais a serem desenvolvidas em cada uma das praças. Em 1962, as praças foram inauguradas, com bandas de fanfarras tocando em cada um dos bairros e indo em direção ao local do evento (COELHO, 2012, p. 78)

Foram inúmeras as ações culturais promovidas pelo MCP, sediado no Sítio da Trindade. Quando instaurado o Regime Militar, com o fechamento do Congresso, deposição de Arraes, naquele momento Governador do Estado, o MCP sofreu as consequências, sendo fechado. Os jardins do Sítio foram invadidos por dois tanques de guerra do Exército, os membros do Movimento foram presos, alguns exilados, todo o material da sede foi pilhado e o material de escritório retirado.

No dia 1º de abril, não acreditei, quando me disseram que o Exército havia ocupado o MCP, no Arraial do Bom Jesus. Fui lá, ver com meus próprios olhos. Dois tanques de guerra sobre o gramado do jardim, apontavam os canhões para as duas entradas do sítio. (COELHO, 2012, p. 133)

**Figura 04** - Tanques nos jardins do Sítio da Trindade. (Reconstituição)



**Fonte:** COELHO, Germano. *Movimento de Cultura Popular*, 2012, p. 133.

O Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, sob a responsabilidade administrativa da Prefeitura Municipal do Recife, permaneceu utilizando o espaço como local de festividades, continuando as ações que buscam a divulgação da cultura popular iniciada pelo MCP, em que pese a presença das escavações arqueológicas no local, além dos fatos históricos acontecidos no casarão. A PMR utiliza o termo *Centro de Difusão Cultural* para o Sítio da Trindade. As festas seguem um calendário cíclico fixo, contemplando as festas juninas, o local se transforma no maior arraial junino da região metropolitana do Recife, com a apresentação de quarenta quadrilhas, em média, e o ciclo natalino, onde certa de vinte pastoris se apresentam no local, registrando que neste ano de 2018, não houve nenhuma apresentação natalina promovida pela Prefeitura.

O espaço ainda é utilizado para diversas atividades e eventos que se distribuem ao longo do ano, além da utilização para ações isoladas como campanhas de vacinação, por exemplo. Mantém ainda um programa da Academia da Cidade, onde moradores do entorno são contemplados. Conta, ainda, com pista de caminhadas, além de manter no casarão salas de aula para cursos técnicos, dirigidos para alunos das escolas municipais, como informática e robótica.

Como podemos observar, há uma diversidade nos usos e práticas desenvolvidos no local, carregados de significados culturais, desde o patrimônio ali guardado em algum lugar da memória, até as manifestações de cultura popular, ressaltando o que diz Pesavento:

Concepções que opunham à cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do “autêntico”. Faz também bastante tempo que o historiador Carlo Ginzburg veio enriquecer essa proposta, ao introduzir a ideia da “circularidade cultural”. Traços culturais movem-se por entre os grupos, as camadas ou as classes sociais, permitindo reelaborações contínuas. (PESAVENTO, 2006, p. 48)

Em seu conceito de “circularidade cultural”, Ginzburg entende como inexistente a dicotomia entre a cultura dominante e a subalterna, para ele, embora haja a oposição entre elas, não significa que se excluam mutuamente, ao contrário, o choque entre elas permite a absorção de valores sem que haja a exclusão de uma pela outra. Para ele há: “relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 1987, p. 13). Temos de um lado o patrimônio histórico tombado e do outro lado as festividades de cultura popular desenvolvidas no Sítio da Trindade. A prática dos eventos promove, contraditoriamente, a depredação, tendo em vista o grande público presente - por outro lado, a transformação do local em espaço público torna visível a necessidade da preservação constante por ser um bem tombado.

Cabe também observar que o tombamento do local está fundamentado na notificação como Conjunto Paisagístico (COSTA, F. 1981, p 22), o forte original não existe mais. Há a peculiaridade do material de que foi erguido o forte, o vestígio arqueológico presente no local (o fosso original) é de terra, e por ser de terra, rés ao chão, e abaixo do nível do piso atual, fica ao largo, um estranho buraco no meio do parque.

**Figura 05** - Fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus.



**Foto:** Sérgio Lima Silva (2018).

Um vestígio que, caso não fosse a separação do gradeamento e, claro, a precipitação promovida pela escavação, talvez fosse confundido com o piso atual e se misturaria a ele e, conseqüentemente, por ele todos passariam e nem seria percebido. Porém, mesmo com a

situação descrita de gradeamento e precipitação, poucos percebem a que se refere o vestígio mencionado. Como também não há um referencial a respeito dos acontecimentos do Movimento de Cultura Popular ali ocorridos. Os usuários e visitantes do Sítio da Trindade não escolheram lembrar esses fatos, suas memórias são mais recentes:

A rigor, se poderia dizer que cada cidadão escolhe seus pontos de atenção e referência para se situar no tempo e no espaço urbano. Eu conheço um lugar, costumamos dizer, implicando com isto que nos referimos a um recanto da cidade especial para nós, que nos toca de maneira particular. Mas também podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo. (PESAVENTO, 2008, p. 3)

O Sítio da Trindade é um lugar reconhecido, por escolha e/ou indução, mesmo que algumas pessoas em Recife não o conheçam, já ouviram falar dele... é verdade, um lugar mais lembrado pelas festividades e menos pelo referencial histórico. Desse modo, é necessária, portanto, a identificação com o local, para que essa memória seja cultivada (PESAVENTO, 2008, p. 5). A dualidade identidade/ memória perpassa pela noção de coletivo:

Assim, os centros urbanos sofrem os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo e ao uso social de tais espaços; sofrem ainda alterações de uso, que modificam, apagam ou destroem a função original dos mesmos; e, por último, a centralidade pode ser acometida de uma perda de significado e de memória, sofrendo pelo esquecimento e pela falta de sentido histórico, que foi perdido através das gerações. (PESAVENTO, 2008, p. 5)

Talvez estejamos diante do cerne do problema do objeto em questão: além do *esquecimento*, há a questão da “*falta de sentido histórico*”, se formos considerar os acontecimentos pretéritos, porque não é apenas isso que acontece no local, afinal, há uma dinâmica de usos e práticas socioespaciais que modificaram a função do conjunto paisagístico. O conjunto paisagístico passou a ter significado de uso urbano pelos moradores e visitantes que o utilizam. Os grupos que usam o Sítio da Trindade guardam na memória as festas das quais participaram, os eventos que organizaram ou frequentaram, ou como um simples local do passeio matinal nas suas alamedas, tudo faz parte da sua memória.

Essa educação patrimonial que, teoricamente, ou a partir do senso comum, deveria ser atribuição da instituição responsável pela gestão do Sítio da Trindade, no caso, a Prefeitura Municipal do Recife, deixa de ser exercida de uma forma efetiva. Tomamos como exemplo a placa indicativa da localização do sítio arqueológico onde se encontram as ruínas do fosso do Forte do Arraial do Bom Jesus. Como podemos observar nas fotos abaixo, a primeira de 2018, ainda havia um banner indicando o local da origem histórica do Sítio da Trindade; já na foto seguinte, refletindo a situação atual em maio de 2019, apenas o banner. Podemos inferir, a partir

disso, uma certa precarização da memória, pois agora sequer existe um banner indicando o que foi e representa aquele local, restando, apenas, o suporte de ferro. Essa situação ainda não foi resolvida, pelo menos até a última visita que realizamos ao local, no dia 02 de novembro de 2019. Agrava-se a isto a instalação de uma barraca do evento junino junto à escavação. Observamos aqui a priorização da festa em detrimento da preservação patrimonial. O local onde será erguida a festa está disponível e limpo, enquanto o local a ser preservado, no caso da foto, a escavação arqueológica, está abandonado e sujo.

**Figura 06** - Placa indicativa das ruínas do fosso do Forte do Arraial do Bom Jesus.



**Foto:** Sérgio Lima Silva, agosto de 2018.

**Figura 07** - Suporte da placa indicativa das ruínas do fosso do Forte do Arraial do Bom Jesus.



**Foto:** Sérgio Lima Silva, maio de 2019.

Como podemos observar na figura 6 em foto de agosto de 2018, já constatamos a precariedade da preocupação do órgão gestor, Prefeitura Municipal do Recife, com a informação do local da origem histórica do Sítio da Trindade. A placa feita de banner de plástico já apresentava elevados sinais de deterioração, até chegar ao ponto do total desaparecimento da placa indicativa, conforme constatamos na figura 9 de maio de 2019, restando apenas o suporte de ferro.

**Figura 08** - Suporte da placa indicativa das ruínas do fosso do Forte Arraial do Bom Jesus, com barraca junina armada à frente.



**Foto:** Sérgio Lima Silva, maio de 2019

Em princípio, buscamos observar de que maneira a gestão do espaço instala os diversos equipamentos utilizados nos eventos. Não sabíamos o que iríamos encontrar e de que modo seríamos recebidos. De qualquer forma, as observações foram feitas sem que nos identificássemos como pesquisadores. Assim, caminhamos entre os trabalhadores da montagem, tiramos fotos normalmente, sem que fôssemos questionados em momento algum. Como fonte de pesquisa registramos e desenvolvemos nossas observações neste trabalho.

Muito embora um dos montadores não soubesse informar se, no ano anterior, a montagem fora feita da mesma maneira, visto que a Empresa não era a mesma do ano que havia se passado, não podemos afirmar que o procedimento da montagem das barracas junto à escavação é uma prática anual, pois apenas conseguimos a constatação desse ano e assim registramos. Porém, a instalação de barracas de vendas de bebidas e comidas ao longo de todo o Sítio da Trindade, durante os festejos juninos, é uma prática que se desenvolve desde 1968, visto que desde aquele ano, não houve interrupção dos festejos que acontecem naquele local. A maneira como o órgão gestor, A Prefeitura Municipal do Recife, lida com essa situação, e o modo como os usuários, visitantes e moradores do entorno do Sítio da Trindade participam das práticas e usos, são o objeto do próximo capítulo.

## 1.2 Os Usos e Práticas Institucionais e Socioespaciais

Para uma análise dos usos e práticas do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, precisamos estabelecer dois ângulos de visão: de um lado, o uso e a prática do órgão gestor, nesse caso, a Prefeitura da Cidade do Recife, do outro lado, os usos e práticas do público visitante do Sítio da Trindade. Desse modo, estabelecemos, inicialmente, um tópico para as práticas e usos institucionais, onde mostramos o aspecto administrativo contextualizando a política urbana adotada pela Prefeitura nos anos de 1950, data da desapropriação, até a década atual, ressaltando as práticas utilizadas pela PMR na comercialização do local.

No outro tópico, analisamos os usos e práticas socioespaciais e como esses aspectos transformaram, ao longo do tempo, um bem patrimonial tombado em espaço público - é importante ressaltar também que embora em nenhum momento o Sítio da Trindade tenha deixado de ser um bem patrimonial, constatou-se, durante a pesquisa, essa transformação, decorrente dos diversos usos do espaço principalmente quando consideramos os aspectos culturais, notadamente, quando adentramos ao conceito de cultura popular discutida ao longo do tópico.

E, finalmente, concentramos nossa atenção ao principal evento que ocorre no local: os festejos juninos, pois entendemos que ele é um aspecto fundamental para a discussão do próprio conceito de cultura popular, anteriormente mencionada, além da maneira como o público usuário estabelece laços com tal festejo, e, por último, como formamos um pensamento crítico do local histórico como espaço de manifestação da cultura popular, bem como a sua importância para o bairro e, conseqüentemente, para a cidade como espaço de uso público.

### 1.2.1 Usos e Práticas Institucionais

Neste tópico, buscaremos discutir de que maneira a Prefeitura da Cidade do Recife utiliza o espaço do Sítio da Trindade. Trata-se de um Parque Público localizado em um bairro populoso, cujo uso inicial de logradouro público foi, com o decorrer do tempo, se transformando até se tornar um espaço público cuja exploração comercial é administrada pela PMR.

Discutiremos, também, os usos e práticas socioespaciais desenvolvidas pelo público usuário, moradores do entorno e pequenos comerciantes do espaço. Traremos a discussão da utilização do espaço desde área de lazer, socialização e convívio, até a utilização como espaço de eventos, sejam eles de pequeno porte, como a feira orgânica que funciona aos sábados, assim como também os eventos de grande porte, como a Festa Junina anual que traz visitantes do entorno e de outros bairros.

Como mencionado ao final do tópico anterior, a Prefeitura Municipal do Recife utiliza o Sítio da Trindade como local para eventos culturais, denominando-o *Centro de Difusão Cultural*. É evidente que a PMR funciona aqui apenas como órgão gestor, o uso direto é feito pelo público frequentador, por ocasião dos eventos, pelos moradores do entorno em seu uso diário como espaço público. O uso e prática exercidas pela PMR é o que abordaremos nessa parte do capítulo.

Inicialmente precisamos discorrer sobre a transição do Sítio da Trindade da condição de propriedade privada para logradouro público. As primeiras tentativas nesse sentido ocorrem na década de 1950, naquele momento a cidade atravessa um período de grandes alterações urbanas.

A cidade modificava-se vertiginosamente pela decomposição do complexo rural; a cidade modificava-se pela emergência de novas forças sociais e políticas; a cidade modificava-se pelo crescimento do número de mocambos; a cidade modificava-se pela destruição de mocambos e pela construção de vilas habitacionais; a cidade tornava-se rebelde em suas múltiplas expressões; portanto, como fazer essa menina, tornada mal-educada, parodiando o jornalista Mário Melo, voltar a ser a sinhazinha de outrora? (PONTUAL, 2001, p. 11-12)

A expansão urbana que provoca o desequilíbrio entre natureza e cidade, “reportado aos idos de 1940/1950” (PONTUAL, 2001, p. 12), atingiu diversos bairros da cidade do Recife. Nesse sentido,

confrontadas as plantas de 1943 e 1951, verifica-se que, na primeira, o rio Capibaribe marcava uma das linhas de ocupação da cidade, a que se estendia na direção do centro para as áreas localizadas ao norte e noroeste do município; e, na segunda, esse elemento da natureza já tinha sido ultrapassado, e a ocupação estendia-se contínua ao longo da outra margem. Pode-se dizer que, ao norte, os vazios entre os tentáculos ou vias foram ocupados abrangendo os bairros do Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Santo Amaro, Graças, Encruzilhada, Água Fria, Beberibe, Casa Amarela e Poço. (PONTUAL, 2001, p. 8)

Essa expansão urbana no Recife mencionada por Pontual (2001), ocorreu, notadamente, entre as décadas de 1950 e 1970. Coincidentemente, há um lapso temporal de vinte anos entre a solicitação do Tombamento do Sítio da Trindade (1951) e a homologação desse Tombamento ocorrido em 1974.

O confronto entre a ocupação da cidade, registrada na planta de 1951, e a referente ao ano de 1970 permite afirmar que, ao longo dessas duas décadas, as áreas vazias entre os tentáculos ou vias ao sul foram ocupadas, a mancha urbana espalhou-se, avançou mais e mais no ambiente natural, transformando-o em ambiente construído, alterando, em quase toda a extensão territorial da cidade, a proporção espaço vazio/espaço edificado. (PONTUAL, 2001, p. 9)

Convém ressaltar que, em sua origem, a solicitação de tombamento do Sítio da Trindade não teve a Prefeitura Municipal do Recife como autora. A manifestação institucional para o tombamento atendeu reivindicação do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco após diversas provocações da Imprensa que reivindicava a preservação de uma área verde em bairros cuja especulação imobiliária já causava preocupação na década de 1950. Em seu relatório de justificativa para o tombamento do Sítio, Ayrton Carvalho, então Chefe do Primeiro Distrito do Departamento de Preservação Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, em 1950, dizia:

É pena que isso vá sucedendo, **sem um protesto enérgico e eficiente da comunidade**, cujas vistas não se pode voltar, às mais das vezes, senão para o imediatismo dos problemas aflitivos da agitada vida que vive, indiferente e avessa a essa hierarquia de valores de arte, do sentimento e do espírito. E o **estado psicológico da coletividade** se reflete na classe dirigente, que permite, faz vista grossa, compreende, transige, com esse crime. (BRASIL, DPHAN, Ayrton Carvalho, Processo de Tombamento 487-T-53, Volume I, folha 3, grifos nossos)

A preocupação local estava longe da comunidade, como ressaltado por Ayrton Carvalho em seu relatório, e havia, segundo ele, o reflexo desse estado de “indiferença” perpassava pelas atitudes dos dirigentes, cabendo, nesse caso, aos que estavam preocupados com a “hierarquia

de valores de arte” agir no sentido de preservar, manter a paisagem urbana mais próxima possível da sua originalidade.<sup>5</sup>

O tombamento que, a princípio, mostrava seu caráter de preservação urbanística, foi reforçado com a origem histórica do local. O próprio Ayrton Carvalho (1953) reforça no final do seu relatório o aspecto histórico: “tradicional Sítio da Trindade, dos Peretti, que, se refere à época e aos sucessos da invasão holandesa em Pernambuco”.

Por outro lado, era necessário proceder a desapropriação do imóvel. Nesse sentido, foram constantes os apelos dos jornalistas Mário Melo e Aníbal Fernandes para a Prefeitura proceder a desapropriação do imóvel.

Fui quem primeiro lembrou a desapropriação, quando faleceu Anselmo Peretti. Ao falecer posteriormente a viúva deste, sem herdeiros forçados, insisti no assunto, e propus ao Instituto Arqueológico, proposta aprovada unanimemente, fosse solicitada ao Prefeito a sua desapropriação, processo que iniciou o antecessor do Sr José Maciel, Sr Jorge Martins, sendo o decreto assinado por aquele. (MELO, Mário. *Folha da Manhã*, Recife, 06 de maio de 1953)

O processo institucional de preservação do Conjunto Paisagístico teve como primeiro procedimento a desapropriação do local, visto tratar-se de propriedade particular pertencente à Família Trindade Peretti. Com o fim inicial de protegê-lo do assédio da especulação imobiliária, como já mencionado, nos fica evidente que, por outro lado, as razões da desapropriação também foram fundamentadas na sua origem histórica. Por exemplo, na mesma crônica de Mário Melo há referência por ocasião da “comemoração do Tricentenário da Restauração Pernambucana” e considerado, segundo a crônica, o Sítio “o berço da nacionalidade brasileira”. O Decreto Municipal 423 de 29 de dezembro de 1952, fundamentou a desapropriação em fins de interesse social, e em seu artigo primeiro especifica a motivação histórica:

“...destinado a perpetuar a memória dos que, amparados nas fortificações que ali existiram sob a denominação de Arraial Velho do Bom Jesus, lutaram heroicamente contra o invasor holandês, no século XVII.” (Decreto nº 423 de 29 de dezembro de 1952)

Com a desapropriação, a primeira instituição pública a administrar o Sítio da Trindade passou a ser a Prefeitura Municipal do Recife. Com isto, a Legislação que regula a sua preservação, conservação e manutenção é municipal. Até então, o local ainda não estava sob a Legislação Federal. Entre dezembro de 1952, data da desapropriação, até junho de 1974, data do tombamento pelo IPHAN, evidencia-se a total autonomia da Prefeitura no direcionamento administrativo ali realizado.

---

<sup>5</sup> CARVALHO, Ayton. *Processo de Tombamento*, v. 1, p. 3

A transformação da propriedade em logradouro público na década de 1950, abre possibilidades de usos e práticas até então não desenvolvidas no local. Conforme estabelecido no Decreto Municipal 423, a propriedade privada que, naquele momento, pendia entre o abandono pelos proprietários e o desejo dos empreendedores imobiliários (que enxergavam o potencial do local), abriu suas portas para o encontro da memória histórica ali presente, com o público que passará a visitá-lo e construir uma nova memória. Esses dois eixos: a especulação imobiliária que desfazia a paisagem urbana e a importância histórica do local, fundamentaram a carta enviada por Ayrton Carvalho, então chefe do Primeiro Distrito do DPHAN, ao Ministério da Educação e Saúde no ano de 1950.

Como assinalamos em 1949, - e, mais insistentemente, tornamos a fazê-lo agora, - vão desaparecendo, pouco a pouco, da paisagem recifense, loteados pela ganância vesga de um capitalismo insaciável de maiores e mais fáceis lucros, “os grandes e acolhedores sítios de morada, sempre primorosos de arborização e tão saborosamente característicos da tradicional paisagem do Recife antigo” (BRASIL, Processo de Tombamento, Volume I, folha 3)

Com o Decreto Municipal de Desapropriação, inicia-se o processo de institucionalização do local. O que era privado e desconhecido passa a ser público e conhecido. É necessário a partir daí estabelecer um pertencimento da população da cidade com o local histórico. Embora a desapropriação tenha ocorrido em 1952, baseada nos fatos já citados, as tentativas de comprovação da localização do Forte do Arraial do Bom Jesus já haviam sido iniciadas em 1922 por intermédio de levantamento histórico textual e iconográfico realizado pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco na década de 1920. Há um marco localizado no Sítio da Trindade, comemorativo ao feito, inaugurado em 30 de janeiro de 1922. Trata-se de um monumento em granito, composto de um obelisco de dois metros de altura sobre um prisma, na frente há uma placa com a inscrição: “*Aqui existiu o Forte Real do Bom Jesus (Arraial Velho) 1630 – 1635. Instituto Archeologico, 1922*”.

Mesmo com a propriedade ainda pertencente à família Trindade Peretti, nos anos de 1920, havia uma preocupação na localização de algum vestígio do Forte do Arraial do Bom Jesus. Esse marco do IHGPE serviu como registro da tentativa dessa localização só consolidada nas escavações de 1968 do Professor Marcos Albuquerque, do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Embora a solicitação de Ayrton Carvalho para o tombamento, constasse em seu relatório do período de 1950/1951, o terreno, naquele momento, ainda era propriedade da família Trindade Peretti. O Decreto Municipal 423 de desapropriação foi publicado em 29 de dezembro de 1952. Aqui voltamos ao problema apontado por Meneses (2009)

Aliás, é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência. (MENESES, 2009, p. 30)

Ulpiano Bezerra de Meneses direciona seu discurso para a necessidade de um “potencial de interlocução” (MENESES, 2009) fundamentalmente com os “interlocutores locais”. No caso do Sítio da Trindade, a preocupação com a preservação surgiu a partir da Imprensa - artigos de Mário Melo citava o local como área verde que, caso sofresse alguma intervenção, descaracterizaria o bairro que, naquele momento, estava sob o avanço das alterações promovidas pelas inúmeras construções que se multiplicavam rapidamente.

As diversas esferas institucionais se entrelaçam em torno de um bem a ser tombado. Ainda segundo Mário Melo, seria necessário repensar essas esferas de decisão, não apenas buscando soluções jurídico-administrativas – característico no caso em estudo – mas buscando soluções locais, embora ressaltamos que, naquele momento, ficava restrito, como menciona Ayrton Carvalho, ao círculo fechado do poder que administra e se preocupa com o valor histórico e artístico dos bens sob a sua responsabilidade. As posições do poder Federal e do poder Municipal são assumidas de formas isoladas.

Inicialmente, a primeira Instituição que interveio no Sítio da Trindade, no sentido de buscar fundamentos que provassem a historicidade do local, foi o IAHGP, órgão independente, preocupado em pesquisar os fatos e fontes que formassem a História Pernambucana. Na década de 1920, foram realizadas as primeiras prospecções no local em busca de vestígios e tentativa da localização do Forte do Arraial do Bom Jesus. Embora não obtivessem sucesso naquele momento, registrou-se a intervenção do IAHGP no local mediante a afixação de um marco comemorativo. As pesquisas foram retomadas na década de 1960 pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE quando, finalmente, ficou consolidada a localização do Forte e, com a área demarcada, as escavações arqueológicas foram realizadas.

Embora a solicitação de tombamento junto ao Ministério da Cultura e Saúde tenha sido realizada em 1951, com a propriedade ainda sendo particular, a desapropriação só ocorreu em 1952. A Prefeitura Municipal do Recife passou a administrar o Sítio da Trindade em novembro de 1953. O Decreto Municipal transforma a propriedade particular em logradouro público. A homologação do pedido só ocorreu em 18 de julho de 1974, entre a decisão de tombamento datada de 19 de maio de 1953 e a efetivação do registro em Livro de Tombo. O hiato temporal entre o pedido e a homologação deveu-se a um problema burocrático: havia a necessidade de envio à entidade de Patrimônio Nacional da documentação solicitada diversas vezes e que, após

exame atento do memorial de tombamento, a demora se resumia ao atraso na entrega das fotografias do local. No entanto, embora seja essa a alegação, não localizamos no processo de tombamento nenhuma fotografia do local.

Acatada a inclusão em Livro de Tombo em 1953, foi solicitado ao Chefe do Primeiro Distrito, Ayrton Carvalho, em telegrama datado de 21 de maio de 1953, o envio de documentação fotográfica e levantamento de dados históricos. Essa solicitação foi reiterada por ofício em 07 de novembro de 1962 e em 10 de abril de 1974 quando, finalmente, os dados foram enviados.

Sob administração Municipal durante os vinte e um anos do processo de tombamento, o local passou a ter uso público para visitação, passeio e no antigo casarão da Família Peretti, a Prefeitura passou a utilizar como local de atividades culturais e educacionais. O modelo de uso e prática utilizados inicialmente, segue uma mesma trilha até os dias atuais. Os espaços abertos usados como espaço de lazer e o casarão como espaço educacional.

No ano de 1961, a Prefeitura Municipal do Recife instalou no Casarão a sede do Movimento de Cultura Popular. Uma das atividades que marcaram esse Movimento foi a consolidação do pertencimento da população do entorno com as atividades culturais ali desenvolvidas. O MCP cria o Parque de Cultura do Arraial do Bom Jesus.

Neste Parque de Cultura, o MCP construiu, no sopé da elevação, um anfiteatro ao ar livre, o Teatro do Arraial Velho (...) Na casa-sede, foi instalada a Biblioteca do MCP, com enciclopédias, dicionários, histórias da civilização e do Brasil.(...) Uma vez, no ano, havia nesse Parque de Cultura uma semana luminosa: era “*São João no Arraial*”. Ia de Santo Antônio, passando por São João até São Pedro. A mata do Arraial, com jaqueiras e mangueiras frondosas, ficava toda iluminada, com fogos, fogueiras, balões e estrelas multicores. Pequenas barracas, decoradas com bandeirolas juninas, salpicavam as trilhas do bosque. (COELHO, 2012, p. 73-74)

O uso do local como espaço de apresentações culturais iniciado naquele momento pelo MCP, tornou-se uma prática que se estende até o ano em que estamos. Convém ressaltar que, naquele ano de 1963, data da primeira festa de São João, ainda não havia sido registrado o tombamento do Sítio da Trindade e, também, não havia a presença das escavações arqueológicas só iniciadas em 1968. Por outro lado, também era de conhecimento dos membros do MCP que, naquele local, havia o marco de registro do IAHGP confirmando a presença de possíveis vestígios do Forte do Arraial do Bom Jesus

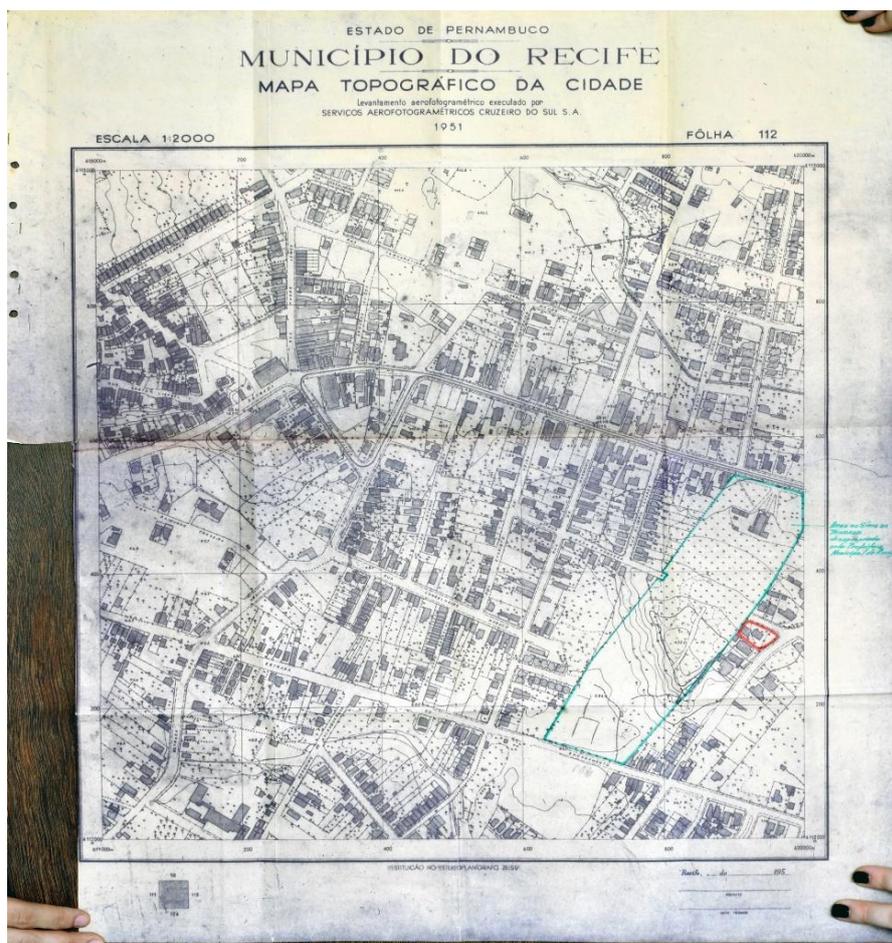
E o ato inicial do MCP: mudar o nome privatizado - Sítio da Trindade. Restaurar a denominação histórica, Arraial do Bom Jesus, glória de Pernambuco. E, logo em seguida, solicitar, oficialmente, ao Instituto Arqueológico e Geográfico, como fizemos, que fossem aflorados os alicerces da fortaleza, para memória e veneração dos brasileiros. E, por fim, dar conhecimento a todos, que esse forte foi levantado com

o intuito de cortar a comunicação dos holandeses com o interior do País. (COELHO, 2012, p. 40)

Independente disso – dos aspectos históricos e possíveis vestígios arqueológicos - a festa foi realizada e, considerando a incorporação da população do entorno com os eventos ali realizados, passou a fazer parte do calendário oficial da cidade e, como já mencionamos, é um uso e prática que se consolidou até os dias atuais. Essa consolidação acarreta o problema legal do uso, visto que, naquele momento, não havia legislação proibitiva dos eventos ali. Tratava-se, então, de um espaço público que deveria ser utilizado pelos visitantes, como área de convívio e lazer. O evento inicial tornou-se, com o decorrer do tempo, o principal evento, hoje considerado o maior polo de festejo junino da região metropolitana do Recife. A consolidação desse evento caracteriza o seu principal uso que se estende até os dias atuais, em que pese haver vestígios arqueológicos do Forte do Arraial do Bom Jesus, razão do seu tombamento, a área está fundamentalmente ligada à festividade junina, sendo esse o principal uso de que faz a instituição Prefeitura Municipal do Recife.

Além da consolidação desse evento, a burocracia do tombamento pelo SPHAN, iniciado, como já mencionado, em 1951, com homologação em 1974, permitiu que nesse hiato temporal de vinte e três anos, ocorrem dois fatos que demarcam o local como referencial histórico: inicialmente, a criação do Movimento de Cultura Popular em 1961, com sede no Sítio da Trindade, e em segundo lugar, a descoberta dos vestígios arqueológicos, em 1968, do fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus. Alheio à tramitação do tombamento, o MCP promoveu a implantação do Parque da Cultura no Sítio da Trindade, onde, em 1963, iniciaram-se as festas juninas e os demais eventos culturais naquele local. Em 1968, a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, localiza o fosso original do Forte. Temos, de um lado, a gestão municipal promovendo a integração dos moradores com a cultura popular, papel importantíssimo de um órgão público; do outro lado, a necessidade de preservar a história do local. O IPHAN estabeleceu os limites a serem considerados para preservação, abaixo o mapa inicial contido no Processo de Tombamento do IPHAN:

**Figura 09** - Mapa Topográfico do Recife em 1951



**Fonte:** Processo de Tombamento 487-T-53 (Volume I, p. 9)

Na figura acima, observamos a área do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, demarcado pela linha verde, ao norte, a entrada principal na Estrada do Arraial nº 3259, ao sul a saída secundária na Estrada do Encanamento, nº400, o perímetro de tombamento, estabelecido pelo Processo no Processo de Tombamento (Folha 2 , Volume II), estende à Leste a proteção patrimonial até à Rua Olímpio Tavares lote 139, estendendo-se até à Rua Joubert de Carvalho, seguindo pelo Lote 82 da Rua Redentor até alcançar o Lote 482 da Estrada do Encanamento, e no sentido Oeste inicia no Lote 350 da Estrada do Encanamento, seguindo pela Rua Ferreira Lopes até atingir o Lote 3193 da Estrada do Arraial.

Esse perímetro descrito diz respeito ao estudo de tombamento do Conjunto Paisagístico, não está sendo considerada pela Legislação Municipal atualmente em vigor. O Perímetro de Proteção e Preservação Municipal, estabelece Zonas com Diretrizes específicas, já a Lei de Uso e Ocupação do Solo<sup>6</sup> da cidade do Recife, estabelece os mapas de zoneamento do território municipal.

<sup>6</sup> Lei 16.176/96, revisada pelo Plano Diretor dado pela Lei 17511/2008, regulamentada pelo Decreto 26601/2012.

Art.13 As Zonas de Diretrizes Específicas - ZDE – compreendem as áreas que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo e classificam-se em:

I – Zonas Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH;

(...)

Art.16 As ZEPH se dividem em:

I – Setor de Preservação Rigorosa – SPR;

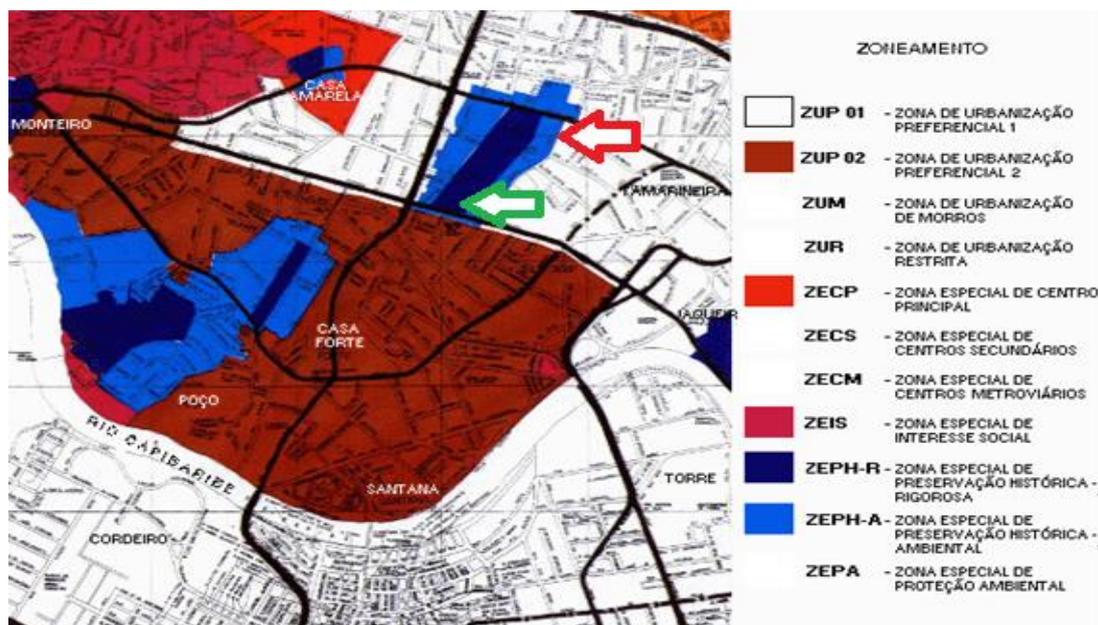
II – Setor de Preservação Ambiental – SPA;

§ 1º O SPR é constituído por áreas de importante significado histórico e/ou cultural que requerem sua manutenção, restauração ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto.

§ 2º O SPA é constituído por áreas de transição entre o SPR e as áreas circunvizinhas. (RECIFE, 2012, n.p.)

Assim, o Sítio da Trindade está classificado com Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico – Cultural – ZEPH. Em princípio, entendemos como local a ser preservado pelo seu valor patrimonial histórico-cultural. No entanto, encontramos no corpo da mesma Lei as especificidades de cada Bem Cultural elencado: para o Sítio da Trindade, a divisão da Zona de Preservação está subdividido em duas grandes áreas, quer dizer, a Zona Especial de Preservação Histórica Rigorosa – ZEPH - R e a Zona Especial de Preservação Histórica Ambiental – ZEPH-A. Apesar de constar na denominação do zoneamento o termo “rigorosa”, não localizamos quaisquer parâmetros deste rigor. Há apenas uma classificação e a submissão de cada área aos termos ali estipulados. Também não encontramos os critérios de classificação de rigor de preservação ou do aspecto ambiental. Demonstramos no mapa abaixo as delimitações do zoneamento citado, o mapa consta como anexo da Lei 16176/1996 (Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife):

**Figura 10** - Zoneamento de parte da região metropolitana do Recife.



**Fonte:** Lei 16.176/96, revisada pelo Plano Diretor dado pela Lei 17511/2008, regulamentada pelo Decreto 26601/2012.

Na indicação da seta vermelha, encontramos o perímetro externo ao redor do Sítio da Trindade, indicada na convenção do zoneamento pela cor azul mais clara como Zona Especial de Preservação Histórica Ambiental – ZEPH-A. Na indicação da seta verde encontramos o perímetro interno ao redor do Sítio da Trindade, indicada na convenção do zoneamento pela cor azul mais escura como Zona Especial de Preservação Histórica Rigorosa – ZEPH-R.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo busca estabelecer mecanismos de controle que permitam um uso racional e produtivo das diversas regiões que compõem a Região Metropolitana da cidade do Recife, nele incluídos, nos caso em estudo, os parques e áreas verdes e o modo como a população poderá utilizá-las da melhor maneira possível e do modo mais racional. No próximo capítulo analisamos os usos e práticas desenvolvidas pelos usuários do Sítio da Trindade.

### 1.2.2 Usos e Práticas Socioespaciais

Discutidos os usos e práticas desenvolvidos pela Instituição Prefeitura Municipal do Recife, precisamos situar o público usuário como agente atuante no espaço do Sítio da Trindade. De que maneira os visitantes enxergam os aspectos históricos e culturais presentes no espaço? Há alguma noção do local como um bem cultural?

Para discutirmos os aspectos culturais do Sítio da Trindade, precisamos, primeiramente, estabelecer alguns aspectos conceituais a serem abordados. A princípio, discutir o próprio Sítio da Trindade como um bem cultural, mas para precisarmos, a priori, fornecer um conceito de cultura que mais se aproxime dessa discussão.

Se há um conceito que não é pacífico na chamada Nova História Cultural – NHC é justamente o conceito de cultura. A própria origem semântica da palavra nos conduz a inúmeros significados: surgida a partir do termo latino *colore* que originou a palavra cultura, com diversos significados como habitar, cultivar, proteger com veneração. (WILLIAMS, 2007). A partir daí, o termo cultura é utilizado em diversos campos do conhecimento e, de acordo com os objetivos e métodos de cada campo, o termo cultura assume o significado necessário para dar suporte a cada um deles.

O conceito de cultura é, fundamentalmente, um conceito estudado e debatido pela Antropologia a partir dos estudos da diversidade cultural. Para Burke (1992), o grande número de historiadores de cultura e interdisciplinaridade permitiu, ao menos, que se ampliasse esse conceito, apesar de toda dificuldade para um entendimento comum às diversas disciplinas. E essa concepção interdisciplinar trouxe para a história alguns posicionamentos antropológicos, entre os quais o conceito de cultura. Entre elas citamos a de Geertz (2003, p. 15), segundo o qual as ações humanas são baseadas na cultura, e como essa, por sua vez, atua como uma estrutura, (GEERTZ, 2003, p. 15) é necessário entender essas ações a partir da heterogeneidade dos diversos grupos de convivência.

Dessa noção antropológica se baseia boa parte da história cultural, evidenciando que existem inúmeras concepções de cultura. Dentre elas, podemos defini-la como o “conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social” (BOSI, 1996, p. 86), ou “como um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2013, p. 46). Portanto, podemos observar a partir desses dois conceitos, apenas, as relações existentes entre eles: um conjunto de práticas e significados, transmitidos/partilhados e o convívio social necessário para a sua permanência. Isso mostra, como já mencionamos, a complexidade desse conceito,

os antropólogos propuseram um número bastante grande de definições da cultura, que frequentemente são conflitantes e até mesmo incompatíveis entre si. (REVEL, 2009, p. 100)

Ressaltamos, no entanto que

A definição de cultura como o conjunto de realizações humanas, materiais ou imateriais leva-nos a caracterizá-la como um fundamento básico da História, que por

sua vez pode ser definida como o estudo das realizações humanas ao longo do tempo. Tal percepção, no entanto, só se desenvolveu plenamente com a Nova História, na segunda metade do século XX. Seguindo a perspectiva interdisciplinar da Escola de Annales, os historiadores da Nova História começaram a fazer conexões entre História e Antropologia e História e Literatura. (SILVA, 2009, p. 87)

O caso em estudo perpassa, além da problemática conceitual de cultura, o problema do conceito de bem cultural. O Sítio da Trindade é um bem cultural? Segundo o Dicionário Aurélio um bem cultural seria

um bem, material ou não, significativo como produtor e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região. (...) Podem-se considerar como bens culturais obras arquitetônicas, ou plásticas, ou literárias, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, manifestações folclóricas, etc. (FERREIRA, 1986, p. 247)

Porém, uma característica fundamental de um bem cultural é a necessidade de estar protegido. Essa proteção institucional é estabelecida por critérios prévios:

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14)

Essa escolha institucional, como já mencionado, obedece a critérios colocados *a priori*. No caso em estudo, o fundamento legal para a proteção do Sítio da Trindade é o Decreto-Lei 25 de 1937 em seu artigo quarto, letra d:

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:  
1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.  
2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;  
(BRASIL, 1937, n.p.)

A inscrição do Sítio da Trindade como bem cultural no Livro de Tombo Histórico, formaliza a fundamentação histórica do local e, evidentemente, o coloca no rol de bens a serem protegidos, considerando, principalmente, o seu valor histórico e, em tese, deveria ser preservado, conservado e divulgado considerando essa origem.

Por outro lado, com a instalação da sede do Movimento de Cultura Popular no casarão do Sítio da Trindade em 1961, estamos diante de outro problema conceitual que diz respeito à *cultura popular*. Embora o nome *Movimento de Cultura Popular* tenha sido “herdado” de uma brochura francesa dos anos de 1950 “*Mouvement de Culture Populaire*” (COELHO, 2012),

movimento com o qual Germano Coelho e sua esposa Norma Porto Carreiro, quando travaram conhecimento quando estudantes na França, além de absorverem e adotarem alguns dos fundamentos presentes no pensamento de Lebret, com quem também tiveram contato no Centro de Economia e Humanismo. Germano Coelho registra a importância da obra de Lebret no Movimento de Cultura Popular, citando diversas obras que exerceram grande influência no Movimento.

O regime capitalista, sob suas formas antigas e sob sua forma atual, não permite a *mise en valeur rationnelle de l'ensemble du monde*. Não assegura a passagem “da avareza das nações a uma economia do gênero humano”. E o que o mundo espera é uma nova civilização comprometida com o “desenvolvimento do homem todo e de todos os homens”. (LEBRET, 1958, apud COELHO, 2012, p. 12)

O termo *cultura popular* utilizado pelos fundadores do MCP carrega, em sua origem, não apenas a preocupação com a chamada cultura do povo, cultura do subalterno, e procura apenas, assim, mostrar, promover, e divulgar. Muito pelo contrário, ela vai muito além disso e preocupa-se com a formação do homem, procura inserir o ser humano na chamada alta cultura.

Uma das características da História Cultural foi trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares. (PESAVENTO, 2005, p. 118)

Preocupado com o homem, sua formação, sua produção de conhecimento, do saber fazer, das suas festas e costumes, o Movimento de Cultura Popular criou um mecanismo que perdura hoje na esfera da produção cultural como forma de direcionamento institucional que, naquele momento, buscava exatamente o contrário – a ideia de priorizar a formação social do homem foi substituída, com o tempo, pela prioridade da festa em si. Em outras palavras, o MCP queria tirar do Estado capitalista a maneira como a cultura era apresentado às camadas mais desguarnecidas, e assim, procurava, com as suas ações, aproximar as manifestações populares dos moradores do entorno do Sítio da Trindade e, ao mesmo tempo, promover essas ações em outros bairros da região metropolitana do Recife. A gestão das manifestações populares, seu deslocamento do local original, ao trazer diversas quadrilhas juninas do interior para a capital, diversos pastoris, e outros grupos e artistas de outras cidades, e a delimitação de data e local de apresentação, causou, com isso, o surgimento da gestão de eventos culturais. As manifestações espontâneas na sua origem, com local, público local, envolvimento da cidade e dos visitantes de cada uma das cidades, foram deslocadas para atender um projeto que, segundo Germano Coelho (2012), buscava resgatar, divulgar e valorizar, dizer ao homem da periferia, ao homem do interior do Estado, que o seu trabalho, o seu saber fazer a música, a dança, a comida, eram dignos de serem apresentados na capital e, por conseguinte, deveriam ter um lugar especial para

essa apresentação no *Parque de Cultura Arraial do Bom Jesus* – assim como foi denominado o espaço do evento.

Para alguns pesquisadores, os objetivos do MCP iam além da prática educativa, ou da inserção da cultura popular em outras camadas. Com a sua divulgação e repercussão, para Souza (2014):

Dessa forma, o que o Movimento de Cultura Popular do Recife almejava era dar condições para que as camadas populares pudessem engrossar as fileiras dos setores progressistas da sociedade ativa politicamente, para juntas promoverem as reformas políticas que iriam tirar o estado de Pernambuco do atraso econômico e social no qual se encontrava. Mesmo considerando que o significado histórico de suas práticas tenha ido além dessa perspectiva. (SOUZA, 2014, p. 13)

Para a historiadora Bianca Nogueira (2010, p. 13) que pesquisou as categorias de “povo”, “intelectuais” e “populismo”, no Movimento de Cultura Popular, ocorria uma “criação, representação e apropriação do povo pelos intelectuais”.

Como podemos observar, os objetivos educacionais do MCP estrepolaram e se tornaram ferramentas intelectuais, conforme Nogueira (2010), e ferramenta política segundo Souza (2014), enquanto para Coelho (2012), havia além das ações no campo das manifestações artísticas, uma preocupação com a educação que funcionava paralelamente. A construção do homem, segundo Coelho (2012), perpassa pela Educação, Cultura e Política, tudo estava relacionado, pois era preciso “integrar, no processo educativo, as classes populares ainda não atingidas pela educação. Transformar, enfim, a educação em um bem comum a todo povo pernambucano” (COELHO, 2012, p. 126).

Embora encontremos essas observações de Souza (2012) que entende o MCP como uma ferramenta política e de Nogueira (2010) que vislumbrou uma extrapolação dos objetivos educacionais até a transformação em ferramenta intelectual, o ponto pacífico em todas essas pesquisas, incluindo os arquivos de Coelho (2012), diz respeito à introdução da festa popular no espaço do Sítio da Trindade, e esse fato é que nos obrigou a trazer para discussão o MCP na nossa pesquisa.

E mesmo com a extinção do MCP em 1964, pelo regime militar, o espaço permaneceu como local de eventos, tendo em vista a sua consolidação junto à população. Além da deposição do Prefeito Miguel Arraes e sua prisão, bem como dos integrantes do MCP, o regime militar não permitiu que fossem desenvolvidas atividades administrativas com base no regimento do MCP. Como toda a rede municipal estava sendo administrada e toda pedagogia direcionada pelo MCP, os militares criaram a Fundação Guararapes que passou a administrar as escolas, como também o Sítio da Trindade.

### 1.2.2.1 O Uso durante o Ciclo Junino

Considerando a importância do evento junino no Sítio da Trindade, entendemos abrir um tópico específico para abordar esse assunto. Muito embora, durante um bom período de tempo, os eventos natalinos também fossem uma tentativa de fixar o espaço como referência no mês de dezembro, inclusive havíamos estabelecido no cronograma da pesquisa a aplicação de questionários também nesse período, fomos surpreendidos pela suspensão desses eventos promovidos pela Prefeitura Municipal do Recife, não ocorrendo nos anos de 2018 e 2019, período no qual realizamos os levantamentos de fontes. Portanto, nos restou pesquisar no período junino e nesse tópico vamos desenvolver o que conseguimos problematizar.

Seguindo o calendário das festividades já estabelecido no Sítio da Trindade, com o ciclo junino e o ciclo natalino, com eventos esporádicos durante o ano, o local passou a ser associado, quase unicamente, a estas festividades, e não a sua origem histórica, ou até às escavações arqueológicas que consolidam esta origem. Isso era uma visão de senso comum, precisávamos estabelecer cientificamente se é um fato essa observação e, por este motivo, aplicamos questionários em períodos que nos fornecessem subsídios para serem analisados.

Nossa pesquisa foi iniciada em agosto de 2018 e, conforme estabelecido no cronograma, deveríamos aplicar os questionários no ciclo natalino de 2018 e no ciclo junino de 2019. Além de observar, em dias alternados, dias úteis, finais de semana, o uso do local. No ano de 2018 não houve o evento do ciclo natalino, caracterizado pelas apresentações de pastoris e pela queima da lapinha, por este motivo, não aplicamos o questionário nesse período. Fomos aplicá-lo durante o ciclo junino de 2019 - nos dias 23 e 24 de junho, foram entrevistadas cem pessoas nesses dois dias e, nos demais dias que não fazem partes dos ciclos, entrevistamos vinte pessoas.

O ciclo junino é o período onde há o maior número de visitantes ao Sítio da Trindade. Geralmente a programação estabelecida pela PMR dura aproximadamente quinze dias, no ano de 2019 iniciou-se em 15 de junho e se estendeu até o dia 30 de junho de 2019. Consideramos que os questionários deveriam ser aplicados na véspera e no dia de São João, dia 24 de junho, onde há a maior confluência de público. A foto abaixo mostra parte do público presente no dia 24 de junho de 2019.

**Figura 11** - Pátio do Sítio da Trindade, 24 de junho de 2019.**Foto:** Sérgio Lima Silva.

O questionário foi formulado buscando informações sobre a possível hipótese de *esquecimento/lembrança*: o que restava na memória do usuário do local? A festa ou a historicidade ali presente? Conheciam o local em outros momentos, excetuando o São João? Será que os visitantes, primordialmente os do ciclo junino, sabiam que o local era tombado? E caso soubessem, poderiam confirmar o motivo do tombamento? Outro aspecto a ser considerado, dizia respeito ao uso pelos moradores do entorno, o local é utilizado de forma efetiva pelos moradores de Casa Amarela e os bairros do entorno? Ou a utilização do espaço, principalmente no período junino, era mais ramificado entre os demais bairros da região metropolitana do Recife? Abaixo, demonstramos na Tabela 1 a coleta das informações dos dias 23 e 24 de junho de 2019.

**Tabela 01** – Quadro do questionário aplicado em 23 e 24 de junho de 2019

<b>GÊNERO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>
	48	52
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
18 A 30	22	24
31 A 40	10	14
41 A 50	9	10
51 A 60	7	4
>61	0	0
<b>RESIDÊNCIA</b>		
CASA AMARELA	8	10
NOVA DESCOBERTA	3	3

VASCO DA GAMA	4	2
PARNAMIRIM	2	3
CASA FORTE	2	2
TAMARINEIRA	2	1
ESTÂNCIA	2	0
CAMARAGIBE	4	2
VÁRZEA	3	4
CORDEIRO	2	2
TORRE	3	2
IPUTINGA	2	0
PIEDADE	2	0
JARDIM SÃO PAULO	3	1
ÁGUA FRIA	0	2
ESPINHEIRO	2	2
CAMPO GRANDE	0	2
ENCRUZILHADA	2	2
JANGA	0	2
BOA VISTA	2	2
PEIXINHOS	0	2
MIRUEIRA	0	2
AREIAS	0	2
PAU AMARELO	0	2
<b>CONHECIA O SÍTIO DA TRINDADE?</b>		
SIM	43	48
NÃO	5	4
<b>SEMPRE VEM PARA O SÃO JOÃO NO SÍTIO DA TRINDADE?</b>		
SIM	34	35
NÃO	14	17
<b>VEIO PARA OUTROS EVENTOS?</b>		
SIM	35	38
NÃO	13	14
<b>SABIA QUE O SÍTIO DA TRINDADE É UM BEM TOMBADO?</b>		
SIM	27	28
NÃO	21	24
<b>SABE O MOTIVO DO TOMBAMENTO?</b>		
SIM	4	5
NÃO	44	47

Fonte: Questionário aplicado nos dias 23 e 24 de junho 2019. (Ver apêndice A)

Na acima demonstramos a coleta geral dos dados, a partir dos 100 (cem) questionários aplicados nos dias 23 e 24 de junho de 2019, no horário entre 18:00 e 19:00 horas. O

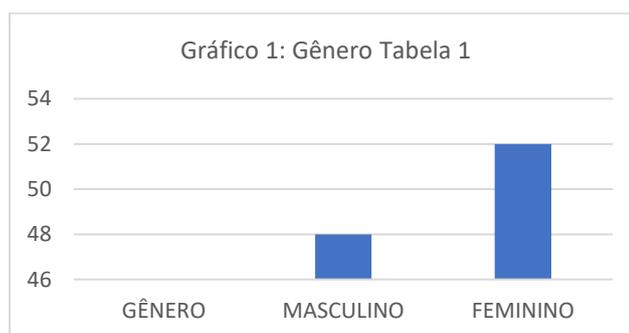
questionário adotou como método a entrevista semi-estruturada, que tem como característica, segundo Triviños (1987, p. 146), buscar respostas aos objetivos ou novas hipóteses a partir dos dados coletados. A entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Os dias 23 e 24 de junho correspondem, respectivamente, à véspera e ao dia de São João, e embora os festejos se prolonguem durante quinze dias, escolhemos estes como marco considerando o grande número de visitantes ao local. O horário entre 18:00 e 19:00 permitiu que pudéssemos aplicar os questionários com algum espaço de locomoção, tendo em vista que a medida que o horário vai se elevando a aglomeração de pessoas não nos permitiria transitar com facilidade pelo pátio do Sítio.

O questionário está estruturado em dois segmentos: no primeiro, a qualificação do entrevistado, dados como gênero, idade e residência. No segundo, as perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa: se conhecia o Sítio da Trindade, a frequência no período junino, se conhecia o Sítio de outros eventos, o questionamento direto sobre o tombamento e, finalmente, o motivo do tombamento.

Quanto aos dados coletados por categoria, fizemos alguns gráficos demonstrativos, conforme abaixo:

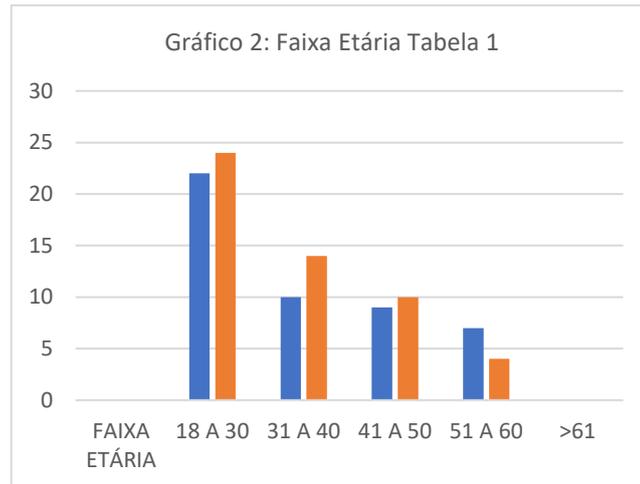
**Gráfico 1 - Gênero (Tabela 1)**



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019)

Os gêneros se apresentaram, naqueles dias 23 e 24 de junho, em números quase idênticos, coletamos 52 mulheres e 48 homens. Observamos que as pessoas estavam, em grande parte, em formação de casal, talvez isso explique a quase igualdade de gêneros.

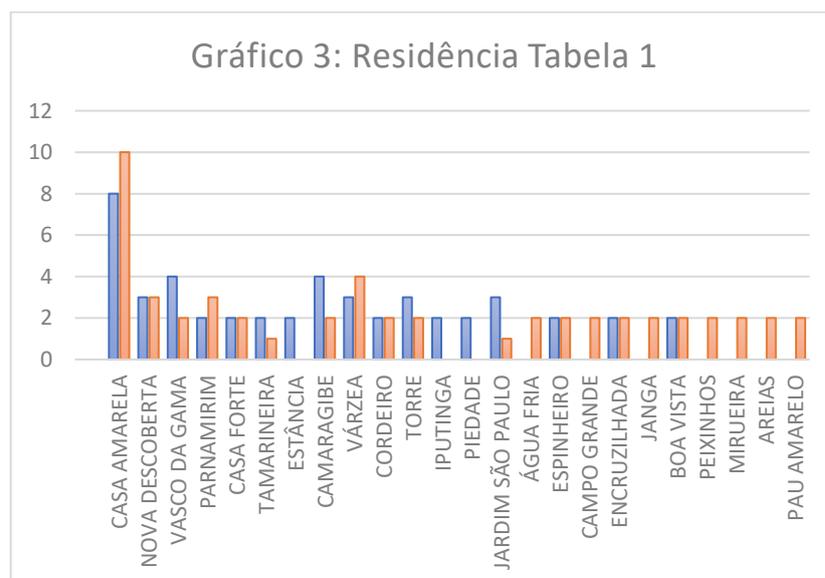
**Gráfico 2 - Faixa Etária (Tabela 1)**



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019)

No dado faixa etária, separados nesse gráfico pelas cores azul para o gênero masculino e laranja para o gênero feminino, observamos entre o público visitante a predominância de jovens entre 18 e 30 anos, perfazendo um total de 46% (quarenta e seis por cento), ou seja, quase a metade dos visitantes entrevistados estão nessa faixa etária. E à medida que a faixa etária aumenta, a quantidade vai decrescendo percentualmente, de 31 a 40 anos 24% (vinte e quatro por cento), 41 a 50 anos, 19% (dezenove por cento), e entre 51 a 60 anos, 11% (onze por cento). Um dado a ser registrado foi não encontrarmos nenhum visitante, nos dias 23 e 24 de junho, na faixa etária acima de 60 anos.

**Gráfico 3 - Residência (Tabela 1)**



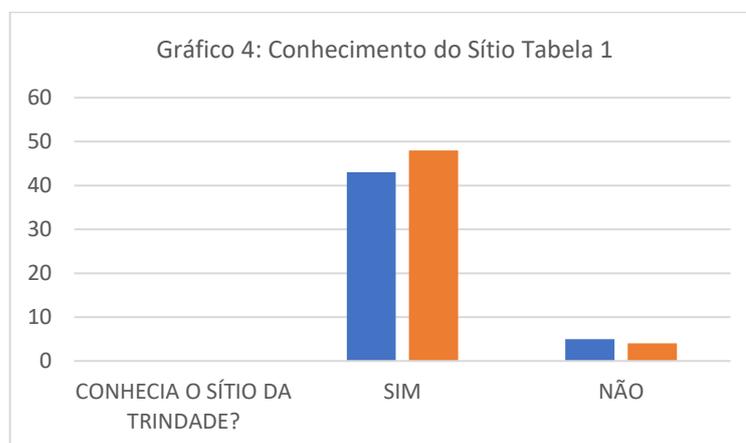
**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

No dado residência, onde buscamos observar se os visitantes eram moradores dos bairros do entorno e se, realmente, era uma predominância no comparecimento ao evento

junino, constatamos, de fato, ocorrer essa predominância. Como podemos observar o bairro de Casa Amarela, onde está situado o Sítio da Trindade, tem o maior número de visitantes, atingindo 18 (dezoito) pessoas, sendo este o maior número de citações dentre os bairros mencionados durante a pesquisa. Os bairros de Nova Descoberta, com 6 (seis) visitantes, Vasco da Gama, também com 6 (seis), Parnamirim com 5 (cinco), Casa Forte com 4 (quatro) e Tamarineira com 3 (três) visitantes, são bairros que formam o entorno do Sítio da Trindade, quando somadas as quantidades de entrevistados, perfazem um total de 45 (quarenta e cinco) pessoas, percentualmente, 45% (quarenta e cinco por cento). Constatamos, com isso, que quase a metade dos usuários presentes naquele evento, são moradores do entorno.

Imaginávamos um número maior de entrevistados que morassem no bairro de Casa Amarela, mas não deixa de ser um percentual significativo, cabendo registrar aqui que os bairros de Nova Descoberta, Vasco da Gama e parte da Tamarineira, até 1988, faziam parte do bairro de Casa Amarela, quando foram desmembrados, devido à reformulação das Regiões Políticas Administrativas – R.P.A., introduzida pelo Decreto Municipal 14452 de 26 de Outubro de 1988, assinado pelo Prefeito Jarbas Vasconcelos. De qualquer maneira, constatamos que os moradores dos bairros do entorno do Sítio da Trindade formam a maior parte dos usuários, observados durante aquele evento.

**Gráfico 4 - Conhecimento do Sítio (Tabela 1)**



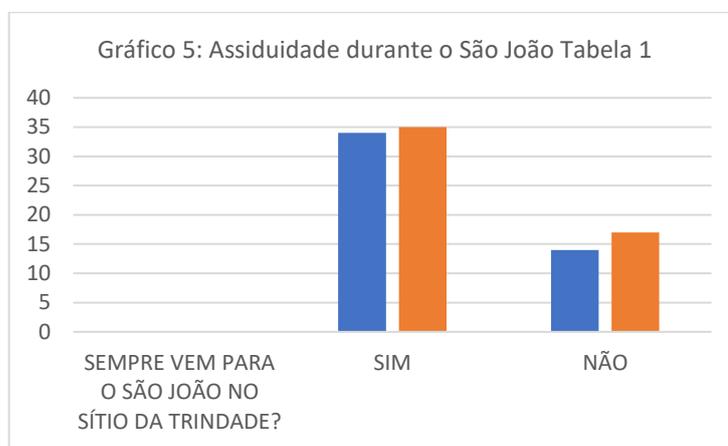
**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

No segundo segmento do questionário aplicado, onde buscamos dados para a discussão dos objetivos da pesquisa, questionamos os visitantes a respeito do seu conhecimento sobre o Sítio da Trindade. Embora, em tese, o visitante soubesse o local que estava visitando, talvez fosse a sua primeira vez, e aos que já estavam acostumados a visitá-lo nos daria os dados que reforçariam as questões posteriores.

Como podemos ver no gráfico 4, tabela 1, cujos gêneros estão representados por azul o masculino e laranja o feminino, observamos que 91 (noventa e uma) pessoas conheciam o Sítio da Trindade, o que corresponde a 91% (noventa e um por cento) do total. Convém distinguir “conhecer” de “comparecer”, o conhecimento aqui mencionado diz respeito a saber da existência do local, e não necessariamente ser um frequentador assíduo.

Essa distinção entre o “conhecimento” do local e o “comparecimento” durante o evento que se estava observando, no caso, as festividades juninas, foi consolidada com a aplicação da pergunta seguinte do questionário: Sempre vem para o São João do Sítio da Trindade? A resposta a esse questionamento está demonstrado no gráfico 5, abaixo:

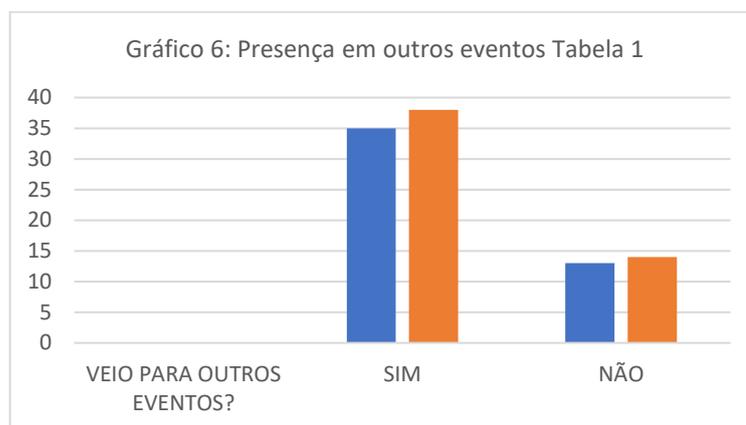
**Gráfico 5** - Assiduidade durante o São João (Tabela 1)



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

Constatamos, conforme respostas dos questionários demonstradas no gráfico acima, que 69 pessoas ou, percentualmente, 69% (sessenta e nove) por cento dos usuários já haviam, em algum ano anterior àquele da pesquisa, comparecido à festa junina do Sítio da Trindade. Conseqüentemente, 31 (trinta e uma) pessoas, ou 31% (trinta e um por cento), estavam comparecendo, pela primeira vez àquele evento e, ao compararmos esses dados com os do Gráfico 4 (p. 55) constatamos que vinte e duas delas já tinham conhecimento do local.

Além do conhecimento prévio do local, queríamos apurar se os usuários estiveram em outros eventos que não fossem no período junino, solicitamos nos informar se haviam comparecido ao local em alguma outra ocasião, essa resposta está no Gráfico 6, abaixo:

**Gráfico 6 - Presença em outros eventos (Tabela 1)**

**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

A pergunta seguinte buscava saber se os frequentadores do Sítio, presentes ao evento junino, em algum momento, já haviam comparecido para outros eventos que não fossem os juninos. Diante das respostas coletadas, constatamos que a presença em outros eventos atingiu o número de 73 (setenta e três) pessoas, percentualmente, 73 % (setenta e três por cento). Cabendo registrar que o segundo maior evento realizado no local, as festividades de fim de ano com a presença de pastoris, missa do Galo e o ritual da queima da lapinha, que geralmente ocorrem no mês de dezembro, não foi realizado no ano de 2018, isso não nos permitiu coletar os dados daquele evento como tínhamos planejado no cronograma de pesquisa, e por ser uma festividade tradicional e com grande afluência de público, embora não mencionado pelos entrevistados, entendemos ser o evento natalino a que os visitantes se referiam, embora como demonstrado mais adiante, ocorram diversos eventos ao longo do ano no Sítio da Trindade.

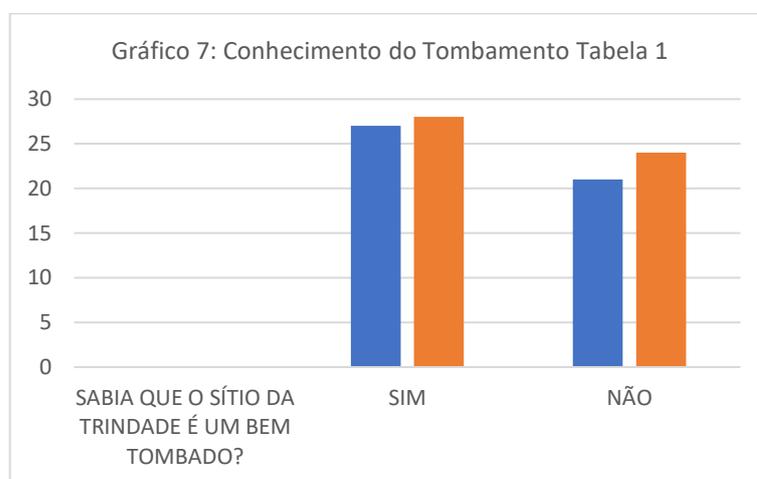
Outro importante questionamento incluído na pesquisa, buscava saber se os entrevistados sabiam que o Sítio da Trindade é um bem tombado. Essa pergunta está carregada de significados para a nossa pesquisa, visto que fez a ligação da memória dos frequentadores com o local. Estar presente durante um evento cultural, no caso da festa junina e as memórias anteriores dos que são frequentadores assíduos da festa, lembrando do percentual de 69% (sessenta e nove por cento) de visitantes frequentes das festas juninas. Buscamos saber se esses frequentadores assíduos sabiam que o local onde frequentavam anualmente é um patrimônio cultural tombado.

Convém aqui registrar que o termo *tombamento* soava estranho para a maioria deles, então era preciso explicar o que era um tombamento, seus motivos, necessidades, procedimentos, tudo isso de maneira mais rápida e clara possível, visto que as pessoas estavam ali para se divertir, muito embora, em sua maioria nos atendessem muito bem e se prontificavam

a nos ajudar na pesquisa da melhor maneira possível. Explicávamos, assim, que um bem tombado é aquele que o Poder Municipal, Estadual ou Federal, entende como carregado de significado histórico, cultural ou natural, e os inscreve por intermédio de ato legal como bem a ser preservado e conservado.

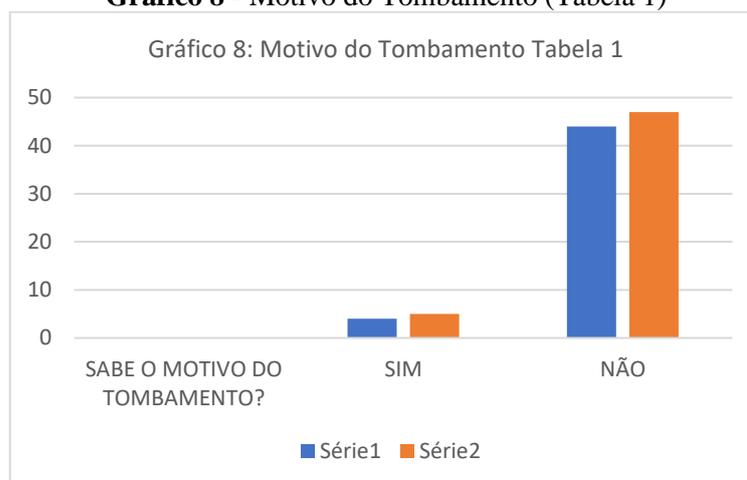
Também deveríamos explicar o termo *tombamento* sem correr o risco de fornecer qualquer pista dos motivos que motivaram o tombamento do Sítio da Trindade, dada a explicação, com o devido cuidado, como já dito, 55% dos entrevistados afirmaram que sabiam que o Sítio era um bem tombado, como demonstrado no Gráfico 7 abaixo.

**Gráfico 7 - Conhecimento do Tombamento (Tabela 1)**



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

O percentual de 55% de certeza que estavam em um bem tombado, trazido pelos entrevistados, significava que mais da metade entendiam que o Sítio da Trindade era um local carregado de significados históricos e culturais. A pergunta seguinte buscava saber se os que afirmavam conhecer o tombamento poderiam nos informar os motivos do mesmo.

**Gráfico 8 - Motivo do Tombamento (Tabela 1)**

**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

Como observamos no Gráfico 8, acima, onde está espelhado as respostas à pergunta “Sabe o motivo do tombamento do Sítio da Trindade?”, das 55 das pessoas que afirmaram saber que o local era tombado, apenas 9 delas confirmaram saber os motivos que o motivaram. Considerando o universo total de questionários aplicados em número de 100 (cem), apenas 9 (nove) pessoas informaram saber o motivo do tombamento.

Complementando o questionário, achamos fundamental coletar dos que informaram, saber os motivos do tombamento e se, de fato, os motivos que eles sabiam eram os verdadeiros. Registramos nos questionários as respostas a esta pergunta. Por ser um universo de nove pessoas questionadas apenas, aqui reproduzimos literalmente as suas respostas: “História que envolve holandeses”; “Alguma coisa dos holandeses”; “Forte do Arraial do Bom Jesus”; “Forte do Bom Jesus”; “Por causa do São João”; “Túnel que sai de Olinda até Recife”; “Local de Esconderijo de escravos” e, finalmente, “Muitas pessoas, muitas atrações”.

Logo, constatamos que dos nove entrevistados, apenas 4 acertaram o motivo real do tombamento que se refere ao Forte do Arraial do Bom Jesus e a sua resistência à invasão holandesa. Na ocasião, podemos constatar que um dos entrevistados citou uma lenda que faz parte do senso comum da cidade, que diz respeito a um túnel entre Olinda e Recife, enquanto outro mencionou o local como esconderijo de escravos.

Como o objetivo principal dessa pesquisa foi analisar possíveis conflitos advindos dos usos e práticas num bem cultural tornado patrimônio mediante tombamento, e tendo como objeto de estudo o Sítio da Trindade, cujo evento principal é o ciclo junino, precisávamos estender essa análise para os outros dias em que o local é utilizado como logradouro público,

ou espaço público. A denominação física do local será abordado no próximo item desse capítulo.

Diante dos diversos usos e práticas em outros períodos, dias e horários diversos, precisávamos, como dito anteriormente, analisar esses diversos usos nos dias em que o espaço está disponível para a utilização do público. Nesse sentido, aplicamos, também, os questionários em dois finais de semana, considerando o fluxo maior de pessoas durante a feira orgânica que funciona aos sábados pela manhã, bem como a Academia da Cidade, e a Ação Social no Sítio. Imaginávamos, dentro da nossa hipótese, tratar-se de outro público que, possivelmente, nos daria outras respostas ou perguntas a serem discutidas.

Aos sábados, pela manhã, funciona uma feira orgânica, entre 05:00 e 11:00 hs. São produtos do Assentamento Chico Mendes<sup>7</sup> da Cidade de Pombos, Pernambuco. Esta feira foi introduzida no local no ano de 2002, inicialmente atrelada ao evento *Ação Social no Sítio*, e devido ao sucesso do evento, permanece até a data de hoje. Os questionários foram aplicados em dois finais de semana, nos dias 06 e 20 de julho de 2019, entre 07:00 e 08:00 da manhã, horário de maior fluxo de compradores.

**Figura 12** - Feira Orgânica Sítio da Trindade.



**Foto:** Sérgio Lima Silva (jul./2019).

---

<sup>7</sup> O assentamento Chico Mendes possui 1.246. No entanto, desses, 512 são destinados à reserva de mata atlântica. Localizado no município de Pombos/PE, é composto de 90 famílias. São cerca de 70 famílias envolvidas na produção e comercialização dos produtos orgânicos, que variam entre hortaliças, frutas da época, galinha e ovos de capoeira, mel de abelha, dentre outros. (FARIAS et al. 2009, p. 1)

Além da feira orgânica, funciona no local a Academia da Cidade, espaço reservado para atividades físicas, coordenado pela PMR, com professores de educação física da Prefeitura Municipal do Recife, onde, moradores do bairro, gratuitamente, praticam exercícios físicos. O funcionamento da academia é diário, com horários variados pela manhã e à tarde.

Outro evento que faz parte do calendário anual do Sítio da Trindade, com um fluxo razoável de pessoas, é a *Ação Social no Sítio*, trata-se de uma iniciativa da Prefeitura Municipal do Recife, juntamente com o setor privado. O calendário desse evento não tem data fixa, variando de datas durante o ano. No ano de 2019 ocorreram em duas ocasiões, dia 29 de julho e o último, dia 26 de outubro, enquanto que no ano de 2018 ocorreram quatro ações.

**Figura 13** - Ação Social no Sítio da Trindade.



**Foto:** Sérgio Lima Silva (out./2019)

A ação consiste em levar atividades assistenciais, gratuitamente, para o maior número possível de pessoas. Consiste em atividades da saúde (aferição de pressão; exame de glicemia; antropometria; palestras sobre saúde); atividades da beleza (corte de cabelo, aulas de zumba), atividades do meio ambiente (coleta de óleo reutilizável e palestras de preservação); além de

feira artesanato e da feira de orgânicos, já existente no local, que se integra à ação, quando esta é realizada.

**Figura 14** - Academia da Cidade no Sítio da Trindade.



**Foto:** Sérgio Lima Silva.

Precisávamos estabelecer um diferencial, caso houvesse, ou uma similaridade, entre o público que utiliza o Sítio durante o período Junino e o público frequentador diário ou dos finais de semana do mesmo local. Por este motivo, resolvemos aplicar outros questionários, para, a partir dos dados, ter uma visão mais ampla de como o Sítio é utilizado e as práticas ali desenvolvidas. As respostas desse questionário estão demonstradas na Tabela 2 que publicamos abaixo, com os seus respectivos gráficos:

**Tabela 02** - Quadro do questionário aplicado (06 e 20 de julho de 2019)

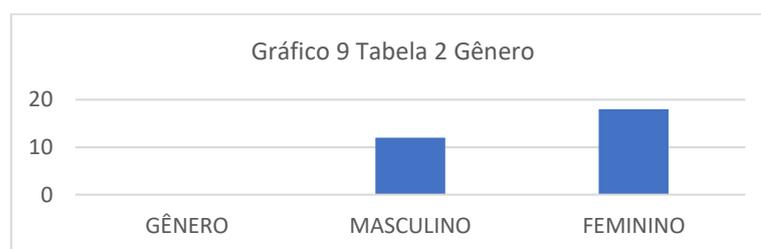
<b>GÊNERO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>
	12	18
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
18 A 30	2	3
31 A 40	4	6
41 A 50	5	7
51 A 60	1	2
>61	0	0

<b>RESIDÊNCIA</b>		
CASA AMARELA	8	10
PARNAMIRIM	2	6
TAMARINEIRA	2	2
<b>CONHECIA O SÍTIO DA TRINDADE?</b>		
SIM	12	18
NÃO	0	0
<b>VEM PARA OUTROS EVENTOS?</b>		
SIM	12	18
NÃO	0	0
<b>SABIA QUE O SÍTIO DA TRINDADE É UM BEM TOMBADO?</b>		
SIM	8	12
NÃO	4	6
<b>SABE O MOTIVO DO TOMBAMENTO?</b>		
SIM	4	8
NÃO	8	12

Fonte: Questionário aplicado nos dias 06 e 20 de julho de 2019. (Ver apêndice B)

Foram aplicados trinta questionários<sup>8</sup>, sendo quinze no dia 06 de julho e quinze no dia 20 de julho. A quantidade de pessoas nos dias escolhidos, evidentemente, é absolutamente menor que o público presente ao evento junino. Outro aspecto a ser registrado foi a resistência das pessoas em nos ajudar na pesquisa, diferentemente do público pesquisado durante o São João. A maioria alegava pressa e diziam que tinham outras coisas para fazer, outros nem queriam aproximação. Nosso objetivo inicial era a aplicação de cinquenta questionários, sendo vinte e cinco no dia 06 de julho e os demais no dia 20 de julho. Diante dessa resistência resolvemos reduzir esse número para trinta no total, divididos em quinze questionários por dia.

**Gráfico 9 - Gênero (Tabela 2)**

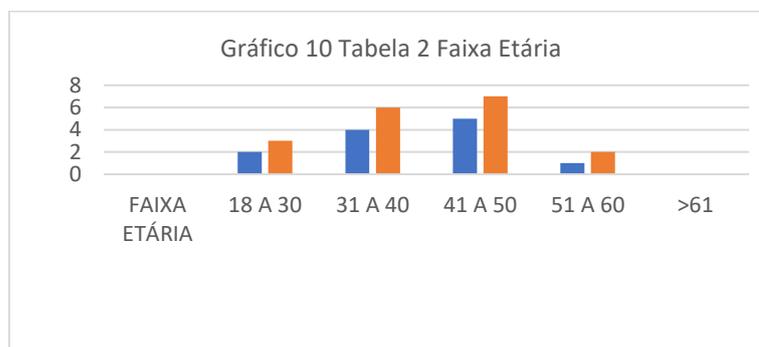


Fonte: Elaborado a partir dos questionários (2019).

<sup>8</sup> Ver Apêndice B.

O questionário aplicado segue o mesmo modelo utilizado durante o período junino. Apenas retiramos a referência ao São João, visto que buscávamos as informações a partir de outros eventos. No gráfico 9, acima, o demonstrativo de gênero do total de entrevistados, sendo dezoito do gênero feminino e doze do gênero masculino.

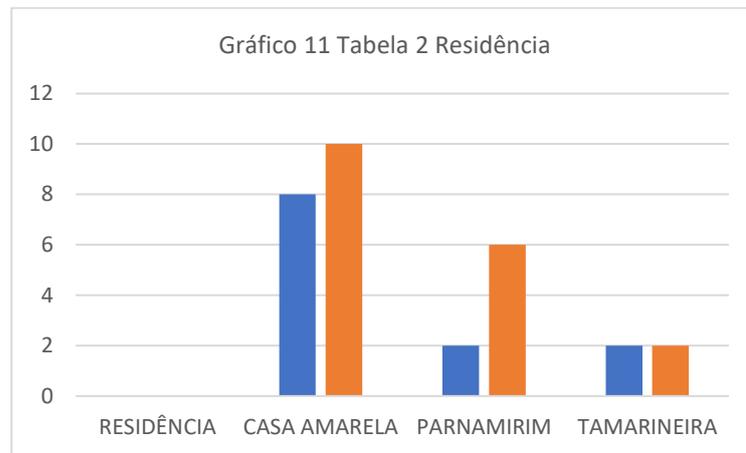
**Gráfico 10** - Faixa Etária (Tabela 2)



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

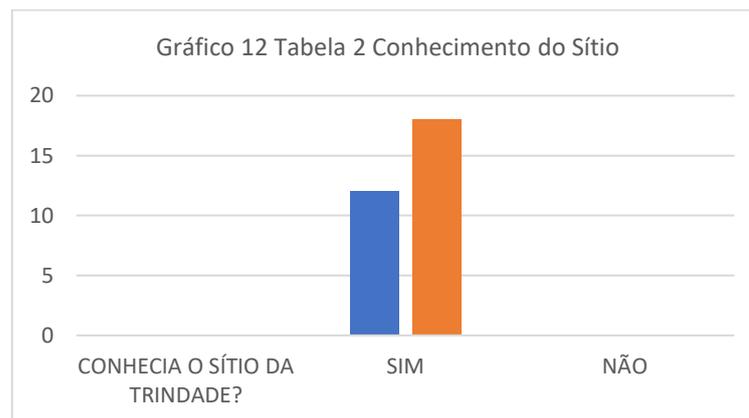
No gráfico 10, temos a tabela de faixa etária dos entrevistados. Observamos que a faixa predominante está entre os 41 e 50 anos. Ao compararmos com o público do período junino, constatamos uma predominância absolutamente diversa da primeira, onde o maior número dos entrevistados correspondia à faixa entre 18 e 30 anos.

Quando fomos para o quesito seguinte do questionário, local de residência do entrevistado, ficou evidente que os moradores do bairro de Casa Amarela e do entorno, formam a unanimidade dos usuários. Evidente que o uso para as caminhadas pelas alamedas do Sítio da Trindade, as atividades físicas na Academia da Cidade instalada no local, além das aulas de dança, e a Feira Orgânica instalada todos os sábados, atraem os moradores do bairro de Casa Amarela e os demais que formam o entorno, como Parnamirim e Tamarineira, únicos bairros citados durante a pesquisa. Como podemos constatar no gráfico 11 abaixo, dezoito moradores são de Casa Amarela, oito do Parnamirim e quatro da Tamarineira.

**Gráfico 11 - Residência (Tabela 2)**

**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

Terminada a primeira parte do questionários, onde são colhidos os dados que qualificam os entrevistados, passamos para as questões objetivas da pesquisa. Em primeiro lugar, perguntamos se conheciam o Sítio da Trindade. Pode parecer uma pergunta óbvia, porém, precisávamos seguir o padrão do questionário aplicado durante o período junino porque talvez alguém estivesse visitando o local pela primeira vez. No entanto, não constatamos isto, pelo contrário, conforme Gráfico 12, abaixo, todos os entrevistados confirmaram que conheciam o Sítio da Trindade, até porque reafirmam a observação inicial de serem moradores do bairro de Casa Amarela e de mais dois bairros do entorno.

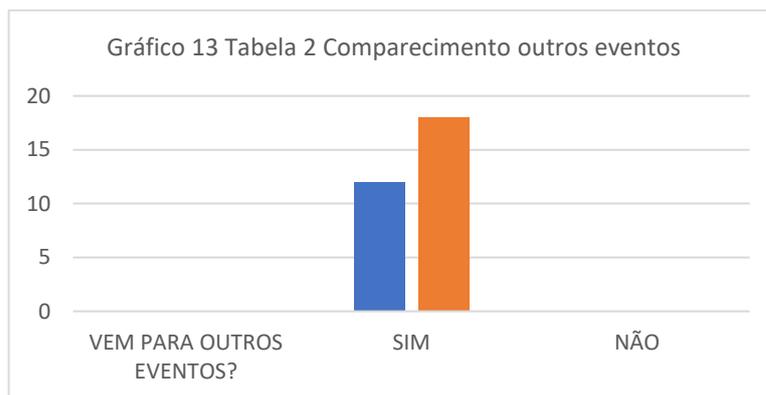
**Gráfico 12 - Conhecimento do Sítio (Tabela 2)**

**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

O quesito seguinte dizia respeito ao comparecimento ao local em outras ocasiões. A pergunta formulada: Veio para outro evento no Sítio da Trindade? Gerou em alguns dos entrevistados dúvidas, visto que, para eles, naquele momento em que estavam não consideravam um evento - para eles, um evento está apenas relacionado com festa, e não com

a Ação Social no Sítio, ou a Feira Orgânica, que, segundo alguns deles, eram atividades inerentes ao local. A presença de atividades sociais, a Feira Orgânica e até mesmo a festa junina já fazem parte daquele espaço, segundo entendimento de alguns entrevistados. Conforme o Gráfico 13, abaixo, todos os entrevistados confirmaram que já compareceram a outro evento no Sítio da Trindade.

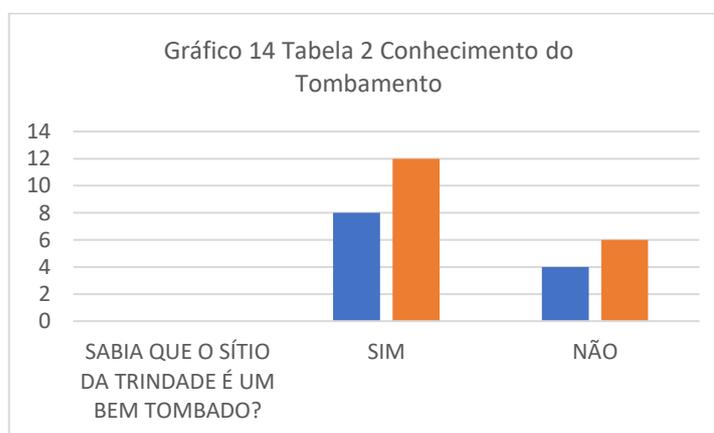
**Gráfico 13** - Comparecimento outros eventos (Tabela 2)



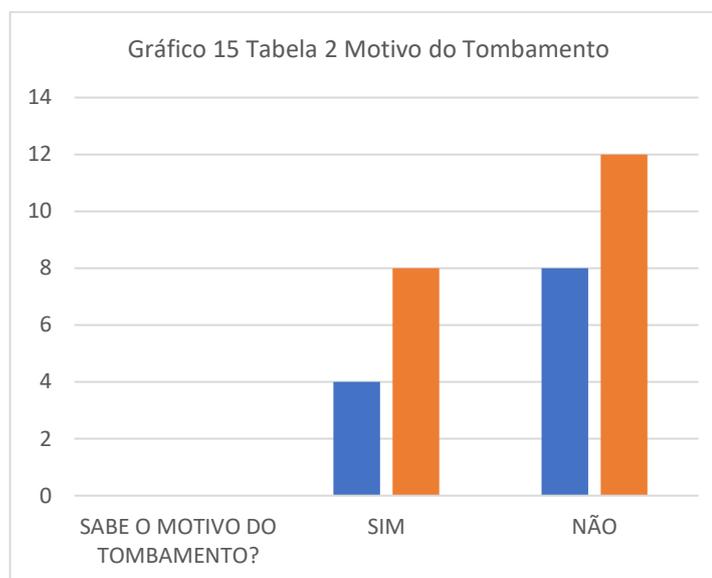
**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

No gráfico 14, abaixo, temos o demonstrativo a respeito do conhecimento do Tombamento do Sítio da Trindade. Das trinta pessoas entrevistadas, vinte sabiam que o local era tombado. Não houve tanto espanto ao ouvir a palavra “tombamento” como observado durante as entrevistas no período junino. Como dito no início de nosso capítulo, foi observado mais espanto nas pessoas que desconheciam o tombamento e, conseqüentemente, não entendiam o que levaria um espaço como aquele para a condição de patrimônio cultural, principalmente quais motivos históricos seriam esses, e quando explicávamos os fatos ali ocorridos, confessavam o total desconhecimento.

**Gráfico 14** - Conhecimento do Tombamento (Tabela 2)



**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

**Gráfico 15 - Motivo de Tombamento (Tabela 2)**

**Fonte:** Elaborado a partir dos questionários (2019).

O Gráfico 15, acima, demonstra o levantamento da pergunta final do questionário, que é, na verdade, um desdobramento da anterior. Assim, para aqueles que afirmavam saber que aquele local havia sido tombado, foi perguntado o motivo do tombamento. Entre os motivos citados pelas doze pessoas que alegaram conhecer o motivo do tombamento, encontramos: três que foram assertivas ao mencionarem o local onde existia o Forte do Arraial do Bom Jesus; cinco disseram que o tombamento estava relacionado à festa de São João; e quatro mencionaram o próprio parque como motivo do tombamento.

Observamos, diante dos dois questionários aplicados, primeiramente, a distinção entre os dois públicos, primordialmente pela proximidade da residência e pelo conhecimento da origem do local. Enquanto o público do evento junino apenas quatro por cento do total sabia o motivo real do tombamento, o público mais próximo, dos eventos “menores” e esporádicos, apresenta um percentual de dez por cento. Também não podemos considerar o percentual de dez por cento elevado, pois não estamos problematizando o tombamento como objetivo, o que nos interessa na pesquisa é demonstrar a maneira como os diferentes usuários se relacionam com o local a partir do seus usos e práticas e as diversas perspectivas observadas, considerando os dias em que o local é usado, os motivos do uso e de suas práticas. O fato de alguns entenderem o local como espaço ideal para uso de diversos eventos – como se ele tivesse sido criado especificamente para isso – e, ao mesmo, o desconhecimento do tombamento do local, nos leva a pergunta: o tombamento, considerando o modo como é usado o espaço, é uma necessidade?

Há um tombamento motivado por motivos históricos, considerando os fatos relevantes acontecidos no século XVII. Ressaltando o hiato de vinte e dois anos para a homologação do tombamento, há um forte que, feito de areia, teve a base revelada apenas em 1968, enquanto no início dos anos de 1960 a festa junina se fixou como referencial, e o próprio casarão tornou-se parte da história ao abrigar a sede do Movimento de Cultura Popular. Entretanto, para o público usuário, moradores, frequentadores eventuais, o que importa é o local como referência de memória recente, da festa, da feira, da caminhada pelas alamedas.

Não podemos desprezar as transformações advindas das práticas sociais, e assim, devemos repensar o conceito de patrimônio, considerando a política patrimonial dos anos de 1950, data da solicitação do tombamento e as práticas e os usos que as pessoas fazem desse bem tombado, considerando, claro, a legislação que, de alguma forma, procura seguir essas práticas com grande esforço. Desse modo, destacamos que houve uma ampliação da política patrimonial quando as relacionamos com as necessidades contemporâneas (CANCLINI, 1994, p. 95). Os usos e práticas realizadas no Sítio da Trindade, nos levam a pensar na forma como nos relacionamos com os bens culturais, suas origens e qual a melhor forma de conciliar a tradição histórica com a tradição do uso.

Em oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia – reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais. (CANCLINI, 1994, p. 96)

Podemos atribuir à festa popular realizada no Sítio da Trindade, o valor patrimonial que algumas pessoas, abordadas durante a pesquisa, consideram válido para a manifestação. Temos a memória do lugar relacionada às festas juninas, e a própria festa junina como manifestação popular inserida com um “sistema de autoconstrução” (CANCLINI, 1994, p. 96).

Ainda de acordo com Canclini (1994, p. 95-96), há uma nova formação do conceito de patrimônio na contemporaneidade, a partir de três movimentos: o patrimônio não é composto apenas da herança de cada povo, segundo ele, “expressões mortas da cultura”, mas estariam incluídos, também, os bens culturais visíveis e invisíveis, novos artesanatos, línguas e conhecimentos. O segundo movimento considera a ampliação da política de conservação e administração, a partir dos usos sociais desses bens. O terceiro movimento reconhece que no patrimônio de uma nação também se incluem a cultura popular, como músicas indígenas, textos de camponeses e operários, formando o que Canclini (1994, p. 95) denomina de “sistema de

autoconstrução e preservação”, elaborados por grupos sociais em oposição aos bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas.

No caso específico do Sítio da Trindade, o tombamento, ocorrido em 1974, buscava preservar uma área de interesse urbano, salvaguardando uma área verde em bairro de classe média, em constante visualização da especulação imobiliária. Os festejos populares ali realizados, estão mais carregados na memória dos usuários do local, conforme questionários aplicados, portanto, enxergamos um processo de “autoconstrução e preservação” (CANCLINI, 1994, p. 95) que se perpetuou através dos anos em que foram realizadas as festas.

Essa construção do espaço do Sítio da Trindade como local de eventos populares, notadamente por se tornar um polo de festejo junino, também nos remete ao que Hobsbawm (2008, p. 9) denomina de “tradição inventada”, segundo ele

Tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2008, p. 9)

Acrescenta, ainda, que o seu estudo não está preocupado com a sobrevivência dessas tradições, o que importa é a sua origem e o modo como se estabeleceu (HOBSBAWM, 2008, p. 9), e embora aplicado num sentido amplo, não significa dizer que seja indefinido, busca as tradições “realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas” (HOBSBAWM, 2008, p. 9). Gonçalves (1996) reforça esse entendimento:

Na verdade todas as tradições são inventadas: não no sentido de que sejam ‘artificiais’ ou ‘inautênticas’, mas no sentido de que não existe qualquer significado sem mediações, qualquer significado primordial que delas possa ser resgatado.” (GONÇALVES, 1996, p. 86)

Entendemos, portanto, levando em consideração os apontamentos de Hobsbawm, que as festas populares, especificamente, os festejos juninos praticados no Sítio da Trindade, tornaram-se uma “tradição inventada”, as práticas ali desenvolvidas inicialmente como um marco inicial da criação dos “parques de cultura” (COELHO, 2012, p. 73), onde a primeira festa junina ocorrida em junho de 1963 (COELHO, 2012, p. 74), realizada como marco inicial do espaço como “parque de cultura”, transformou-se em prática que se desenvolve até os dias atuais. Essa tradição está de tal modo arraigada ao calendário do Sítio da Trindade, que neste ano de 2020 em que enfrentamos uma pandemia, mesmo assim, motivada pela impossibilidade

de aglomerações, conforme orientações científicas, a Prefeitura Municipal do Recife<sup>9</sup> transmitiu, pelo seu canal do Youtube, shows previamente gravados por artistas num estúdio montado no Sítio da Trindade.

Por fim, diante do entendimento de Canclini (1994, p. 95) dos sistemas de “autoconstrução e preservação”, que aqui relacionamos aos eventos de cultura popular praticados no Sítio da Trindade, evidenciado por ser uma “tradição inventada” (HOBSBAWN, 2008, p. 9), fica claro que precisamos enxergar uma nova maneira de ver o Patrimônio, não recorrendo ao expediente do “tombamento” como modo de registro. Dessa forma, talvez no terreno das ideias, devemos considerar as manifestações culturais, especificamente, os festejos juninos como Patrimônio que, já construído ou melhor dizendo “autoconstruído”, deva ser preservado, salvaguardado e mantido como parte da paisagem do local.

Inicialmente considerado logradouro público<sup>10</sup>, o Sítio da Trindade, ao longo da sua existência, tem sido denominado de diversas maneiras. Tivemos, no início da pesquisa, essa dificuldade de enquadrá-lo, conforme o Decreto Municipal, como um parque público, ou apenas de forma geral um bem cultural, ou de forma conceitual um Jardim Histórico. Isso nos levou a pesquisar qual forma seria a mais apropriada para denominá-lo - desenvolvemos esse problema no próximo item desse capítulo.

### 1.3 A Identidade do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade

Como mencionamos ao final do item anterior, uma questão que também nos inquietou em relação ao Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade diz respeito à própria denominação e tipologia do local - o que, de fato, é o Sítio da Trindade? Como ele pode ser classificado na condição de espaço público? Originalmente conhecido como localidade do **Arraial**, passou a ser conhecido como **Povoação do Arraial Velho**, no século XVII, com a construção do Forte passou a ser conhecido como **Arraial do Bom Jesus** e, finalmente, **Arraial Velho do Bom Jesus**.<sup>11</sup> O problema da tipologia esbarra na peculiaridade da origem do local. Área urbana no século XVII que, devido a sua localização, foi utilizada como ponto de resistência ao avanço holandês em 1630. Com o decorrer dos acontecimentos, passou a ser propriedade da família

<sup>9</sup> Para saber mais, consultar: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/08/06/2020/prefeitura-do-recife-celebra-sao-joao-2020-com-mais-de-420-apresentacoes>. Acesso em 27/08/2020.

<sup>10</sup> Decreto Municipal 423 de 29 de dezembro de 1952.

<sup>11</sup> A denominação de **Arraial Velho**, que frequentemente se encontra em nossa história, indicando a localidade, e que assim perdurou por largo tempo, era para distinguir de uma outra, nas imediações da Madalena, onde se fundou uma fortificação em fins de 1645, com o mesmo nome de **Forte Real do Bom Jesus** e que vindo daí também um povoado, ficou sendo conhecido como **Arraial do Bom Jesus**. (COSTA, F. Arredores do Recife, 1981, p. 31-32)

Trindade Peretti no século XIX, desapropriado em 1952, passou a ser classificado como logradouro público.

Trata-se de um terreno com 6.5 hectares, murado em toda a sua extensão, com quatro acessos originais em cada um dos seus lados que, com o tempo, foram restringidos a apenas dois, o acesso sul com a entrada pela Estrada do Encanamento, conhecido como fundos do terreno ou saída, e o acesso norte com entrada pela Estrada do Arraial, sendo a entrada principal com o portão indicativo do local denominando-o Arraial Velho do Bom Jesus.

Embora identifiquemos nas colunas de sustentação de entrada do Sítio, duas lápides com a denominação “*Sítio Trindade*”, por tratar de uma coluna original da propriedade privada, entendemos que assim a família denominava o local, embora não tenhamos localizado uma fonte que confirme isso. Os outros dois acessos, o Oeste com entrada pela Rua Redentor, ficou restrito aos funcionários que trabalham na Sementeira da Prefeitura que funciona em parte do terreno. O acesso Leste, com entrada pela Rua Ferreira Lopes, está desativado pela construção de um muro no local.

O Decreto Municipal de desapropriação retirou do local a condição de propriedade privada, tornando-o propriedade pública ao denominá-lo *logradouro público*.<sup>12</sup> O Decreto não especifica qual a tipologia do local, enquanto os arquivos do Processo de Tombamento o classifica de *Conjunto Paisagístico*. Como estamos considerando, objetivamente, os usos e as práticas e seus possíveis conflitos decorrentes no espaço em estudo, precisamos analisar que tipologia espacial devemos considerar, tendo em vista que, dependendo dessa classificação, a Legislação aplicada, em todos os níveis institucionais, seja ele Federal, estadual ou Municipal, pode gerar algum conflito decorrente dessa tipologia aplicada.

Inicialmente o local foi classificado como logradouro público pela Prefeitura Municipal do Recife, que o tornou parque de visitação, ou um parque público. Porém, na Lei de Uso e Ocupação de Solo (Lei 16.176/1996, regulamentada pelo Decreto 26.601/2012), o Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade está classificado como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH. No artigo em que especifica a classificação dessas zonas, encontramos:

Artigo 14 - Consideram-se Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH -, as áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja

---

<sup>12</sup> “Logradouro: lo·gra·dou·ro.sm. 1 Aquilo que pode ser logrado ou desfrutado. 2 Espaço anexo a uma casa que serve para diversas finalidades. 3 Lugar livre destinado à circulação pública de pedestres e veículos, tal como ruas, avenidas, praças, viadutos etc. 4 ANT Campo público para a pastagem do gado”. (Dicionário Michaelis, 2019)

necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município. (LEI... 2012, n.p.)

A tipologia do local se perde na ambiguidade da classificação das áreas mencionadas: primeiramente, o Sítio da Trindade não é assim chamado por ser um sítio histórico, a denominação de Sítio deve-se ao fato de, originalmente, ser o sítio da família Trindade Peretti. Não há ruínas no local, as escavações arqueológicas localizaram parte do fosso do Forte do Bom Jesus, logo, resta classificar, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, como conjunto antigo de relevante expressão histórica, cultural e paisagística.

A Fundação de Cultura da Cidade do Recife classifica o Sítio da Trindade como *Equipamento Cultural*<sup>13</sup> e na grade da entrada principal há uma placa com a indicação de *Centro de Difusão Cultural*. Embora não haja, oficialmente, uma classificação do local como Parque público, mas assim é denominado pelo senso comum, podemos classificá-lo como tal? Afinal, o que seria um parque público? Encontramos diversas definições de parque público, mas essa discussão parte de uma visão mais ampla do que se observa. Seja o objeto de estudo um parque, um jardim histórico ou uma praça, tudo se enquadra na classificação geral da paisagem e o modo como lançaremos o olhar sobre ela.

Pensar a paisagem significa estar consciente da multiplicidade do olhar, da complexidade dos sistemas naturais que a definem, mas, sobretudo, actualmente, da evolução das sociedades e do mundo. (SANTOS, 2012 apud CARNEIRO, 2018, p. 6)

Para o IPHAN, trata-se de um Conjunto Paisagístico, para a PMR trata-se de um equipamento cultural inserido numa ZEPH – Zona Especial de Preservação Histórica, para os usuários trata-se de um parque público. Para aprofundamento dessa questão trazemos para discussão a **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros – Carta de Juiz de Fora**, naquele documento fica estabelecido o seguinte entendimento para um Jardim Histórico:

Sítios e paisagens agenciados pelo homem, como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, lagos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros. (IPHAN... 2010, p. 2)

Diante das proposições elencadas devemos nos perguntar: qual olhar devemos lançar para a paisagem que compõe o Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade? Um parque público? Um equipamento cultural? Um Conjunto paisagístico? Convém ressaltar que a **Carta de Juiz**

---

<sup>13</sup> Para mais informações, acessar: [http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/organograma\\_2019\\_-\\_fccr.pdf](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/organograma_2019_-_fccr.pdf). Acesso em 23/09/2019.

**de Fora** foi elaborada em 2010, a partir das seguintes fundamentações: primeiramente a Carta de Florença, de 1981 – vinte e nove anos após – documento do *International Council on Sites and Monuments – ICOMOS* para a salvaguarda dos jardins históricos, nesta carta fica explicitado que:

Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico. Nesse sentido deve ser entendido como ‘monumento’. Um jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, conseqüentemente vivo, e como tal perecível e renovável. (IPHAN... 2010, p. 1-2)

A carta estabelece, ainda, dentro da realidade brasileira, a equivalência simbólica e afetiva entre os jardins históricos com os parques, **jardins e passeios das cidades históricas e das grandes metrópoles**. (Grifo nosso) Estabelece, também, que a “noção de monumento cultural não se restringe à visão estrito senso de bens edificados pelo homem, mas abrange a paisagem e outros exemplos de interação com a natureza” (IPHAN... 2010, p. 2).

Além disso, a noção de Jardim Histórico se estende, segundo ainda a Carta de Juiz de Fora, para “estratos subterrâneos e estados pretéritos da história do homem, da natureza e da terra, o que pode abranger estudos geológicos, paleontológicos e **arqueológicos**” (2010, grifo nosso) , há uma escavação arqueológica no Sítio da Trindade o que reforça a característica do local como Jardim Histórico.

Por outro lado, não devemos excluir da discussão a “evolução das sociedades e do mundo” (SANTOS, 2012) e, conseqüentemente, retornar à pergunta: qual olhar devemos lançar para o Sítio da Trindade? A *evolução* da sociedade em que vivemos conduz o nosso olhar para a preservação de um jardim histórico? Ou vamos olhar para o Sítio com um equipamento cultural?

Edificações destinadas a práticas culturais, servindo para designar organizações culturais das mais diversas tipologias, como teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros. Serve de sinônimo para termos como casa de cultura, espaço cultural, complexo cultural, conjunto cultural, centro de cultura ou ponto de cultura. (COELHO, 2012, p. 20)

A escolha institucional municipal torna possível as ações, práticas e usos desenvolvidos no local. O olhar institucional enxerga, evidentemente, um equipamento cultural. Embora localizado numa ZEPH, designar o espaço como Jardim Histórico restringiria o seu uso e obrigaria, conseqüentemente, uma nova maneira de preservação, conservação, incluindo, ainda, ações educativas estabelecidas na Carta de Juiz de Fora. Outro aspecto a ser ressaltado no diz respeito à proteção dos Jardins Históricos, ou seja, a recomendação pelo tombamento,

considerado uma **proteção legal**, embora o Sítio da Trindade seja classificado como Conjunto Paisagístico.

Muito embora o Brasil tenha aderido à Convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural<sup>14</sup>, por intermédio do Decreto 80978 de 12 de dezembro de 1977, e as Cartas Patrimoniais estejam elencadas como procedimentos a serem seguidos pelos países que aceitem os direcionamentos da referida convenção, não há um poder de coação dessas cartas, funcionam como fundamentação legal que ampare alguma reclamação junto ao órgão superior, no caso, a UNESCO. Como ressalta Kühl:

As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação (KÜHL, 2010, p. 287).

Portanto, a tipificação do local, dentro da perspectiva do olhar, obedece aos interesses administrativos e políticos, considerando o aspecto institucional. Entendemos, conceitualmente, tratar-se de um Jardim Histórico e, como tal, deve seguir os parâmetros estabelecidos na Carta de Juiz de Fora, inclusive evitando-se os problemas e fatores de degradação elencadas, fatos corriqueiros no Sítio da Trindade:

Abertura dos jardins históricos a eventos agressivos que possam submetê-los ao risco de atos de vandalismo. [...] omissão administrativa em relação a invasões de interesse privado como edificações de moradia, prestação de serviços ou comércio”. (IPHAN... 2010, p. 5)

A denominação do Sítio da Trindade se adapta àquele que, de algum modo, necessita dessa denominação para os interesses. No caso do IPHAN, que o nomeou *Conjunto Paisagístico*<sup>15</sup>, como já mencionado, enquanto que a Prefeitura Municipal do Recife o classifica como Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH. No nosso entendimento, conceitualmente, o Sítio da Trindade se classifica como um Jardim Histórico e, em tese, deveria atender às determinações contidas na Carta dos Jardins Históricos de Juiz de Fora. Essa problemática da denominação tem raízes nos fatos acontecidos no local durante o período inicial de solicitação de tombamento em 1951 e se estende até os dias atuais. Por outro lado, em que pese a discussão conceitual, também entendemos que reduzir essa discussão apenas à sua forma, pode ir de encontro à dinâmica de espaço defendida por Santos (2008, p. 46). Essa

---

<sup>14</sup> Conferência Geral da UNESCO, décima sétima sessão, Paris, de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> - Lista de Bens Tombados. Acesso em 26 ago.2019.

problemática é abordada no capítulo terceiro dessa dissertação. Por enquanto, abordaremos os fatos acontecidos por ocasião do processo de tombamento do Sítio da Trindade.

## CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

### 2.1 O Tombamento pelo IPHAN

A política de preservação patrimonial foi regulamentada no Brasil em 1937, inicialmente com a edição da Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde e estabelecido toda a sua estrutura, com a criação de diversos órgãos, entre os quais o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atualmente IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional que, de acordo com o texto da Lei, tinha como finalidade:

Art. 46 – [...] promover em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento, e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 1937)

Ainda no mesmo ano, foi editado o Decreto 25 em 30 de novembro, onde são estabelecidos os procedimentos para organização e proteção do Patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo atribuição do Estado a escolha e formalização dos bens patrimoniais, bem como a sua devida inscrição em quatro Livros de Tombo do SPHAN, órgão responsável pela organização, sistematização e administração dos bens a serem elencados como passíveis de tombamento. Mais do que simplesmente tomar, conservar, enriquecer o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional, o IPHAN ultrapassou essas atribuições, tornando-se, ao longo dos seus mais de oitenta anos de existência, em que pese todas as dificuldades superadas, um órgão formador da noção do patrimônio nacional (BOGÉA, 2017, p. 8).

Porém, cabe ressaltar que as primeiras noções de “nacionalidade patrimonial” surgiram na década de 1920. Mário de Andrade em sua coluna “De São Paulo” na *Revista Ilustrada*, já manifestava em seus artigos a preocupação que alguns arquitetos declararam com vistas a necessidade da preservação de nossa arquitetura histórica, primordialmente o barroco mineiro. As manifestações dos arquitetos e outros intelectuais, naquele momento, provocaram a iniciativa do deputado pernambucano Luiz Cedro, em 1923, para a edição do projeto de lei que criava a Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil. (PINHEIRO, 2017, p. 19)

As Inspeções estavam voltadas, primordialmente, para o patrimônio arquitetônico, a preocupação inicial era catalogar e preservar os bens classificando-os como monumentos nacionais. A SBBA – Sociedade Brasileira de Belas Artes, presidida por José Mariano Filho, patrocinou viagens de arquitetos e estudantes para diversas cidades, para que fossem realizadas

pesquisas, identificações e catalogações do que se poderia considerar uma arquitetura nacional. (PINHEIRO, 2017, p. 19). Embora essa catalogação e classificação fossem desenvolvidas, as Inspetorias em nível nacional só foram regulamentadas pelo Decreto 24.735 de 14 de julho de 1934. Alguns estados já haviam criado suas inspetorias, a Bahia em 1927 e Pernambuco em 1928 e, com a edição do Decreto passaram a atuar sob a legislação federal ora editada.

Cabe aqui trazer a crítica à formação do patrimônio nacional na sua busca de uma “brasilidade”, analisada por Gonçalves (1996). Segundo ele, o patrimônio nacional é criado a partir da ideologia da perda, num processo contraditório, uma vez que a perda ocorre por intermédio dos discursos históricos ao buscarem uma homogeneização das culturas e do passado. Conceitos trazidos de situações extra nacionais, como alegoria, objetificação, apropriação e autenticidade são utilizados no contexto brasileiro a partir da atuação de Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães.

O enredo torna possível a apresentação dos eventos históricos como um todo coerente interconectado, sendo que habilita o historiador a apresentar o que White chama de acontecimentos caóticos e arbitrários como uma totalidade significativa. Os historiadores impõem sobre tais acontecimentos uma estrutura ficcional que os re-(a)presenta como se possuíssem em si mesmos atributos de coerência e objetividade. (GONÇALVES, 1996, p. 16)

Os fundamentos históricos para tombamento do Sítio da Trindade<sup>16</sup> “repousam nessa estrutura ficcional que re-(a)presentea os tais critérios de objetividade. encionado por Gonçalves, o distanciamento tempo/espacial (GONÇALVES, 1996, p. 112), ressalta essa contradição da perda e, contraditoriamente, a construção de uma memória, e “através da retórica da perda, que os transforma em “objetos de desejo”, objetos autênticos” (GONÇALVES, 1996, p. 112) - essa "autenticação patrimonial” em busca de uma nacionalidade na tentativa de não perder a “ficção” produzida historicamente, objetiva coerência e autenticidade.

Gonçalves (1996) ainda menciona a construção dessa narrativa nacional como uma mediação simbólica entre linguagem e experiência:

nas narrativas nacionais sobre patrimônio culturais, desempenha estruturalmente a função de realizar uma mediação simbólica entre linguagem e experiência, entre o passado e ou a identidade nacional e os indivíduos que compõem a nação. (GONÇALVES, 1996, p. 29)

---

<sup>16</sup> No caso, “perpetuar a memória dos que, amparados nas fortificações que ali existiram sob a denominação de Arraial Velho do Bom Jesus, lutaram heroicamente contra o invasor holandês, no século XVII.” (Decreto Municipal 423 de 29 de dezembro de 1952, Processo de Tombamento 048-T-53, folha 23)

Cabe observar que a construção dessa narrativa de construção do patrimônio cultural nacional, apesar dessa mediação simbólica entre o passado e a identidade nacional e os indivíduos que compõem a nação, não foi constatada na nossa pesquisa, no que se refere à inclusão dos indivíduos nessa mediação simbólica. No caso específico do objeto em estudo, a memória simbólica está ligada a acontecimentos diversos da narrativa criada.

Outro fato criticado por Gonçalves (1996) diz respeito à autoridade responsável pela criação desse discurso de patrimônio nacional, ele pergunta:

Quem tem autoridade para dizer o que é e o que não é o patrimônio cultural brasileiro? Quem tem autoridade para preservá-lo? Como essa autoridade é culturalmente constituída? (GONÇALVES, 1996, p. 33)

Ele menciona Rodrigo de Melo Franco e Aloísio Magalhães como autoridades “criadoras” do patrimônio cultural nacional: “Rodrigo, modela o patrimônio cultural brasileiro, ao mesmo tempo que o patrimônio o modela, enquanto pessoa pública.” (GONÇALVES, 1996, p. 47),

Aloísio substitui o “patrimônio histórico e artístico” de Rodrigo pela noção de “bens culturais” (Magalhães [1979] 1984:40-44). Quando usa a noção de “cultura brasileira”, ele enfatiza mais o presente do que o passado.(...)Enfatiza, ainda, a diversidade cultural no contexto da sociedade brasileira. No entanto, acredita que, além dessa diversidade, existe uma cultura brasileira que é integrada, contínua e regular.” (GONÇALVES, 1996, p. 52)

Apesar da crítica pela “posse” dessa autoridade centrada nessas duas pessoas, Gonçalves (1996) ressalta que “Em ambas as narrativas a nação é objetificada como uma “busca” pela identidade. (GONÇALVES, 1996, p. 62)

Toda essa discussão sobre a busca de uma identidade nacional e, conseqüentemente de um identidade cultural, é necessário para que possamos entender os caminhos percorridos na busca das motivações para o tombamento do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade. Para tanto, precisamos entender como funcionava e qual o direcionamento institucional do IPHAN, sua origem histórica e a política adotada nos seus critérios de tombamento, considerando que, na década de 1950 – data de solicitação de cadastro do Sítio – a preocupação ainda era da arquitetura de pedra e cal, pois não havia, naquele momento, a preocupação em preservar “Conjuntos paisagísticos”, tanto é que dos 59 (cinquenta e nove) bens classificados com o uso do termo, relacionados na lista de tombamento do IPHAN, há apenas o Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade classificado como tal<sup>17</sup>, os demais estão classificados como conjunto

---

<sup>17</sup> PE Recife Ruína Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, Estrada do Arraial 3250 (antiga fortificação) TOMBADO jun-74. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>

paisagístico e arquitetônico. Embora na referência do tombamento encontremos o termo “ruínas”, não havia, no ano de 1951, a localização exata de qualquer ruína do Forte do Arraial do Bom Jesus. Ruínas apenas foram localizadas na década de 1960, após prospecções da equipe do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

As primeiras buscas pela localização exata do Forte do Arraial do Bom Jesus, foram em iniciadas na década de 1920 pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHGP, antes mesmo das preocupações dos arquitetos de São Paulo e Minas Gerais da SBBA com a catalogação do patrimônio nacional. O IAHGP iniciou as buscas a partir de documentação textual e iconográfica, e alguns dos seus membros participaram do processo de solicitação do tombamento do Sítio da Trindade, como Mário Melo, Aníbal Fernandes e José Antônio Gonsalves de Mello. Os dois primeiros por intermédio de artigos publicados nos jornais, ainda na década de 1950. Problematizando a questão urbana, eles mencionaram o interesse imobiliário sobre o local onde deveria ser fixado um espaço cultural e um museu, enquanto o último, em carta enviada em 1974, mencionava a importância histórica do local.

Em 06 de maio de 1953, Mário Melo<sup>18</sup> publicou em sua coluna denominada *Ontem, hoje e amanhã*, simultaneamente nos jornais Lux, do Rio de Janeiro, e na Folha da Manhã, de Recife, um artigo em resposta ao publicado no Diário de Pernambuco, que defendia, naquela ocasião a construção de um Hospital Infantil no terreno onde se localiza o Sítio da Trindade. Escreveu Mário Melo:

O Diário de Pernambuco que se intitula de defensor de nossas tradições, imitou o senhor Melquíades Montenegro, de cuja boa companhia se honra, em invocar o comunismo para cortina de fumaça de tudo. (MELO, 1953 apud Processo de Tombamento 487-T-53 Volume I, p. 4)

Melo discorre em seu artigo que o Diário de Pernambuco atribui aos comunistas a ideia de acusar a Marinha pela destruição do Forte do Buraco, localizado no istmo entre Recife e Olinda, além de lutarem contra a construção do Hospital Infantil no terreno do Sítio da Trindade. No artigo, Mário Melo relata que na Reunião do Conselho Geral da Comemoração do Tricentenário da Restauração Pernambucana, sugeriu a criação do Museu da Guerra Holandesa no Arraial Velho de Matias de Albuquerque, e também a transferência do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, para o casarão do Sítio da Trindade. Afirma também que foi o primeiro que alertou à Prefeitura para a necessidade de

---

<sup>18</sup> Segundo seus biógrafos, ele pode ser considerado jornalista, historiador, telegrafista, político, professor, músico, geógrafo, poeta, folclorista, folião, sendo, portanto, um intelectual múltiplo, como era de costume entre os intelectuais nas primeiras décadas do século XX. (CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda, 2016)

desapropriação do local, logo após o conhecimento do falecimento do proprietário Anselmo Perreti, bem como da sua viúva Helena Perreti, logo a seguir.

Aníbal Fernandes, então Diretor do Diário de Pernambuco, publicou breve artigo onde mencionava a possibilidade de o Sítio da Trindade ir a leilão, tendo em vista o falecimento dos proprietários e a distância em que os herdeiros se encontravam. Sem filhos, o casal deixou três sobrinhos, um morando no Peru, outro na Algeria, e um terceiro na França, segundo Aníbal Fernandes. O jornalista solicitava a intervenção urgente da Prefeitura para a preservação de uma última reserva de sítio urbano e de memória histórica:

Decidia-se o governo a pagar a milhões em apólices aos ditos herdeiros de Anselmo Peretti e resguarde um patrimônio inestimável o último grande sítio do Recife e onde ocorre ficar um dos memoráveis lugares históricos da guerra holandesa. O que os herdeiros querem é a “grana” do tio. (FERNANDES, Aníbal. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de dezembro de 1952)

Apesar de algumas manifestações pelo tombamento e catalogação do Sítio da Trindade como patrimônio nacional, iniciadas desde a década de 1920, como já mencionado, o Sítio era uma propriedade privada, pertencente à família Trindade Peretti. “Além do lento e constante desaparecimento da paisagem recifense dos grandes sítios de morada” (Ayrton Carvalho, 1950) e da possibilidade da construção de prédios de grande porte ao redor e no próprio terreno do Sítio da Trindade, como mencionado por José Antonio Gonsalves de Melo em carta encaminhada ao IPHAN quando ainda sob processo de tombamento:

Trata-se, como verá Vossa Senhoria, de elementos informativos em torno da solicitada desapropriação do Sítio da Trindade, no interesse tanto de preservar os arredores do logradouro, em relação à construção de prédios de alto gabarito, como no da proteção do próprio Sítio, em sua parte interna, que poderá ser agravada com a edificação de imóveis, que não se harmonizem com o ambiente que, urge, quanto antes proteger. (IPHAN, Processo de Tombamento T-487-53, Ofício 041.74.P 19/04/1974)

Mesmo assim, após o Decreto de desapropriação, os herdeiros da família Peretti, inconformados pela perda da propriedade, encaminharam uma proposta de urbanização do terreno do Sítio da Trindade para a Prefeitura do Recife, onde haveria uma divisão em três partes do terreno - a primeira com entrada pela Estrada do Arraial, composto pelo casario até parte da área arborizada;<sup>19</sup> a segunda seria a parte mais elevada onde “possivelmente estejam vestígios do antigo Forte do Arraial do Bom Jesus” (naquele momento ainda não havia a escavação arqueológica), mas seria preservada com uma saída pela rua Dona Rosa da Fonseca (onde fica localizada atualmente a sementeira da Prefeitura Municipal do Recife), e finalmente

---

<sup>19</sup> Planta do Conjunto Residencial Arraial Velho e área a ser urbanizada no Sítio da Trindade e suas respectivas justificativas, constam no Processo de Tombamento T-487-53, Volume I, p. 24-25

a terceira parte localizada na entrada da Estrada do Encanamento onde seria erguido um conjunto habitacional, denominado “Arraial Velho”, para uso exclusivo de moradia. Na proposta, ainda, consta um monumento aos heróis da resistência ao avanço holandês, que seria erguido na entrada do Conjunto Habitacional, e, enfim, haveria uma estrada de ligação entre a Estrada do Encanamento e a Estrada do Arraial, aberta ao público.

Os herdeiros, representados pelo inventariante Paulo Antonio Peretti Evin, neto de Manuel Pertti Trindade, primeiro proprietário do Sítio, alegando ser formado pela *École du Louvre* em Conservação de Museus, Monumentos e Sítios Históricos, alegou na ocasião que, por ser uma pessoa com ligações e de índole voltada à preservação de monumentos históricos, teria a intenção de doar o terreno para uso público, e ficou surpreso com o Decreto Municipal de desapropriação. Por este motivo, estava encaminhando essa solicitação junto à Prefeitura do Recife, no sentido de contornar a situação de maneira que ficasse acordado satisfatoriamente para todas as partes envolvidas. Muito embora, tenha sido obrigado a recorrer em Juízo reparações quanto às calúnias e difamações a que foi vítima por “espalharem boatos” que ele tinha a intenção de lotear o Sítio da Trindade.

Acontece que, juntamente com a proposta por escrito já mencionada, anexou um projeto assinado pelo arquiteto Lucio Estelita onde está detalhado a divisão em três partes mencionada na carta encaminhada à Prefeitura. Observamos na planta apresentada, no lado esquerdo, o arrolamento das espécies naturais que seriam preservadas, totalizando 550 árvores. Segundo os construtores, pela adoção do formato em “S” do edifício teria cinco pavimentos, permitindo, com isto, uma melhor ventilação e a manutenção, da melhor maneira possível, da paisagem que circundaria a construção. Na justificativa apresentada reconhecem a origem histórica do local e, diante disso, ergueriam um monumento na parte mais alta do terreno e, no casarão existente no local, instalariam um museu sobre a guerra holandesa e sobre o Nordeste.<sup>20</sup>

Essa disputa pela propriedade ainda estava restrita ao problema da desapropriação, ainda não havia sido homologado o tombamento pelo IPHAN. Isto também gerou alguns problemas com construções que seriam erguidas junto ao terreno do Sítio da Trindade e a Prefeitura, que sabendo do processo de tombamento em andamento, apelava para que se aguardasse a decisão final, o que gerava algumas demandas judiciais.

A disputa judicial entre a família Trindade Peretti e a Prefeitura Municipal do Recife, em relação à desapropriação se estendeu durante décadas. Localizamos sentença sobre essa

---

<sup>20</sup> Processo de Tombamento T-487-53, Volume I, página 25.

demanda no Diário Oficial de 1978,<sup>21</sup> ou seja, vinte e cinco anos após o Decreto de desapropriação. Encontramos diversos pontos de interesses e divergências, de um lado a Prefeitura Municipal do Recife, do outro as imobiliárias e, também, a família Trindade Peretti, tensionando a posse do local.

Justamente pelo interesse denotado pelo IAGHP ainda na década de 1920 e, ainda, reforçado por alguns dos seus membros, como já mencionamos, o Chefe do SPHAN na década de 1950, Ayrton Carvalho, endereçou ao presidente do órgão, Renato Soeiro, solicitação de tombamento, considerando os feitos que ocorreram no local, não havia, naquele instante, evidências físicas do Forte, criava-se então, uma situação peculiar, haveria um tombamento baseado em evidências textuais e iconográficas, não havia o forte físico, nem ruínas, com isso temos um interessante hiato conceitual de bem material e imaterial, estavam fundamentando o tombamento na imaterialidade.

O Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, estabelece em seu artigo primeiro:

**Art. 1º** Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, n.p.)

A política de patrimônio vigente no período de solicitação inicial de tombamento datado de 1951, com parecer favorável em 1953, estabelecia o tombamento de bens móveis e imóveis, na impossibilidade de classificação do Sítio da Trindade como um Forte, pela inexistência física do mesmo, ou até a presença de ruínas, foi classificado como Conjunto Paisagístico. Ora, essa denominação só foi regulamentada em 1988, com a promulgação da Constituição em 05 de outubro, em seu artigo 216 estabelece:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
(...)  
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.  
(Brasil, 1988)

Mesmo com a homologação do tombamento ocorrendo vinte dois anos depois, no ano de 1974, ainda não havia a imaterialidade como referência de tombamento, portanto, a classificação do Sítio da Trindade como Conjunto Paisagístico caracteriza um ineditismo, uma antecipação de um entendimento. Concordamos que

---

<sup>21</sup> Diário da Justiça, Estado de Pernambuco, ano XV, número 214, 09 de novembro de 1978.

o material geral o imaterial, num processo circular e retroalimentado, sendo na prática impossível haver qualquer separação entre esses elementos. (CASTRO; COSTA, 2008, p. 126)

Observamos, notadamente, essa profusão de bens imateriais que circulam quase que concomitantemente no espaço do Sítio da Trindade, o próprio conjunto paisagístico atuando como cenário das apresentações de cultura popular. Mesmo quando as apresentações não estão acontecendo, o local é um referencial para eles - é imanente essa atuação da festa na paisagem do local.

Entre a carta de Ayrton Carvalho e o parecer concordando com o tombamento, passaram-se dois anos. O parecer favorável datado de 1953, assinado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então Presidente do IPHAN, reforça os apelos de preservação do local, tendo em vista as tentativas de construção num terreno provido de valor histórico, artístico ou paisagístico.

Para a homologação do tombamento era necessária o envio de algumas documentações pela Prefeitura, que deveriam ser encaminhadas pela Secretaria do IPHAN em Recife. Tratava-se do levantamento fotográfico, documentação, narrativa histórica do local, para que o processo tivesse o seu devido encaminhamento e encerramento. A primeira solicitação data de 21 de maio de 1953, porém só foi remetida em 1974.

Observamos que as solicitações sofreram intervalos de aproximadamente dez anos. Também não há, no Processo de Tombamento, nenhuma manifestação por parte da Delegacia do IPHAN em Recife, em sequer um momento, nem há a comprovação de envio da documentação solicitada. Porém, como o registro em Livro de Tombo ocorreu em junho de 1974, entendemos que o apelo data de abril de 1974, finalmente, tenha surtido efeito, visto que o processo foi encerrado.

Enquanto as imobiliárias brigavam pela possibilidade de utilização do terreno, a PMR, por sua vez, promoveu o uso do local, tendo em vista sua desapropriação para transformar em um bem público. Para evitar que a especulação imobiliária ultrapasse os limites que, possivelmente, seriam estabelecidos após o tombamento, alegava, procurando se fundamentar no texto judicial, a possibilidade de tombamento como medida proibitiva das construções. Por outro lado, mesmo sabendo da possibilidade de tombamento e, também, da possível existência de bens arqueológicos em algum lugar do terreno, a PMR promoveu, pelo uso, a transformação do local em espaço de lazer e práticas sociais que aproximou os moradores de Casa Amarela, e bairros do entorno, para o local.

Entre a solicitação do tombamento em 1951, parecer favorável em 1953 e registro no livro de Tombo em 1974, dois acontecimentos marcantes problematizaram os usos e práticas no local: a instalação no local da sede do Movimento de Cultura Popular em 1961, e a descoberta dos vestígios arqueológicos do Forte do Arraial do Bom Jesus em 1968. Essa problemática será discutida nos dois próximos itens desse capítulo.

## 2.2 O Movimento de Cultura Popular - MCP

O Recife tem milhares de crianças sem escola. E a Prefeitura não tem, no seu orçamento, recursos para a educação. Nem, na sua estrutura administrativa, pessoal para o ensino, nem órgão específico educacional. E, no entanto, quero começar esse ano, atendendo as crianças do Recife. Mobilizando alunos. Iniciando aulas. Abrindo escolas. Quero trabalhar com as classes populares; com elas e para elas.  
(ARRAES, 1961 apud COELHO, 2012)

O então Prefeito recém-eleito da cidade do Recife Miguel Arraes, em 1960, iniciou assim a reunião com Germano Coelho e Norma Porto Carreiro, lançando, dessa forma, as bases do que seria o Movimento de Cultura Popular. Como constatamos, pelo discurso, o projeto deveria atender os anseios do Prefeito, mas, por outro lado, não havia recursos para tal.

Germano Coelho e sua esposa Norma Porto Carreiro não foram chamados aleatoriamente. Além da formação de professores, pedagogos também participavam do Movimento de Educação de Base – MEB, e desenvolviam o projeto “De pé no chão também se aprende a ler” na cidade de Camaragibe, na região metropolitana do Recife. Ambos, geralmente se interessavam pelo projeto quando, enquanto faziam seus doutorados na França, tiveram contato com intelectuais, movimentos e filosofias que buscavam a formação do homem a partir da educação.

Como narra Coelho em seu livro *Movimento de Cultura Popular – MCP*, publicado em 2012, quatro experimentos foram fundamentais para a formação do pensamento em torno do projeto solicitado pelo Prefeito Arraes, foram eles: um deles foi o encontro com Marcel Mermoz, então diretor da *Entente Communautaire*, federação das comunidades de trabalho francesas. Mermoz os apresentou a algumas obras que delineavam a missão principal do movimento francês, como eles diziam: “fazer homens, homens fortes, conscientes, de caráter, livres, generosos, cultos, simples, homens de paz.” (COELHO, 2012). Entre as obras apresentadas estavam duas brochuras, a primeira “Peuple et Culture” e a segunda “Mouvement de Culture Populaire”, e “Histoire de l’Éducation Populaire”, como diz Coelho (2012) “herdaram o nome” Movimento de Cultura Popular e o trouxeram para o Recife.

O segundo experimento narrado por Coelho foi o seu encontro com Célestin e Elise Freinet em Vence, nos Alpes marítimos, em 1954. Os Freinet, pedagogos, haviam criado um modelo de escola pública, denominada “L’*école du peuple*”, uma escola erguida no meio da natureza. Tiveram contato com o modo de administrar a escola com esse modelo que, naquele momento, estava se desenvolvendo e se espalhando na França. Visitaram outras escolas durante um mês inteiro, culminando com a visita ao Institut Coopératif de L’*École Moderne*, onde sentiram a amplitude da pedagogia Freinet.

O terceiro experimento, foi o encontro com Lebret, em La Tourette, no Centro de Economia e Humanismo. Lebret era o criador do movimento “*Économie et Humanisme*” que tinha como objetivo: “salvar e elevar o homem. Todo homem e toda a humanidade”. Lebret registrou as suas ideias no livro “*Principes pour l’action*”, do qual, diz Coelho, foi retirado grande parte da ideologia do Movimento de Cultura Popular.

O quarto e último experimento pelo qual passaram foi uma convivência de três meses em alguns *kibutzim* em Israel. A experiência com a ideia de convívio comunitário em um país em formação foi fundamental para a ideia da criação de uma comunidade que possibilitasse a igualdade e o desenvolvimento de políticas, voltadas para o ser humano, para a criação do “homem livre”. Ainda, segundo Coelho, o convívio nos *kibutzim*, trouxe, de alguma maneira o “arrojo da juventude influiu tanto sobre o élan, a garra, a vibração e o ritmo do MCP.”

Essas quatro experimentações pelas quais passaram Germano Coelho e Norma Porto Carreiro, formaram o pensamento ideológico do MCP. Outros intelectuais que também participavam do Movimento de Educação de Base – MEB, ação ligada à Igreja Católica, da qual também faziam parte Anita Paes Barreto, Aluísio Falcão, Maria de Jesus Costa, entre outros, estavam desenvolvendo o projeto da comunidade em Camaragibe. Com a solicitação do Prefeito Arraes, viram-se diante da possibilidade da implementação de programas com apoio institucional, e como profissionais já estabelecidos, aderiram à ideia. Como nos mostra o depoimento de Paulo Rosas, presente no Memorial do MCP:

Portanto, havia no Recife, ao tempo da criação do MCP, se assim posso dizer uma certa "força de trabalho" em disponibilidade. E o que foi muito importante, do ponto de vista pragmático: em sua maioria, os que compunham essa "força de trabalho" tinham atividade profissional definida, podendo formar os quadros iniciais do MCP como "voluntários" ou percebendo uma remuneração simbólica. (MCP, 1986, n.p.)

A narrativa de Germano Coelho, a partir da sua experiência e da sua documentação, inclusive tornada Memorial que se encontra nos arquivos do Museu da Cidade do Recife, mostra um lado que beira ao ufanismo. Ele fala com entusiasmo e declarada alegria dos acontecimentos que promoveram o surgimento do Movimento de Cultura Popular. Porém, cabe

fazer algumas observações omitidas por Coelho, talvez na tentativa de buscar uma linha narrativa pessoal sem enxergar alguns problemas, ou enxergando mas que ele não leva em consideração na construção da sua narrativa.

Um dos problemas apontados diz respeito às diferentes correntes político-ideológicas presentes entre os intelectuais do movimento (SOUZA, 2014, p. 51). Havia a corrente de pensamento católico liderada por Germano Coelho, influenciados pelo pensamento de Le Bret, e o movimento “Économie et Humanisme”, experiência relatada por Coelho (2012, p. 11) em seu livro.

Os intelectuais dessa corrente entendiam que o caminho mais promissor para se chegar ao fim desejado era tomando para si a tarefa de pensar, articular e dirigir as massas rumo a um novo regime que pudesse fazer com que essas relações sociais, pautadas pela opressão, fossem superadas. (SOUZA, 2014, p. 49)

Havia os intelectuais comunistas que, embora com o Partido, naquele momento, na ilegalidade, atuavam de forma a retirar a imagem de “marginalidade” a que o PCB estava submetido, buscando, dessa forma, alianças com outros partidos e a mobilização das massas como estratégia de tentar se introduzir nos aparelhos do estado em suas esferas municipal, estadual e federal (SOUZA, 2014, p. 50)

A implantação do estado socialista, para os comunistas brasileiros, não se configurava mais como a principal batalha a ser travada. O objetivo agora era outro. O processo de desenvolvimento pelo qual o Brasil estava passando à época, sintetizado no famoso lema “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, fez com que os comunistas traçassem novos objetivos. Era preciso primeiro, barrar a influência das economias estrangeiras no processo de desenvolvimento interno, sobretudo a dos Estados Unidos. Os comunistas entendiam que este desenvolvimento estava deixando como saldo para a nação brasileira a diminuição do ritmo do seu desenvolvimento interno e, por consequência, piorando a vida das classes menos favorecidas. (SOUZA, 2014, p. 51)

Temos essas duas correntes atuantes no Movimento de Cultura Popular, que embora compartilhassem do mesmo desejo de reformas sociais, tinham diferenciais bem claros: de um lado, os católicos acreditando num “aprendizado existencial da democracia”<sup>22</sup>, e do outro lado, os comunistas acreditando que “as reformas deveriam ser levadas a cabo, seguindo a estratégia de ocupar os aparelhos de Estado pacificamente, através das urnas eleitorais.” (SOUZA, 2014, p. 52)

Essas diferenças objetivas geraram, dentro do Movimento, muitos debates,

Debates que apontaram a preocupação em acomodar as várias perspectivas ideológicas, bem como o elitismo cultural que fazia com que se concebesssem como detentores do conhecimento necessário para introduzir um novo modelo de sociedade presente na base de seus respectivos projetos reformistas. (SOUZA, 2014, p. 53)

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Beisiegel (1982, p. 103 apud SOUZA, 2014, p. 52).

A pesquisa de Souza (2014) nos mostra que o discurso de Coelho (2012) da introdução de políticas culturais nas camadas populares, gerado pelo MCP, não foi tão “pacífica” como ele utiliza em seu discurso. Souza deixa claro a existência de dois grandes grupos político-ideológicos presentes no Movimento, e que os seus projetos reformistas possuem direcionamentos diversos. Outro fator que nos chama atenção na pesquisa de Souza (2014), a partir da citação da página 53, acima, diz respeito ao elitismo cultural que os fazia pensar “detentores do conhecimento necessário” - eles se consideravam os condutores intelectuais de um novo modelo para a sociedade. Sobre o elitismo cultural dos intelectuais dos anos de 1960 em Recife, há um trabalho de Beatriz Nogueira Souza e Silva, onde ela analisa justamente a atuação desses intelectuais no MCP.

A maioria desses intelectuais criadores do MCP não era conhecida nem reconhecida, de forma latente na sociedade, principalmente dentre os setores mais pobres. Eles alcançariam, nesse início de década, uma visibilidade exponencial justamente a partir das atividades e intervenções empreendidas no tecido social, passando então a se constituírem como pessoas públicas a medida em que eram citados pelos jornais, promoviam eventos culturais e eram apresentados à cidade. (SILVA, 2010, p. 66)

Silva (2010, p. 67) cita como exceção, entre a intelectualidade do MCP, Aberlardo da Hora como alguém já bem conhecido, com diversas obras já espalhadas pela cidade do Recife e cita também, Paulo Freire que, no texto de Germano Coelho (2012) é citado como intelectual já estabelecido, cuja Pedagogia foi utilizada no MCP. Souza (2014, p. 69) ressalta que Freire era, naquele momento de formação do MCP, um intelectual em formação e que, ainda no período de debates de que políticas educacionais seriam adotadas, havia se retirado do MCP, por divergências na aplicação de uma cartilha de alfabetização.

Segundo Paulo Freire, apesar da proposta da cartilha se mostrar compatível com o público assistido, sua elaboração não havia se dado com o povo e a partir dele. Freire advogava que o material ideal a ser utilizado nas aulas de alfabetização eram as fichas de cultura produzidas dentro e durante cada lição vista. (SILVA, 2010, p. 71)

Com a divergência na aplicação da cartilha que não seguia a metodologia ainda em estudo por Freire, ele se retirou do movimento em 1962 (SILVA, 2010, p. 69). Germano Coelho em seu livro sobre o MCP, nomeia um capítulo “EXPANSÃO DO MCP: MÉTODO PAULO FREIRE” (COELHO, 2012, p. 45), dando a entender que o método foi aplicado no programa de alfabetização da PMR. Na verdade, ele cita que o método foi lançado no Rio Grande do Norte em 28 de agosto de 1963, o que referencia a relação do método Paulo Freire com o MCP, além do próprio Freire que, ainda em formação, se utilizou dos círculos de cultura do MCP para

iniciar suas experiências. Assim, podemos afirmar que Coelho registra o MCP como local de introdução do método quando, na verdade, ainda estava em estudos.

Outro aspecto a ser considerado na atuação do intelectuais do MCP, era a sua “aura romântica” (SILVA, 2010, p. 72), pois acreditavam que com seus conhecimentos técnicos e eruditos, juntamente com o conhecimento do povo sobre a cultura popular, formar uma autêntica cultura nacional, como diz a pesquisadora Maria Theresa de Moraes:

No esteio da concepção romântica, setores do MCP compreendiam a cultura popular como guardiã das tradições brasileiras (...) o MCP procura no “popular” os suportes simbólicos para a construção de uma cultura nacional. Nessa direção, alguns participantes do MCP pensavam em um intercâmbio, através do qual os intelectuais participariam com a doação da ciência e da técnica e o povo participaria com a doação do sentido autêntico do sentimento e das raízes brasileiras, para a formação de uma cultura nacional. (MORAES, 2000, p. 92 apud SILVA, 2010, p. 72)

Essa conjugação entre o povo (ingênuo e pobre) com os intelectuais (provenientes da classe média e erudita), gerou a “cultura popular latente do MCP” (SILVA, 2010, p. 72). Mesmo com a tensão ideológica existente dentro do movimento, eles conseguiram produzir inúmeros eventos a partir das ações discutidas e implementadas. Além dos membros do Movimento de Educação de Base -M’EB que aderiram à proposta do MCP, havia também o movimento artístico local que buscava levar a cultura até às camadas mais afastadas da cidade. Entre eles, destacamos a SAMR (Sociedade de arte moderna do Recife) que, em 1952, fundaria o Atelier Coletivo, idealizado por Abelardo da Hora, além da Orquestra Sinfônica Estudantil, Grupos de Teatro de Luiz Mendonça, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, Coral Bach do Recife dirigido pelo maestro Geraldo Menucci, grupos de dança de Flávia Barros, o Teatro de Marionetes Monteiro Lobato, dirigido por Carmosina Araújo.<sup>23</sup>

A reunião dessas pessoas e entidades em torno do MCP, gerava a demanda de uma sede que, diante da situação financeira da PMR, não trouxesse custos. A escolha recaiu para o casarão do Sítio da Trindade, imóvel de propriedade da PMR que estava sem utilidade.

Começaram as providências para a ocupação da sede do Movimento de Cultura Popular, entregue pelo prefeito Miguel Arraes. Todas as salas foram mobiliadas com estantes, mesas redondas e cadeiras, destinadas ao trabalho coletivo de cada setor. Nenhum birô, nenhuma gaveta, nenhuma possibilidade de engavetamento de papéis. (COELHO, 2012, p. 18)

Germano Coelho, primeiro presidente do MCP, eleito pelo Conselho de Direção, tomou duas providências iniciais: a primeira foi encaminhar ao IPHAN uma solicitação de pesquisas que delimitasse o local exato do Forte do Arraial do Bom Jesus, para que, assim, o povo

<sup>23</sup> Abelardo da Hora, depoimento in: Memorial do MCP, Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986.

“pudesse cultuar o grande feito do passado”. (COELHO, 2012, p. 18) A segunda providência foi denominar a instituição *Arraial do Bom Jesus* e fixar o endereço como Estrada do Arraial, 3259, Casa Amarela, Recife, Pernambuco, Brasil.

A impossibilidade de construção de novas escolas, reformas de antigas ou uma melhoria nas estruturas das existentes, fizeram com que uma das primeiras ações do MCP fosse a busca de espaços, nos mais diversos locais, onde se pudesse instalar uma sala de aula. Para isto, foi importantíssimo o trabalho de voluntários, sendo eles profissionais liberais, estudantes secundaristas e universitários que se envolveram no projeto.

Vendo. Observando. Conversando. Convivendo. E, no meio de tanta penúria, tínhamos ainda um pedido a fazer: “*Quem pode nos ceder um pequeno espaço para abrir uma escola? Pode ser uma sala, na igreja católica, evangélica, espírita. Pode ser no clube de futebol, de sueca, de dominó*”. E, assim, fomos somando áreas para o ensino e parceiros para a educação. (COELHO, 2012, p. 23)

O trabalho de pesquisa de campo, para localização de locais para instalação de escolas, durou quatro meses, logo após, foram ativadas as primeiras escolas de alfabetização para crianças e, posteriormente, as escolas de alfabetização de adultos. O sucesso do programa fez com que o MCP lançasse o *Livro de Leituras para adultos*, e possibilitou, em seguida, o lançamento de programas educativos radiofônicos. Os programas eram coordenados por Norma Porto Carreiro, Josina Godoy e Gesilda Fonseca, que treinavam os voluntários monitores universitários. Os programas eram transmitidos pela Rádio Continental e pela Rádio Clube, diariamente, excetuando o domingo, no horário de 20:50 às 21:40. O método de alfabetização de Paulo Freire nasceu dentro do MCP, a partir dos *Círculos de Cultura*.<sup>24</sup>

Consolidado os primeiros passos na direção educacional, o MCP passou a possibilitar diversas ações que promoviam a cultura e, essencialmente, buscava a aproximação do povo com essas atividades. Foi nesse espírito que o Primeiro Festival do Teatro do Recife foi lançado, concomitantemente com a inauguração do **Teatro do Arraial Velho**, anfiteatro presente até hoje no espaço do Sítio da Trindade, - um teatro ao ar livre para que todos tivessem acesso, a criação do Teatro do Povo, um teatro ambulante que circularia por todo o estado. Foi inaugurada, também, a *Galeria de Arte do Recife*, espaço construído às margens do Rio Capibaribe, na Rua do Sol, centro da cidade, em frente ao prédio dos Correios. Ela era uma construção quase toda de vidro, que permitia ao visitante fruir da exposição e da paisagem do

---

<sup>24</sup> Os Círculos de Cultura não tinham uma programação feita a priori. Cabia aos educadores tratar a temática que o grupo propunha. Os resultados positivos obtidos com esse trabalho com grupos populares no MCP levaram Paulo Freire a propor a mesma metodologia para a alfabetização. (GADOTTI, 1966)

Rio que corria ao fundo. Essa construção foi totalmente destruída após o golpe militar, não restando qualquer vestígio.

Outro projeto do MCP de grande importância e fundamental na nossa pesquisa foi a criação dos Parques de Cultura. O primeiro parque de cultura a ser ativado foi, justamente, o Parque de Cultura Arraial do Bom Jesus. Como primeira providência, foi construído um anfiteatro denominado Teatro do Arraial Velho, onde, além da participação no Festival de Teatro do Recife, seria utilizado como palco de apresentações de artistas durante os eventos que ali fossem realizados. Na casa sede foi instalada a Biblioteca do MCP, “uma coleção brasileira muito completa (mais de 300 volumes) que comprei pessoalmente na Livraria São José.” (COELHO, 2012, p. 28). E foi nesse parque que foram iniciadas as festas do ciclo junino, as festas se iniciavam no Santo Antônio, passava pelo São João e se encerrava em São Pedro. Observamos que esse período perdura até hoje, durante as comemorações, de 13 de junho, data de Santo Antônio, passando por São João em 24 de junho e se encerrando em São Pedro em 29 do mesmo mês. Assim, temos dezessete dias que é, atualmente, a média de dias em que a PMR promove as festividades no local. O MCP, como órgão da PMR, estabeleceu esse calendário que perdura até os dias de hoje

Assim, vi o Parque de Cultura do Arraial do Bom Jesus luminoso e transfigurado, na I Festa de São João da Cidade do Recife, promovida pelo MCP, em 1963. (COELHO, 2012, p. 74)

Em que pese a contradição no texto de Germano Coelho (“Uma vez, no ano, havia nesse Parque de Cultura uma semana luminosa: era *São João no Arraial*.”) quando ele diz que o MCP promovia todos os anos a festa junina, visto que a primeira ocorreu em 1963. e com a extinção do Movimento em abril de 1964, só havia ocorrido, na verdade, uma festa promovida pelo MCP. Mesmo assim, a Prefeitura assumiu esse compromisso de manter o calendário festivo no local, e com o órgão sucessor do MCP. Com a Fundação Guararapes, que passou a administrar o Sítio da Trindade, a festa tornou-se parte do calendário da Prefeitura, apesar do Decreto 943, de 22 de abril de 1964, de intervenção no MCP, que em suas justificativas estabelece:

CONSIDERANDO que o Movimento de Cultura Popular vinha exercendo atividades ilícitas de natureza subversiva, conforme assinalaram os serviços de segurança; (Decreto 943 de 22 de abril de 1964.)

Entendemos que os ciclos comemorativos, até então realizados no Sítio da Trindade, não foram considerados pelos serviços de segurança, como de natureza subversiva ou uma atividade ilícita. O Decreto 943 se “restringiu” a intervir no Movimento, paralisando todas as atividades administrativas, exonerando sumariamente todos os seus membros e estabelecendo

uma comissão para implantar um novo órgão, gerido pela Prefeitura, para dar continuidade às atividades consideradas necessárias.

Entre o ano da primeira festa junina – 1963 – e a data da homologação do tombamento – 1974, decorreram onze anos. O tombamento, na sua intenção inicial, conforme o Decreto Lei 25/1937, busca a preservação de um bem de valor histórico, artístico e paisagístico. Primordialmente, o Sítio da Trindade, além do valor paisagístico evidente, foi local de fatos históricos que formam a identidade nacional. O uso do local como espaço de eventos e festas cíclicas se sobrepõe sobre a intenção da preservação patrimonial. O caso se agrava quando consideramos que entre 1963 e 1974, foram encontrados os vestígios do forte do Arraial do Bom Jesus. Como aconteceu essa localização e os problemas decorrentes das escavações é o nosso próximo tópico.

### 2.3 A Escavação Arqueológica

Durante as nossas pesquisas realizadas no local, o que nos chamou atenção, principalmente quando aplicamos os questionários, era a forma como as pessoas olhavam para a escavação arqueológica. Alguns não entendiam o que significava aquele “buraco imenso”, outros procuravam a resposta imediatamente e nos perguntavam. Claro que esses questionamentos ocorreram quando aplicamos o questionário durante o dia, pois no decorrer da festa de São João isso tornou-se impossível, até porque havia uma barraca instalada justamente em frente à escavação, e a escavação não é iluminada, nem existia, pelo menos nos dias em que estivemos pesquisando, qualquer placa indicativa do que se tratava aquela precipitação no terreno.

Diversos frequentadores do local, assíduos, não sabem responder a essa questão: que buraco é aquele? Mesmo quando respondemos do que se trata, fica difícil para um leigo entender que, algumas elevações de terra, formando saliências no terreno, é uma escavação arqueológica. A ideia de arqueologia vista em filmes, leva o leigo para a pedra, o ferro, objetos antigos, jamais o levaria para pequenas elevações de terra. A técnica utilizada para a construção do forte foi a taipa de pilão, as paredes foram erguidas a partir de areia socada em caixas de madeira até a retirada total da umidade, possibilitando que ficassem erguidas, por este motivo, o fosso localizado é de areia.

**Figura 15** - Forte do Arraial do Bom Jesus. (Gravura Commelyn,1651)



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional

As primeiras prospecções registradas no terreno, em busca de algum vestígio do Forte do Arraial do Bom Jesus, foram tentadas na década de 1920, pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHGP. As buscas foram baseadas em documentação encontrada no Diário<sup>25</sup> do Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, porém, o IAHGP não obteve sucesso, até porque para que pudessem prosseguir com o intento, necessitariam de recursos que não dispunham naquele momento.

---

<sup>25</sup> COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. il. (Coleção Recife, 12).

**Figura 16** - Escavação arqueológica: fosso original do Forte do Arraial do Bom Jesus.



**Foto:** Sérgio Lima Silva (out./2019).

Em 1968, o Laboratório de Arqueologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, chefiado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, obteve sucesso na localização do fosso original. A localização foi conseguida com muito esforço, pois, segundo Albuquerque, não haviam recursos financeiros, humanos, ou técnicos que permitissem um trabalho com precisão e rapidez. Inicialmente, as buscas foram baseadas nas primeiras tentativas do IAHGP. Primordialmente, a documentação e os mapas publicados por José Antônio Gonsalves de Mello, no seu artigo *Cristóvão Álvares: um engenheiro em Pernambuco* (MELLO, 1961), forneceu uma imagem para o início da pesquisa, pois principalmente a partir dos mapas que nele se encontravam, e considerando a aglomeração, segundo a documentação, que se formou no entorno do Forte, durante os cinco anos da sua existência, foi possível estabelecer as coordenadas da pesquisa.

As estruturas do Forte, em quotas positivas, teriam sucumbido aos sucessivos ataques do inimigo, portanto o que poderia ser encontrado arqueologicamente seriam as estruturas que se encontrassem em quotas negativas, ou seja, o fosso; (ALBUQUERQUE, 2010, p. 3)

Nesse sentido, o objetivo traçado buscava o fosso, a partir da configuração encontrada no mapa, bem como buscar fragmentos de objetos que deveriam estar presentes no local, considerando a população que utilizava o Forte.

Como não se dispunha de vestígios materiais, iniciamos uma trincheira que teve início no topo da colina, seguindo em direção às cotas mais baixas do terreno, e cuja profundidade atingiu 5 metros. Esta pesquisa, embora com poucos recursos, permitiu a identificação nítida da escarpa e contra escarpa do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus. A partir da análise da estratigrafia foi possível reconstituir-se sua largura e profundidade, além de grande quantidade de material arqueológico, tanto bélico, como de outras naturezas como cachimbos, faiança etc. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 3)

A pesquisa foi interrompida, no entanto, por falta de recursos, retornando apenas no ano seguinte, quando foi localizado parte do fosso duplo, além da duplicação da área aberta. Novamente a pesquisa precisou ser interrompida por falta de recursos, a sua retomada só foi possível vinte anos depois, em 1988, quando foi constatado o quase total fechamento da escavação, provocado por entulhos naturais, lixo, e resíduos provenientes das festas cíclicas que ocorrem no local. Algumas demarcações foram desfeitas e foi preciso reordenar toda a escavação anterior.

Decorridos vinte anos da descoberta arqueológica do Forte do Arraial (velho) do Bom Jesus, teve início a terceira etapa das pesquisas. As duas primeiras campanhas, realizadas em 68/69, tiveram como objetivo a localização do monumento, do qual não restavam vestígios superficiais, e a ampliação do fosso recuperado arqueologicamente. Ao longo dos anos houve um reentulhamento da sua porção escavada resultante de ações conjugadas de gênese natural e antrópica. O espaço escavado do fosso que circundava a fortificação foi preenchido por lixo urbano, restos orgânicos e inorgânicos resultantes das festas populares que habitualmente são realizadas no local, o Sítio Trindade”, e por carreamento de material sedimentar oriundo das partes mais elevadas da colina. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 6)

Também por falta de recursos essa retomada da escavação foi interrompida no mesmo ano de 1988, sendo retomada, novamente, no ano de 2008, quando foi utilizada a técnica de cobrir as escavações com grama, para evitar as ações da erosão e da proliferação da vegetação, além da instalação do gradil de proteção que permanece até hoje.

Gostaríamos de ressaltar, também, que a primeira prospecção, iniciada em 1968, sofreu interrupção no mesmo ano, por falta de recursos, retornando no ano seguinte, graças ao apoio da Prefeitura Municipal do Recife. As novas escavações realizadas em 1969, permitiram a duplicação da área aberta do fosso. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 4). O problema é que os recursos só permitiram os trabalhos até aquele ano e, então, houve uma interrupção que perdurou vinte anos. Segundo Marcos Albuquerque, o período de abandono das escavações, permitiu a quase total obstrução do local, motivado, principalmente, por **acúmulo de lixo**.

(2010, Grifos nossos). A Prefeitura, como gestora do local, embora tenha oferecido recursos em 1969 para o desenvolvimento da pesquisa, não se preocupou com o mínimo que lhe cabe como gestora da limpeza pública, permitindo, assim, que o lixo se acumulasse numa escavação arqueológica.. A disputa inicial pelo espaço, entre PMR, imobiliárias e a família proprietária do terreno, foi decidida pela historicidade do local e as ruínas do Forte, razão dela ter se tornado propriedade pública, mas logo depois foi abandonada pela PMR, por longos vinte anos. E durante esses vinte anos, as festas cíclicas continuaram a acontecer no mesmo local.

É lamentável que um monumento com tamanho significado histórico, além de ser um dos poucos monumentos em terra preservados no Brasil tenha sido abandonado, inclusive pela mesma Instituição que financiou o projeto inicial de resgate. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 5)

Em 1988, a PMR solicitou ao Laboratório de Arqueologia da UFPE uma nova intervenção no local. Vinte anos passados, transformou toda a escavação original. Foi necessário, portanto, recorrer a técnicas até então desconhecidas, visto tratar-se de vestígio em terra, invadido por vegetação e alterado devido à ação erosiva provocada por água e terra. Para Marcos Albuquerque, os acontecimentos, apesar de preocupantes e lamentáveis, possibilitaram o aprendizado, afinal, os problemas surgidos para a mesma equipe que havia trabalhado nas duas etapas anteriores, foram encarados como desafios a serem superados. Porém, os problemas dessa escavação são intermitentes: logo que os trabalhos foram encerrados nessa terceira etapa, mais uma vez, o fosso até então limpo arqueologicamente, foi abandonado - novamente, durante vinte anos e, em seu local, além do lixo, brotou vegetação proveniente das sementes lançadas por morcegos e pássaros, surgindo no local da escavação árvores de grande porte, que, com o tempo, enraizou por toda a superfície encontrada do fosso.

A quarta etapa da escavação foi iniciada em 2008 por iniciativa da Fundação de Cultura da Cidade do Recife. O trabalho consistia, agora, em localizar o fosso original das duas primeiras prospecções realizadas em 1968 e 1969. Como o local havia sido cercado por uma grade de ferro, a vegetação que se formou no interior não recebeu o mesmo tratamento da vegetação externa. Por não existir nenhuma sinalização do que era o local, muitas pessoas pensavam que se tratava de um canteiro. A falta de sinalização é um problema que perdura até hoje, como já mencionado anteriormente, havia um banner no local em 2018 e que em 2019, já não mais existia.

Após o término dessa etapa de recuperação da escavação original, a técnica adotada em 2008 que, no nosso entendimento, está surtindo efeito, foi a utilização de grama na superfície do fosso, que evita a permeabilização do terreno, além de um sistema de drenagem que não

permite a erosão pela água. O problema que constatamos, durante a nossa pesquisa, como já mencionado, é a inexistência de uma placa indicativa do que é o fosso aberto - Marcos Albuquerque menciona esse problema iniciado em 2008: “A ausência de uma sinalização no local conduzia as pessoas a pensarem que se tratava de um canteiro” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 9). Também gostaríamos de ressaltar que são instaladas barracas junto ao fosso durante as festas juninas. Durante a pesquisa, fomos, no dia 25 de junho de 2019, até o Sítio da Trindade, pois queríamos verificar como o local estava após as festividades, mas não nos foi permitida a visita sob alegação de que estavam fazendo a limpeza.

O pêndulo dos diversos acontecimentos no Sítio da Trindade, considerando apenas os fatos a partir da década de 1950, com a solicitação do tombamento, também se reflete na Legislação que regula os sítios históricos e o acervo arqueológico. Não vamos fazer uma análise do aspecto legal durante esse período, porém, é necessário registrar que o Artigo 20 da Constituição Federal de 1988, estabelece que os bens arqueológicos são propriedades da União. A Portaria Ministerial 375 de 19 de setembro de 2018, que regulamenta a Política de Patrimônio Cultural Material, especifica os procedimentos, proibições e atribuições aos que administram o Patrimônio Cultural Material da União, entre os quais, os bens arqueológicos estão classificados, assim como também está classificado o Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade. Com a descoberta do fosso original, mesmo antes da Legislação em vigor, o Conjunto Paisagístico já abrigava todos os bens nele presentes, portanto, cabe ao IPHAN proceder com a fiscalização e estabelecer um diálogo com o órgão gestor, no caso, a PMR, para a preservação e conservação do local.

A trajetória do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, desde a sua desapropriação em 1952, e os episódios aqui narrados até o presente momento (acontecimentos que se entrecruzam e mostram o modo como os usos e práticas foram se desenvolvendo naquele local), até a sua consolidação como local de eventos de cultura popular, a partir dos anos de 1960, bem como a curta, porém marcante atuação do MCP, além, obviamente, da escavação arqueológica, nos encaminham para uma discussão contemporânea - de que modo podemos entender o seu uso como bem patrimonial e ao mesmo tempo espaço público? Essa discussão está presente no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3 – O DIREITO À PAISAGEM

Neste capítulo, discutimos os conceitos de bem cultural e espaço público. Essa discussão é realçada pela peculiaridade do objeto da pesquisa, isto é, um bem tombado para ser preservado e a sua “transformação” ao longo do tempo em espaço público e de que maneira essa “transformação” atua nos usos e práticas socioespaciais ali desenvolvidas. Discutir um patrimônio cultural que ao mesmo tempo é um parque público e, conseqüentemente, um espaço público, nos remete aos conceitos de paisagem e paisagem cultural que, evidentemente, também são abordados nos tópicos seguintes. Por outro lado, inserimos um tópico específico sobre o Direito à Memória, entendendo, com isto, que a existência de um bem patrimonial, sua conseqüente transformação em espaço público que se insere na paisagem urbana, por ser um espaço de relações sociais de grupos sociais específicos, recai sobre a discussão de memória, visto que a pesquisa nos mostrou que há uma relação específica entre o público usuário e o Sítio da Trindade.

### 3.1 Bem Cultural e Espaço Público

Ao discutirmos os usos e práticas socioespaciais desenvolvidos no Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, nos deparamos com diversos acontecimentos, situações e problemas que ao longo dessa dissertação foram analisados. Queremos deixar claro que estamos lidando com um bem cultural utilizado como espaço público, considerando que há uma tendência de entender um bem cultural como aquele que está sob proteção (CARSALADE, 2016, p. 14). Do outro lado, temos as manifestações culturais desenvolvidas no local, notadamente e como referencial já abordado nesse trabalho, as festas juninas, cujo Processo de Registro como Bem Cultural Nacional, encontra-se no Senado Federal, prestes a ser homologado.<sup>26</sup>

Também há um ponto pacífico no que diz respeito ao que estabelece como Patrimônio cultural brasileiro a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 216, incisos IV e V:

- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

---

<sup>26</sup> PL 943/2019. Projeto de Lei que reconhece as Festas Juninas como Manifestação Cultural Nacional. Plenário do Senado Federal em 13/03/2020. (Aguardando inclusão em ordem do dia para votação) Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139812> Acesso em 31/08/2020.

Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo 2º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

(BRASIL, 1988, n.p.)

Independente do tombamento do Sítio da Trindade ter ocorrido em 1974, com a Promulgação da Constituição, ele passou a se enquadrar nos Incisos IV e V do Artigo 216. Como podemos constatar, além de um “espaço destinado às manifestações artístico-culturais”, o local também precisa ser considerado como um “conjunto urbano de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico.” O Parágrafo Primeiro estende para a comunidade, além do poder público, a responsabilidade de promover formas de acautelamento e proteção.

No entendimento de Carsalade (2016, p. 14), um bem cultural tem como característica ser um bem protegido. O Artigo 216 da Constituição Federal reforça esse entendimento, pois nos parágrafos primeiro e segundo do Inciso V, a contradição ficou demonstrada pela necessidade de preservação do Sítio da Trindade e também da preservação das festas populares que se tornaram uma “tradição inventada”<sup>27</sup> no local.

A situação que encontramos no Sítio da Trindade parece, num primeiro momento, contraditória, pois se um bem cultural está relacionado à proteção e a legislação inclui entre os bens a serem preservados as escavações arqueológicas, (páginas 28 e 30) não entendemos o motivo em razão do qual se toma como medida protetiva a instalação de barraca de festa junina junto à escavação. Por outro lado, a festa junina que é um bem cultural imaterial prestes a ser registrado, deve ser preservado. Estamos lidando, assim, com o bem material, a ser preservado, sofrendo a intervenção de um bem imaterial que está sendo preservado.

Entramos na discussão do espaço do Sítio da Trindade, um bem patrimonial tombado, utilizado como espaço público. Desde o Decreto Municipal da sua desapropriação em 1952, o Sítio da Trindade já se tornara um *logradouro público*, porém só foi transformado em Parque Público em 1955:

Quando do governo de Pelópidas Silveira, o Sítio Trindade foi desapropriado e transformado em parque público, assim como foram construídos outros parques, praças e jardins; denotando a valorização do elemento verde e dos ambientes públicos. (PONTUAL, 1999, p. 330)<sup>28</sup>

<sup>27</sup> HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. 2006, p. 9.

<sup>28</sup> Há um equívoco da autora, pois a desapropriação ocorreu em 1952. Decreto 423 de 29 de dezembro de 1952. O Prefeito Pelópidas da Silveira só viria a ser eleito em 1955, três após a desapropriação.

Cabe registrar que durante a gestão de Pelópidas Silveira, Prefeito eleito em 1955, houve uma priorização de intervenções urbanas para os subúrbios, especialmente os populares. Além da conversão do Sítio da Trindade em parque público, realizou obras em diversos canais, como retificações e revestimentos, construiu pontes e pontilhões, e utilizando o regime de cooperação, pavimentou diversas ruas e avenidas ao dividir os custos com os proprietários dos imóveis, além de aquisição de terrenos para retirar os moradores dos mocambos e investiu em transporte urbano ao criar a Companhia de Transportes Urbanos. (PONTUAL, 1999, p. 330). As intervenções de Pelópidas Silveira, priorizando os subúrbios populares, além das táticas de promover audiências públicas entre governantes e governados, e urbanistas governantes, foi uma marca dessa administração. (PONTUAL, 1999, p. 331). E foi nessa administração que surgiu o Sítio da Trindade como um parque público, pois naquele momento, não havia a concepção de *espaço público* com a conotação aplicada nos diversos campos de conhecimento atual.

Antes do entendimento do *espaço público* cabe uma breve reflexão sobre o espaço. Dentro do campo da historiografia, é um tema desenvolvido a partir do clássico conceito de Marc Bloch da História como o “estudo do homem no tempo” (BLOCH, 1997, p. 55). Mas, em que espaço seria desenvolvido essa História?

o espaço seria visto como uma categoria conservadora e estática, reafirmando a assertiva marxiana da aniquilação do espaço pelo tempo. Foucault, em entrevista ao periódico francês Heródote, afirma que “seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes, que isso começou. O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético” (1979, p. 159). Ocorre, portanto, a passagem de um espaço estático, visto como um palco das ações humanas, para um espaço dialético. (MACHADO, 2016, p. 73)

Diante dessa “desqualificação do espaço” mencionada por Foucault (1979, p. 159) e a sua elevação como “espaço dialético”, a interdisciplinaridade permitiu a que História recorresse à Geografia, para utilização dos conceitos de espaço, região, a partir de uma concepção geográfica, para nosso estudo, portanto, utilizamos os conceitos de Milton Santos e Ana Carlos, que nos oferecem subsídios para o nosso trabalho. Em Santos encontramos o seguinte entendimento para o espaço:

(...) algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46 Apud COSTA, 2010, p. 66).

Cabe aqui salientar que a palavra “dinâmica” utilizada por Santos, ressalta a importância do tempo “a cada época”, e a sua interferência na modificação de todo o espaço. Para Santos, estamos lidando com algo dinâmico, tanto na sua forma, quanto na sua substância. O conceito de espaço na Geografia é categorizado pela forma, função, processo e estrutura.

Milton Santos define brevemente as quatro categorias, considerando como estrutura a própria sociedade com suas características econômicas, sociais, políticas e culturais. Processo é considerado como o conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando-se as suas características. Função, por sua vez, diz respeito às atividades da sociedade, redefinidas a cada momento, que permitem a existência e reprodução social. Forma, finalmente, é definida como as criações humanas, materiais ou não, por meio das quais as diversas atividades se realizam. (SANTOS, apud CORRÊA, 2009, p. 1)

Utilizar o conceito de espaço feita por Milton Santos sem as categorias que o acompanham não nos possibilitaria discutir a problemática do Sítio da Trindade. Dentro da perspectiva da dinâmica espacial, a estrutura, sendo a própria sociedade e suas características, nos faz observar a transição institucional entre o ano de 1951 no qual foi solicitado o tombamento do Sítio, e sua conseqüente urbanização por Pelópidas Silveira em 1955 (PONTUAL, 1999, p. 330), até a homologação e lançamento no Livro de Tombo Histórico em 1974 durante o regime militar. A dinâmica de aproximação com as comunidades promovidas pelo Prefeito eleito Pelópidas Silveira, durante um governo democrático, foi substituída durante esse hiato temporal de vinte e dois anos, pelo Prefeito Augusto Lucena, nomeado pelo governador com aprovação da Assembléia Legislativa.<sup>29</sup> Em seu aspecto de Processo (SANTOS, 2008), bem como ao analisar o modo como a estrutura se desenvolve, observamos o retrocesso no processo do envolvimento da sociedade nas decisões visto que a Estrutura sofreu a redução do aspecto democrático para o aspecto ditatorial.

A atribuição de logradouro público ao Sítio da Trindade, em 1952, após a desapropriação, e, conseqüentemente, se tornando um espaço público, levando em consideração as noções de *espaço* de Santos, nos leva à seguinte indagação: o que é um espaço público? “[...] a filosofia política, uma das pioneiras a utilizar essa noção, tem na tese de J.Habermas, nos anos de 1960, um marco indiscutível” (GOMES, 2018, p. 115). Por meio de modelos, atitudes e de um conjunto de direitos, Habermas localiza no século XVIII europeu, a construção do “espaço social” burguês, situado entre a sociedade civil e o Estado moderno. Esse “espaço”, portanto, cumpre uma função política.(GOMES, 2018, p. 115). Para Hannah Arendt, o espaço público é

---

<sup>29</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 1967, Artigo 16, § 1º, letra a.

o espaço da sociedade, o espaço político e, por conseguinte, é necessariamente um espaço carregado de simbologias:

Não ligando o espaço público ao Estado, como Habermas o faz, não existe nenhum local privilegiado para a ação política, isto é, existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser criados e redefinidos constantemente, sem precisar de suporte institucional, sempre que os indivíduos se liguem por meio do discurso e da ação: agir é começar, experimentar, criar algo novo, o espaço público como espaço entre os homens pode surgir em qualquer lugar, não existindo um locus privilegiado. (ARENDRT apud ORTEGA, 2001, p. 227)

Para arquitetos, urbanistas e alguns geógrafos, a noção de espaço público se reduz a qualquer espaço urbano livre e aberto. A noção de público não está associada a alguma configuração social ou histórica. (GOMES, 2018, p. 115). Por outro lado, nem todo espaço urbano livre e aberto é um espaço público, afinal, poderíamos estar falando de uma rua de um condomínio fechado, por exemplo. A noção de público está associada ao uso que lhe é dado e de que maneira esse *uso público* é estabelecido.

No entendimento de Ana Fani Carlos (2011), o espaço é produzido na medida em que são realizadas as condições da existência humana: “A produção do espaço apareceria como imanente à produção social no contexto da constituição da civilização” (CARLOS, 2011, p. 17). Para Carlos, o espaço reproduzido, dialeticamente, em sua constituição de esfera individual e coletiva, articula-se entre o espaço privado (casa) e o espaço público (troca). Enquanto o espaço privado representa a necessidade e a subsistência, o espaço público representa a liberdade e a participação.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o espaço público aparece como o lugar da realização concreta da história individual como história coletiva, pela mediação dos lugares da vida (CARLOS, 2011, p. 132).

No entanto, Carlos (2011) entende como “arcaica” essa concepção de espaço público por estar, nos dias atuais, em crise. Para ela, a lógica de produção do espaço foi subvertida pelo capital em favor do valor de troca e do mundo da mercadoria, provocando a expansão da esfera privada, prejudicando, assim, a sociabilidade e a participação. (CARLOS, 2011, p. 132).

A propriedade, como fundamento e produto do processo de produção do espaço, sob o capitalismo, delinea a tendência da submissão dos modos de sua apropriação ao mundo da mercadoria; conseqüentemente, a redução do conteúdo da prática socioespacial à desigualdade de acessos. Esses processos aludem a uma nova ordem espaço-temporal: aquela que diz respeito à produção de um espaço amnésico (construído sem referenciais práticos, por uma sociedade dominada pela realização da acumulação) em relação direta com o tempo efêmero da velocidade (destituído de história). (CARLOS, 2014, p. 477)

A lógica do capital que produz esse “espaço amnésico destituído de história”, nos remete para a contradição que apontamos: o Sítio da Trindade como um espaço público que, ao mesmo tempo, reveste-se de patrimônio cultural e, por conseguinte deveria ser protegido, torna-se, portanto, um produto institucional, perdendo sua aura patrimonial. A pesquisa realizada com o público presente ao Sítio nos é bastante representativa disso. O produto festa junina é a memória relacionada ao espaço. O indivíduo interage com o espaço durante o evento junino buscando, além das interações sociais, um retorno ao simbólico representado por manifestações que foram, com o tempo, retomadas na região metropolitana, com novos sentidos e significados (MENEZES NETO, 2015, p. 105). Ainda segundo Menezes Neto (2015, p. 105), a quadrilha perdeu espaço nos bailes da elite brasileira e foi paulatinamente absorvida pela coletividade mais ampla do interior do país,” os ideais de modernidade e urbanização impulsionaram o processo migratório campo-cidade, o que trouxe a quadrilha aos centros urbanos” (MENEZES NETO, 2015, p. 105). Para ele, essa “manifestação popular baseia-se numa representação do mundo rural” (MENEZES NETO, 2015, p. 105). Nesse sentido, a estrutura, entendida como a sociedade com as suas características econômicas, sociais, políticas e culturais (SANTOS, 2018) cria espaços, nichos, de realidades dissimuladas (CARLOS, 2013, p. 25).

O espaço público saturado de imagens, signos do urbano e da vida moderna, age como elemento norteador dos comportamentos e definidores dos valores que organizam a troca, hierarquizando os indivíduos através de seu acesso aos lugares da cidade. Aqui a prática sócio-espacial apesar de fundar-se na realidade, dissimula-a. A cidade atual revela que o homem cria as condições que o fazem existir ao mesmo tempo em que cria as condições de vida que se opõem a ela pela redução das possibilidades da apropriação: nas transformações dos usos, no encolhimento das possibilidades da realização da troca como condição da sociabilidade. (CARLOS, 2013, p. 25)

Por outro lado, entender a cidade como elemento que coloca o indivíduo entre a dualidade que cria condições para a sua existência e, ao mesmo tempo, cria condições que se opõem a essa existência (CARLOS, 2013, p. 25), tornando, dessa forma, o espaço público como elemento que cria essa realidade dissimulada, não o afasta do seu desejo pela festa. Lefebvre (1991) ressalta a importância de acabar com a separação entre cotidianidade/lazeres e vida cotidiana/festa, essa proposição de Lefebvre é o nosso tema para discussão no próximo subcapítulo.

### 3.2 O Direito à Paisagem

Criticar alguns modos de uso de um patrimônio cultural transformado em espaço público, a partir das perspectiva institucional, pode nos induzir ao erro de entender que os usos

e práticas socioespaciais desenvolvidas nesse espaço são determinadas pela instituição. É necessário analisar a participação dos indivíduos nessas práticas e nesse uso. Encontramos, no caso do Sítio da Trindade, um espaço público de uso diário que tem, em seu calendário, um evento marcante que é a festa junina. Ressaltando que o espaço, sendo público, também é utilizado para outros eventos além do junino, como já mencionado neste trabalho, cujas funções têm o caráter altruístico, como ações sociais que aproximam a população menos favorecida do entorno do Sítio da Trindade, o que, é verdade, não foge da característica de uma “realidade dissimulada” (CARLOS, 2013, p. 25), visto que os serviços oferecidos durante uma *Ação Social*, evento cíclico do espaço, não fazem parte do cotidiano dos moradores como uma gratuidade, ou como uma realidade próxima.

A utilização do espaço nesses eventos sociais de pequeno porte, promovem uma tentativa, embora não deliberada, de aproximação dos moradores do entorno com o Sítio da Trindade. O grande evento do espaço, a festa junina, permite que moradores de outros bairros, e até de outras cidades, como já visto em nossa pesquisa, tenham conhecimento do local e, por conseguinte, confirmem o espaço como um cenário ou uma paisagem que o remete à festa junina que, até bem pouco tempo, estava restrita à área rural (MENEZES NETO, 2015, p. 105).

Essa transformação do local durante o evento junino em outro cenário, criando a ideia ao visitante que está, de fato, em um ambiente da área rural do estado, acarreta a alteração na paisagem. Estamos diante de um *Conjunto Paisagístico*, cabe aqui procurar entender essa *paisagem* que se altera por motivo do uso e da prática socioespacial.

é na passagem do século XIX para o XX que a concepção de paisagem passa a ser entendida como um conceito, foi com a formação do campo da geografia nesse mesmo período que ela passa a ocupar uma posição central no debate em ciências humanas em trânsito, sobretudo entre a História, a Geografia e a Antropologia. A obra “A Morfologia da Paisagem” (1925) de Carl O. Sauer, é considerada o trabalho fundador da geografia cultural, por utilizar o conceito como fundamento do campo da geografia. (CRISPIM, 2011, p. 2)

Sauer associa o seu conceito de paisagem às formas naturais e culturais em uma determinada área, na qual forma, função e estrutura são elementos centrais (CORREA, 2014, p. 41). Para Sauer, a “paisagem cultural era o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural” (CORREA, 2014, p. 41).

Cosgrove (1979) enfatiza a experiência que se pode ter da paisagem, possibilitando a criação de significados. A paisagem não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo. (CORREA, 2014, p. 41)

Observamos que ambos os autores, Sauer e Cosgrove, mencionam que as ações e obras humanas, transformam a paisagem. Para Sauer, a paisagem natural, após essa ação, transforma-se em paisagem cultural (CORREA, 2014, p. 41). Para Cosgrove, a paisagem é um “modo de ver”, caracterizada pela polivocalidade, ou seja, com múltiplas construções de significados (CORREA, 2014, p. 42). Porém, o “modo de ver” em Cosgrove, pode nos oferecer uma boa crítica a produção de paisagens da sociedade capitalista:

Cosgrove (1984:01) trabalha a simbologia da paisagem através de uma abordagem marxista propondo um olhar sob o prisma dos mecanismos de exclusão da sociedade capitalista, assim ordena seu argumento no sentido de demonstrar que a Europa desde o século XIX vem criando no imaginário coletivo imagens de suas paisagens representativas da exclusão, isto é, imposições disseminadoras de sua cultura e identidade. Nesse sentido, Cosgrove observa que o próprio surgimento do conceito de paisagem no final do século XIX está associado a uma determinada etapa do capitalismo onde a produção de imagens pelos países do centro para os da periferia se torna um elemento do funcionamento do sistema capitalista. (RIBEIRO 2007, p. 27-28 apud CRISPIM, 2014, p. 3)

Para Milton Santos, “A paisagem é um conjunto de formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. (SANTOS, 2006, p. 66). Os conceitos de paisagem, aqui apresentados, nos aproximam da discussão a respeito do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade. Temos a ação e obras humanas na paisagem do Sítio, que o transformou de paisagem natural, em uma paisagem cultural (SAUER apud CORREA, 2014). A fabricação capitalista da paisagem com a criação de um cenário de festas (COSGROVE apud CORREA, 2014), e, finalmente, o conjunto de formas representando as sucessivas heranças (SANTOS, 2006), são as concepções contidas nestes três conceitos que utilizamos neste trabalho.

Partindo dos conceitos apresentados, podemos entender o Sítio da Trindade como uma *paisagem cultural*, porém essa denominação classificada teoricamente por Sauer em 1929, não estava regulamentada legalmente em 1974, ano da homologação do tombamento do Sítio da Trindade, embora o Decreto 25 de 1937 mencionasse o termo *paisagístico*, o termo *Paisagem Cultural* só veio a ser regulamentado em 2009.<sup>30</sup>

O termo paisagem apareceu na história da instituição desde seu começo, quando o Decreto-lei nº 25 de 1937 criou o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e, no segundo parágrafo do artigo primeiro, a definição de monumentos naturais. E, mesmo antes, no Anteprojeto escrito por Mario de Andrade, no qual o autor fez referência ao que entendia por paisagem. Do tombamento de jardins, de conjuntos urbanos, de áreas panorâmicas, ao instrumento da chancela da paisagem cultural brasileira, constituído em 2009 pela Portaria nº 127, a paisagem ou o valor

---

<sup>30</sup> Portaria 127 de 30 de abril de 2009. D.O.U., Seção I, nº83, 05 de maio de 2009, p. 17

paisagístico se constitui em um conceito presente na história da instituição. (BRASIL, IPHAN, 2009)<sup>31</sup>

Portanto, embora seja um Conjunto Paisagístico, assim denominado pelo tombamento em 1974, o Sítio da Trindade, a partir dos conceitos de paisagem aqui apresentados, também pode ser entendido como um Conjunto Paisagístico Cultural, e a Portaria 127 de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da paisagem, reforça esse entendimento, tendo em vista que a redação do seu artigo primeiro, traz alguns elementos já mencionados, conceitualmente, à peculiaridade de uma porção territorial, cuja ação do homem, a transformou, imprimindo nela, as suas marcas e os seus valores:

**Art. 1º** Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (BRASIL, Portaria IPHAN 127 de 30 de abril de 2009)

Embora já tenhamos, em capítulo anterior, analisado a classificação legal da denominação do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade e, também, tenhamos discutido a ambiguidade para determinação dessa classificação entre parque público, Jardim Histórico, ou Zona Especial de Preservação, entendemos que, no aspecto legal, seria negligente incluí-lo na categoria de paisagem cultural, visto a necessidade de atender a procedimentos estabelecidos na Portaria IPHAN 127. Porém, no terreno conceitual, podemos assim considerá-lo, mesmo que não esteja evidente na mencionada Portaria, nem implicitamente mencionado. Quanto a esse aspecto precisamos entender a paisagem cultural, cuja ação do homem é necessária. Portanto, o seu uso e prática socioespacial é evidente, pois a paisagem cultural sem a ação do homem é inexistente.

O Sítio da Trindade, entendido como paisagem cultural, requer, portanto, a ação do homem, ou seja, o seu uso e as suas práticas que o transforma ao longo do tempo. Essa concepção de paisagem cultural nos faz entender esse espaço como algo separado da vida cotidiana, como um espaço reservado para que o homem o visite e interfira com as suas ações. No caso do espaço objeto da pesquisa, onde, dentre as suas ações ocorre a principal que é o evento junino, fica evidente essa separação - os visitantes habituais e os eventuais que sabem da existência da festa, esperam o período junino para visitar o local, agir e praticar as suas relações sociais.

Esse entendimento da separação entre os sujeitos e os espaços públicos festivos tem sido objeto de algumas discussões. A festa considerada em seu caráter transgressor, “o homem é

---

<sup>31</sup> Disponível no Portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028>

transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias” (DURKHEIM, 1996, p. 417 apud CASTRO, 2012, p. 43):

A nossa capacidade de violar, transgredir o quadro geral da nossa vida é, provavelmente, a parte mais fecunda do nosso ser. Somos da opinião de que a festa corresponde a esses momentos de antecipação e que os princípios estabelecidos da civilização, (sobretudo urbana) tendem a reduzir as experiências, a transpô-las para os discursos escritos, para religião, até mesmo para a ética. (DUVIGNAUD, 1983, p. 228 apud CASTRO, 2012, p. 43)

Outro elemento no debate sobre as festas, além de ser espaço de transgressão, diz respeito à relação das festas com o cotidiano, para Duvignaud (1983 apud CASTRO, 2012, p. 45) ocorre uma ruptura entre as festas e o cotidiano. Para Lefebvre (1991 apud CASTRO, 2014, p. 46), as festas não devem ser dissociadas do cotidiano, pois elas funcionam como elemento transformador da vida cotidiana: o ato festivo deve fazer parte das práticas cotidianas e não ser considerada um ato que destoe da realidade. Para Canclini (1983, p. 83 apud CASTRO, 2014, p. 45), não devemos considerar o ato festivo como elemento igualitário, afinal, no espaço festivo as diferenças se manifestam e os elementos de transgressão passam a ser delimitados por regras:

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser lugar de subversão e da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, pois não é apenas um movimento de unificação coletiva; as diferenças sociais e econômicas nela se repetem. (CANCLINI, 1983, p. 55 apud CASTRO, 2014, p. 45)

Para Lefebvre, apesar da sazonalidade e da separação espaço/temporal encontradas nas festas, devemos acreditar no seu caráter celebrativo e festivo, além da sua capacidade de reinvenção Enquanto que para CANCLINI (1983, apud CASTRO, 2014, p. 46), as festas crescem e funcionam como uma reprodução da divisão social do trabalho, necessárias à expansão do capital.

o consumo cultural não passa de um consumo de signos, por isso os turistas que visitam uma cidade não consomem a cidade e sim os discursos sobre ela. Os recursos midiáticos são, portanto, porta-vozes que veiculam a imagem do lugar festivo, retroalimentando o fluxo turístico pontualizado no calendário cultural local/regional. (LEFEBVRE, 1991 apud CASTRO, 2014, p. 47)

Por outro lado, Lefebvre (1991, apud Castro, 2014, p. 48) reconhece que a inserção dos calendários nas vidas das pessoas criou, na sociedade moderna, a dualidade festa/cotidiano,

tornando-se uma tarefa de grande complexidade, tendo em vista a importância lúdica das datas para as pessoas e os interesses do turismo.

Entendemos, a partir de Lefebvre, a festa como parte do cotidiano quando inserimos os elementos cotidiano/festa no ambiente que é comum aos dois, esse ambiente que é denominado de cidade, a qual o sujeito tem o direito, em tese, sobre ela. O direito à paisagem cultural e a tudo que a ela se relaciona, o direito aos demais elementos que compõem o cotidiano como o trabalho, a escola, o lazer, enfim, o direito à cidade (o direito à cidadania!).

### 3.3 O Direito à Cidade

Antônio Cândido, em seu icônico texto *O Direito à Literatura*, cita a classificação do sociólogo francês Louis-Joseph Lebret<sup>32</sup>, em relação aos bens a que o homem e o cidadão tem direito, baseada na Declaração dos Direitos Humanos. Segundo a classificação, os bens *incompressíveis* são aqueles que não podem ser negados a ninguém, como alimento, casa, roupa, enquanto os bens *compressíveis* são aqueles que o homem pode abrir mão como cosméticos, enfeites, roupas supérfluas (CÂNDIDO, 2004, p. 173); acrescenta, ainda, que

O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para a outra. (CÂNDIDO, 2004, p. 173)

Cândido utiliza essa classificação no seu texto para fundamentar o direito à literatura como um bem *incompressível*. Para ele, o direito à literatura é o direito ao sonho, à imaginação, à liberdade de criação. Podemos considerar o *Direito à Cidade* um direito *incompressível*? Podemos abrir mão do direito à cidade? Ressaltando o que acrescenta Cândido sobre a dinâmica do tempo e das culturas que classificam os critérios de incompressibilidade, entendemos que a cidade não é um bem supérfluo, podemos procurar entender esses mecanismos de transformação do urbano, a partir do livro de Lefebvre, *O Direito à Cidade*.

---

<sup>32</sup> Louis-Joseph Lebret, dominicano francês, foi o fundador da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), em 1947. Foi uma instituição de planejamento urbano que teve destacada atuação no Brasil, especialmente durante os anos de 1950. Foi a partir da necessidade de especialistas no tema do desenvolvimento para trabalhar na SAGMACS que Lebret atuou na formação de um corpo de profissionais brasileiros das mais diversas áreas, dentre as quais arquitetos, urbanistas, engenheiros, geógrafos, cientistas sociais, sociólogos. Esta formação se deu através de cursos e palestras no Brasil, da participação em trabalhos desenvolvidos pela SAGMACS, e teve a sua maior expressão com a fundação em 1958, na França, do Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé (IRFED). Trata-se de apresentar o processo de formação de profissionais brasileiros especializados no tema do desenvolvimento para atuar em países subdesenvolvidos, a partir da criação da SAGMACS até a formação recebida no IRFED.” (ANGELO, 2010)

Este livro foi publicado em 1968. Nele, Henri Lefebvre critica o modelo capitalista de expansão do espaço urbano, trazendo a discussão urbana para as questões políticas. A publicação tornou-se referência para os estudos do espaço urbano na contemporaneidade. No seu texto, Lefebvre apresenta contundentes críticas da produção da segregação das cidades. A lógica capitalista contribui para o que denomina de “tecido urbano”, que, em última instância, significa as manifestações urbanas que tem predominância sobre o campo (LEFEBVRE, 2006, p. 22):

Ao mesmo tempo, neste tecido e mesmo em outros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações acumulam-se atingindo densidades perturbadoras (por unidade de área ou habitação). As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Os escritórios substituem a habitação em centros urbanos. (LEFEBVRE, 2006, p. 23)

Lefebvre explica que a sua obra não busca apenas criticar os modelos de urbanização, mas que ela busca trazer os programas políticos para o campo de discussão. Há, assim, uma nítida crítica ao modelo de segregação nas cidades. Ele também entende a construção da cidade voltada para o humanismo, pois, na sua visão, tal movimento constitui um direito inalienável - humanismo este que deve se manifestar no espaço da urbanidade. (LEFEBVRE, 2006, p. 24-26).

Naquele momento, Lefebvre entende que “a problemática do mundo moderno é urbana revelando uma determinação espacial.” (LEFEBVRE, 1970 apud CARLOS, 2020, p. 352). Há um deslocamento do processo de acumulação capitalista de mercadorias para a produção de espaço.

O imobiliário, como se diz, desempenha o papel de segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o mercado de bens não duráveis ou menos duráveis que os imóveis. Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão para ele afluem os capitais (...). Enquanto uma parte da mais valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte de mais valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária. O segundo setor suplanta o principal. (LEFEBVRE: 1970,211/212 apud CARLOS, 2020, p. 352/353)

À constatação produzida por Lefebvre da construção imobiliária como substituto de bens duráveis ou menos duráveis, dentro da lógica capitalista, transformando-se no segundo setor da economia, soma-se também a lógica de produção do espaço pela sociedade com a chancela do Estado, tornando-se, desse modo, uma estratégia que reproduz espaços dominados/dominantes. (CARLOS, 2020, p. 364)

Lefebvre entende que a utopia faz parte do processo do conhecimento, portanto, o “direito à cidade” é uma utopia que deve buscar tornar-se realidade ao se construir por meio do

projeto de um novo humanismo, para além do capital e da sociedade capitalista . Esse direito se manifestaria

como forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e a habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) que se imbricam dentro do direito a cidade, revelando plenamente o uso. Nesse sentido, acabar-se-ia com a separação cotidianeidade-lazer, vida cotidiana-festa e, justapondo-se na cidade dos espaços trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria, nesta direção, a obra perpétua dos seus habitantes, contrária a ideia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento.(LEFEBVRE, 1968, p. 140 apud CARLOS, 2020, p. 366)

Lefebvre, apesar de considerar o direito à cidade um direito inalienável, ou usando a classificação de Lebrét, um bem incompressível, do qual não podemos abrir mão, entende que a sua perspectiva só é considerada utópica por estar inserido no horizonte de imaginação da sociedade capitalista. Ainda na citação acima, ele menciona a inexistência da separação entre a vida cotidiana e o lazer, entre o cotidiano e a festa. Nesse sentido, podemos compreender que o espaço Sítio da Trindade, paisagem cultural inserida na cidade é espaço separado pela política de Estado, utilizado como imagem associada ao mercado imobiliário.

É importante observar que a noção de imagem veiculada neste trabalho tem rebatimento na noção de paisagem emoldurada pelas janelas dos edifícios estando muito mais relacionada com a noção de modo de vida do mundo ocidental capitalista dos dias atuais que, via de regra, a percebe como artefato de consumo, como apenas uma representação da fruição estética de acordo com os pressupostos de Besse (2006). Sobre isso Menezes (2002, p. 49) dispõe que “a cidade reduzida ao jogo de pura imagem tem íntima vinculação com a lógica do consumo e a venda de estilos de vida”, ou seja, é paisagem utilizada como estratégia de marketing para a venda de novas habitações multifamiliares verticalizadas. (COSTA, J. 2010, p. 53)

A existência de um parque público, com uma área verde de quase sete hectares, onde um polo junino atrai diversos artistas para apresentação, além das apresentações das quadrilhas juninas, num bairro reordenado em 1988 pela Prefeitura Municipal do Recife que, após promover o desmembramento das zonas de IDH mais baixo, e denominando o bairro de Casa Amarela como uma zona de planície, comprova a segregação que segue a lógica estatal, descrita por Carlos (2020)

Deste modo a produção da segregação revela em seu fundamento a negação da vida na cidade, uma estratégia de classe e do poder em seu sentido estratégico. A fragmentação dos espaços para compra e venda dominada pelo valor de troca, bem como a separação referente aos usos e acesso à cidade e a vida urbana criada pela segregação revelam os conteúdos da reprodução das relações sociais de produção (o modo de produção capitalista), o que significa dizer que esta reprodução cria uma prática socioespacial em seu conjunto. (CARLOS, 2020, p. 363)

Além das políticas excludentes e de segregação social, o mercado imobiliário associa à paisagem que está sendo vendida com as tradições que cercam essa paisagem, no caso, do Sítio da Trindade situado no bairro popular de Casa Amarela que, seguindo a lógica de transformação promovida pelo capital, afasta as camadas mais pobres do bairro e, com a verticalização das moradias multifamiliares promove o enobrecimento do bairro.

Isto nos leva à reflexão sobre o *Direito à Cidade*, embora seja um direito incompressível, um direito inalienável, funciona no terreno da utopia. A possibilidade desse direito demanda, como já demonstrado anteriormente, um novo humanismo, e como produtores de conhecimento das Ciências Humanas, devemos buscar esse novo humanismo, produzindo discussões no campo científico pois, como disse Lefebvre (2006, p.104) “a utopia faz parte do processo de conhecimento porque ela se encontra, em germe, na práxis”.

### 3.4 O Direito à Memória

Uma das características observadas durante esse trabalho, notadamente após a aplicação do questionários nos usuários do Sítio da Trindade, foi a memória que se estabeleceu entre o público e o evento que o caracteriza: os festejos juninos - temos, assim, a chamada “seleção inconsciente” (BURKE, 2008, p. 70). O uso socioespacial desde a década de 1960 do local como espaço de evento público, o transformou em referencial de memória. As pessoas sabem que naquele período, naquele local, haverá uma grande festa. Isso cria um hiato entre a construção da memória histórica, a partir da “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996, p. 112) e “o cultivo da cultura que influencia as relações sociais”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 223).

Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção, como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. (BURKE, 2008, p. 70)

Objetivamente, partindo da “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996, p. 112), as escolhas para a criação do patrimônio nacional, feita a partir de uma seleção consciente, foram distorcidas ou influenciadas pelos grupos sociais afinal, o princípio histórico do local como referencial nacional de heroísmo e construção de nação, foi desenvolvido pelo uso e pelas práticas desenvolvidas pelo grupo social dominante, transformando, assim, a memória histórica em memória coletiva. A objetividade da memória histórica perde-se em virtude da intervenção dos grupos sociais.

Para que haja uma perspectiva de preservação dos parques urbanos tal como espaço livre público se faz necessário a valorização da memória, seja ela individual, coletiva ou histórica, pois desta forma a cidade se torna dinâmica, em constante metamorfose, visto que a memória não é o cultivo do passado, e sim da cultura que irá influenciar nas relações sociais. O parque urbano precisa ser percebido como um lugar para a cidade, que integre a paisagem, e não como um simulacro, sem relação alguma com a sociedade a que pertence. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 223)

Um dos objetivos secundários de nossa pesquisa buscava entender se o público usuário do Sítio da Trindade havia se afastado da memória inicial estabelecida pela produção da memória nacional, ou seja, o espaço onde heróis lutaram contra os invasores holandeses. Entendemos que nunca houve esse afastamento, pois apenas podemos nos afastar do que já fomos próximos e, nesse caso, nunca houve essa proximidade entre os grupos sociais que utilizam o espaço e a história objetiva, selecionada conscientemente.

A memória produzida reproduz os três traços mencionados por Ricoeur (2007): a presença, a ausência e a anterioridade - o fato histórico presente e ao mesmo tempo ausente, repousado na anterioridade, algo que “já não está lá, mas já esteve” (RICOEUR, 2007, n.p.). Considerando a seleção da memória estabelecida pela “retórica da perda”, por outro lado, a memória coletiva produzida pelo grupo social, a partir de seus usos e práticas recentes, marca o “sinete” (RICOEUR, 2007, n.p.) que, nesse momento, é gravado pelo público usuário. A anterioridade crava na década de 1960 o selo onde a mensagem será transmitida por todas as décadas seguintes, que a seleção consciente ou talvez inconsciente da memória marca a presença do grupo social e a sua relação com o evento ali desenvolvido.

A reminiscência atual ou mais próxima disso, está ligada ao uso e à prática adotada pelo grupo social que ali atua, desde a sua lembrança mais marcante, caracterizada pelo evento junino, até reminiscências do cotidiano presente ao local, como a feira de orgânicos, ou as ações sociais ali desenvolvidas eventualmente.

Evidentemente que o Direito à memória é perpassada pelo Direito à Cidade que, como já mencionado, flutua no campo da utopia, embora a memória não parta de indivíduos isolados (BURKE, 2008, p. 70) e sim dos grupos sociais que influenciam na interpretação, distorções e seleções estabelecidas pelos usos e práticas, no decorrer do tempo. No nosso entendimento, a memória é ferramenta fundamental na preservação do bem patrimonial, principalmente quando estamos tratando de espaços públicos cujas funções originais foram substituídas, e essas novas funções produzem a identificação do usuário com o local, cultivando, com isto, a memória (PESAVENTO, 2008, p. 5), ao mesmo tempo em que provoca a perda do sentido histórico, ao longo do tempo. (PESAVENTO, 2008, p. 5)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise historiográfica, procuramos analisar os possíveis conflitos existentes entre os usos e práticas socioespaciais em um bem patrimonial que, atualmente, podemos entender como um espaço público. O Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, originalmente uma propriedade privada, torna-se um logradouro público na década de 1950 e, ao longo do tempo, sofre alterações na sua paisagem carregada de peculiaridades desde a sua utilização como formação de uma identidade nacional cultural, até a sua condição de espaço mercantil.

Ao procurarmos produzir uma análise mais objetiva do local estudado, nos deparamos com a peculiaridade do objeto de estudo, tendo em vista os inúmeros problemas que se apresentaram durante a pesquisa. O que, em princípio, nos pareceria uma simples coleta de documentos e fontes que possibilitaria essa análise, nos encaminhou para problemas intrínsecos as contradições dialéticas presentes no próprio objeto analisado.

Desde a sua origem histórica até o uso atual como espaço público, atravessamos diversas situações que nos permitiram problematizar os diversos conceitos que recorremos como referência ao trabalho. O tombamento fundamentado na preservação de uma memória histórica nos remeteu à “retórica da perda” mencionada por José Reginaldo Gonçalves, desde a coleção de fragmentos até à reclassificação de acordo com as ideologias culturais e políticas oficiais de patrimônio.

A descontextualização do objeto histórico como elemento formador de uma identidade nacional, ficou bem caracterizado quando analisamos o caso em estudo, desde o seu tombamento, até os usos e práticas nos dias atuais, bem como a sua reclassificação baseada em políticas oficiais de patrimônio, a sua transformação, no decorrer do tempo, em um bem público e, quase ao mesmo tempo, em espaço público. As justificativas para essa transformação estão ancoradas em políticas “baseadas em dimensões que se distanciaram no tempo e no espaço”. Ficou caracterizada, em nossa pesquisa, que esse distanciamento está entre as justificativas do tombamento e ao uso presente daquele local.

Durante o trabalho, constatamos a ambiguidade da classificação do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade. Os diversos conceitos espaciais que discutimos durante a pesquisa, nos remeteu desde um Jardim Histórico, passando por Parque Público, atravessando o próprio conceito de Paisagem Histórica que desemboca numa ideia mais ampla de espaço público. Partindo dessa análise, mergulhamos em outros problemas, como a mercantilização

dos espaços públicos, e como o seu uso, principalmente pela gestão pública, faz com que fiquemos em dúvida se podemos classificá-lo, de fato, como espaço público ou privado, tendo em vista o seu uso comercial.

Podemos entender que as transformações observadas pelos usos e práticas do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, aqui mencionadas desde a sua inclusão na narrativa de memória nacional até o seu uso mercantil atual, estão diretamente relacionadas ao uso que lhe foi dado. Embora possamos classificá-lo como um espaço público, ele teve ultrapassada a condição de um bem patrimonial histórico que buscava resguardar uma memória nacional, e desembocou na condição de parque público explorado comercialmente.

No nosso entendimento, embora um bem cultural, em tese, tenha sido escolhido para preservação, um parque público tombado, no caso do Sítio da Trindade, tendo em vista, principalmente, a sua peculiaridade, assume outra condição de preservação, considerando o uso e as práticas ali desenvolvidas. Constatamos, ainda, que a sua preservação decorre pelo uso a ele atribuído, ou seja, observando o modo como o gestor público administra o espaço e a maneira como os usuários se relacionam com o local. Entendemos que essa é a melhor maneira de preservá-lo. Assim, os mais recentes usos e práticas, observados no caso específico do Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade, torna-se a melhor maneira de conservá-lo.

Noutras palavras, percebemos o quanto é ambíguo a utilização do termo “preservar” no caso em estudo, visto que a partir das fontes colhidas e analisadas durante a pesquisa, que poderiam nos levar a criticar a maneira e o modo como o espaço é utilizado - com as conseqüente e constante depredação do local, notadamente após as festas juninas -, constatamos, contraditoriamente, que essa prática marca o local como espaço a ser preservado como referencial urbano de convivência socioespacial.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; NOGUEIRA, Rubia. O Forte Real do Bom Jesus: Um Marco da Resistência à Invasão Holandesa. In: *VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*. UFSC, Santa Catarina, 2010.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. *Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfoses: estudos dos parques urbanos 13 de maio, Recife- Brasil e do Tiergarten, Berlim- Alemanha – Recife: O autor, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – CFCH – Geografia, 2006.*

ANGELO, M. Les Développeurs. *Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. *Decreto-lei nº, de 25 de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Presidência da República. [1937]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. *Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. [1937] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=D%C3%A1%20nova%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Minist%C3%A9rio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde%20P%C3%ABlica.&text=Art.,Ministerio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Saude>. Acesso em: 31 out. 2019.

BOGÉA, Kátia. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 35, p. 07-09, 2017.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista patrimônio histórico e artístico nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. *O direito à literatura*. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4208284/mod\\_resource/content/1/antonio-candido-o-direito-a-leitura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4208284/mod_resource/content/1/antonio-candido-o-direito-a-leitura.pdf) Acessado em 31 Ago 2020.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do estado de Pernambuco*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/> Acesso em: 06 de nov. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito à cidade, *Confins* [Online], n. 18, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8391>. Acesso em 04 ago. 2020.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. *A interação paisagem/jardim na educação do olhar e na conservação do patrimônio*. Patrimônio e Memória UNESP, v. 14, nº 1, p. 4-21, São Paulo, 2018.

CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Cultural Dicionário IPHAN de Patrimônio*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. *Mario Melo e suas histórias dentro da história*. IN: *INTELLÉCTUS*, ano XV, 2016, p. 208-211.

COELHO, Germano. *MCP: história do movimento de cultura popular*. Recife: Edição do autor, 2012.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Juliana de Fátima. *A paisagem do Rio Capibaribe como estratégia de marketing para o setor imobiliário*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2010.

CRISPIM, Felipe Bueno. A Paisagem Cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

FARIAS, Jayme Saraiva de. et al. *Influência das feiras agroecológicas do Recife na vida de produtores e consumidores de produtos orgânicos*. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R11112-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2019.

FERNANDES, Aníbal. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de dezembro de 1952

- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo, Editora Ática, 1996.).
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público e espaços públicos. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, vol. 20, nº44, p. 115-119, set/dez. 2018.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HOBSBAWN, Eric. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Disponível em: [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br). Acesso em: 23 out. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em: 23 out. 2019.
- IPHAN. *Carta de Juiz de Fora*. Carta dos Jardins Históricos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Museu Mariano Procópio e Fundação Casa de Rui Barbosa. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.
- IPHAN. *Processo de Tombamento do Sítio da Trindade*. [1974]
- JEUDY, Henry Pierre. *Espelho das cidades*. Ed. Casa da Cidade, RJ, 2005.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069> . Acesso em 23 set. 2019.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *Documento e Monumento*. Ed. UNICAMP. SP, 1996.
- MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? *Periódico GEOgraphia*. Rio de Janeiro, Ano. 18, Nº38, 2016. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/viewFile/13774/8974> Acesso em 03 Ago.2020.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Cristóvão Álvares: um engenheiro em Pernambuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 22-25, 1961.
- MOVIMENTO de Cultura Popular. Memorial do MCP, *Depoimento de Paulo Rosas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In: FORUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto.

MENEZES NETO, Hugo. *Música e Festa na Perspectiva das Quadrilhas Juninas de Recife*. *Revista Antropológicas*, Ano 19, v. 26, n. 1, p. 103-133, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a invenção do espaço público. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 24, p. 225-236, 2001.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PESAVENTO, Sandra. *História, memória e centralidade urbana*. *Rev. Mosaico*, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 35, p. 13-31, 2017.

PONTUAL, Virgínia. *Homens e coisas na cidade do Recife: uma interpretação da modernização governamental*. *Caderno de Estudos Sociais, Recife*, v. 15. n. 2. p. 317-342. jul./dez., 1999.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RECIFE. *Lei de Uso e Ocupação de Solo* (Lei 16.176/1996, regulamentada pelo Decreto 26.601/2012). Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe>. Acesso em: 23 jul. 2020.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Sebastião Ferreira de Almeida. *Projeto de Paisagem*. Uma oportunidade na realidade contemporânea. In: Serrão, Adriana Veríssimo. *Filosofia e arquitetura da paisagem, um manual*. Lisboa. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p. 303-313.

SILVA, Bianca Nogueira da. *O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960*. Dissertação de Mestrado UFRPE, 2010. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4706>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOUZA, Fábio Silva. *O Movimento de Cultura Popular (1959-1964)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade São Paulo – USP, São Paulo, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZANCHETTI, Silvio. *Monitoramento da Conservação de Áreas Urbanas Patrimoniais: os indicadores de autenticidade e integridade*. CNPQ, 2007.

APÊNDICE A - Questionário aplicado nos dias 23 e 24 de junho de 2019

QUESTIONÁRIO SÍTIO DA  
TRINDADE  
DIAS 23 E 24/06/2019

SEXO  Masculino  Feminino

FAIXA ETÁRIA  18 A 30 ANOS  
 31 A 40 ANOS  
 41 A 50 ANOS  
 51 A 60 ANOS  
 ACIMA DE 61 ANOS

BAIRRO RESIDENCIAL \_\_\_\_\_

CONHECIA O SÍTIO DA TRINDADE?  SIM  NÃO

(SE SIM)  
SEMPRE VEM PARA O SÃO JOÃO?  SIM  NÃO

VEIO PARA OUTROS EVENTOS?  SIM  NÃO

SABIA QUE O SÍTIO É TOMBADO?  SIM  NÃO

(SE SIM)  
SABE O MOTIVO DO TOMBAMENTO?  SIM  NÃO

(SE SIM)  
QUAL O MOTIVO? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B - Questionário aplicado entre os dias 06 e 20 de julho de 2019**

**QUESTIONÁRIO SÍTIO DA  
TRINDADE  
PERÍODO DE 06 A 20/07/2019**

**SEXO**  Masculino  Feminino

**FAIXA ETÁRIA**  18 A 30 ANOS  
 31 A 40 ANOS  
 41 A 50 ANOS  
 51 A 60 ANOS  
 ACIMA DE 61 ANOS

**BAIRRO RESIDENCIAL** \_\_\_\_\_

**CONHECIA O SÍTIO DA TRINDADE?**  SIM  NÃO

**VEIO PARA OUTROS EVENTOS?**  SIM  NÃO

**SABIA QUE O SÍTIO É TOMBADO?**  SIM  NÃO

**(SE SIM)**  
**SABE O MOTIVO DO TOMBAMENTO?**  SIM  NÃO

**(SE SIM)**  
**QUAL O MOTIVO?** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_